A BÍBLIA NÃO É UM LIVRO SAGRADO

VOL. I

O GRANDE ENGANO

Mauro Biglino

Misty Forest

Mauro Biglino

A BÍBLIA NÃO É UM LIVRO SAGRADO

O GRANDE ENGANO

Vol.1

A divindade, entendida na sua acepção espiritual, não está presente no Antigo Testamento. Concretamente, na Bíblia não está Deus nem qualquer culto que Lhe seja dedicado. É por essa razão que o título afirma que a Bíblia não é um livro sagrado. Quem interveio, ao longo dos séculos, para modificar a Bíblia? Seremos vítimas de um grande engano?

Leia este livro e descubra muito do que está contido na Bíblia:

- Temos apenas uma das muitas bíblias possíveis;
- Nada sabemos sobre quem a escreveu nem quando;
- A verdadeira natureza da Árvore da Vida tem-nos sido escondida;
- Nós somos OGM (Organismos Geneticamente Modificados);
- Deus cansa-se, suja-se e tem fome;
- Há 11 livros bíblicos que estão oficialmente desaparecidos;
- A criação do Homem, entendida como acto divino, é falsa;
- O Pecado Original é apenas uma fábula;
- O Deus bíblico não era o pai de Jesus;
- Como se constrói uma religião.

«Ler Mauro Biglino representa uma vertigem constante.
Significa aceitar discutir todas as nossas certezas,
influenciadas por séculos de doutrina, de catequese,
de tradições populares construídas sobre as fundações do Antigo Testamento
como texto revelado, a partir do qual Deus falou à Humanidade.»

Sabrina Pieragostini (jornalista da Mediaset)

Prefácio de Sabrina Pieragostino

(Jornalista da Mediaset [1])

Ignorante. Arrogante. Cobarde. Até, mesmo, herético. Basta espreitar os blogues que comentam os livros de Mauro Biglino para deparar com estes e outros pouco simpáticos qualificativos. Eu, pelo contrário, prefiro pensar nele com outro adjectivo: desestabilizador. É essa faceta que me leva a ler as suas traduções e interpretações do Livro dos Livros, aquela Bíblia que praticamente todos nós temos em casa mas que poucos abrem para ler. A sensação que as suas obras gera sobre quem, como eu, teve uma educação cristã tradicional é idêntica àquela que se sente estando em cima de uma montanha, diante de um precipício: ao mesmo tempo medo e atracção, porque se sabe que pode ser perigoso, mas a curiosidade é mais forte...

Ler Mauro Biglino representa uma vertigem constante. Significa aceitar discutir todas as nossas certezas, influenciadas por séculos de doutrina, de catequese, de tradições populares construídas sobre as fundações do Antigo Testamento como texto revelado, a partir do qual Deus falou à Humanidade. Mas aqueles alicerces parecem esboroar-se sob os golpes de picareta de uma análise textual, meticulosa, até chegar a ponto de tornar-se obcecada, que coloca em evidência cada mínima contradição e elimina qualquer superestrutura teológica.

Aquilo que fica é uma história muito diferente daquela que nos foi contada. Nos livros anteriores, Biglino seguiu em frente com o esmero de um filólogo, traduzindo literalmente passagens completas do hebraico ou detendo-se em cada palavra, enfrentando variantes e interpolações no texto massorético original, examinando as diversas possíveis interpretações. É praticamente um trabalho universitário – mesmo se claramente em contraste com a leitura dominante –, que obriga o leitor a prestar maior atenção e concentração para acompanhar o passo do erudito. Mas nesta última obra, mesmo sem renunciar ao rigor do estudioso, o discurso corre mais fluido e directo. Com duas consequências: a leitura é simplificada e o efeito desestabilizante torna-se ainda mais amplificado.

A Bíblia não é um livro sagrado. Não somente: na Bíblia não se fala da criação. E ainda mais: na Bíblia nem se fala de Deus. Três conceitos desorientadores que

o autor justifica e explica com citações, referências textuais, exemplos. Cita exegetas e professores universitários de hebraico, rabinos e biólogos, que parecem confirmar premissas e conclusões. Revela ligações e afinidades com outros textos antigos (inclusivamente Homero, sobre o qual eu me iludia, pensando saber tudo a seu respeito), que podem ser considerados – tanto quanto a Bíblia – como uma mera obra histórica. Denuncia as incongruências, desmascara verdades consolidadas, apresenta uma realidade alternativa, incómoda e absurda, na qual se pode optar por não acreditar mas que já não é possível ignorar.

No final do percurso o leitor sente-se atordoado, perdido, com aquela sensação de mal-estar que muitas vezes é provo-cada pela altitude. Mas a vista, a partir daquelas alturas não tem limites.

1A maior rede de televisão privada de Itália. – N.T.

Porque tem o livro este título?

Na acepção comum a «Bíblia» é o Antigo Testamento e, como o resto dos outros livros, é conhecida pela definição sintética de Evangelhos e Novo Testamento; neste trabalho, o termo Bíblia, usado por comodidade, indica justamente o Antigo Testamento.

Para o significado do termo «sagrado» recorro às definições contidas nos dicionários da língua portuguesa.

Sagrado *(Novo Dicionário Aurélio)*: que se sagrou ou que recebeu a consagração. Concernente às coisas divinas, à religião, aos ritos ou ao culto; sacro, santo.

Sagrado *(Dicionário Priberam)*: que recebeu a consagração, que se sagrou. Relativo ao culto religioso. = sacro, santo ≠ pagão, profano. Que inspira ou deve inspirar grande respeito ou veneração. = sacro, santo.

Sagrado *(Dicionário Michaelis)*: que recebeu a sagração; que se sagrou. Relativo, inerente, pertencente, dedicado a Deus, a uma divindade ou a um desígnio religioso: a Escritura Sagrada. Digno de veneração ou respeito religioso pela associação com Deus ou com as coisas divinas; santo, santificado.

A leitura deste trabalho e dos anteriores coloca em evidência como a «divindade», espiritualmente falando, não está presente no Antigo Testamento e que, principalmente, não há Deus, não há culto algum destinado a Deus.

Há a obediência temerosa, direccionada a um indivíduo que se chama Yahweh, que pertence ao grupo dos Elohim, seres de carne e osso que nunca são definidos como «deuses», em termos espirituais.

O livro do Eclesiastes, que na Bíblia Hebraica é chamado Kohelet, em seguida, afirma com uma clareza que não deixa espaço a dúvidas que o homem nada tem a mais (alma ou espírito) em relação aos animais e que, depois da morte, homem e animais vão para o mesmo lugar (3:19-20).

É por isso que o título afirma peremptoriamente que a Bíblia não é um livro «sagrado», tomando como ponto de referência o significado comum do termo.

Os significados que muitos atribuem subjectivamente ao termo «sagrado» não podem ser considerados, porque tudo aquilo que se refere à comunicação deve

ter em conta o valor formal de cada termo, compartilhado de modo não subjectivo ou pessoal; caso contrário, verifica-se uma total impossibilidade de comunicar e de nos entendermos sobre o significado dessa comunicação.

Introdução: da Bíblia até Pinóquio

Cada vez mais pessoas me perguntam: Mauro, mas a Bíblia é realmente uma história inventada?

Após haver passado muitos anos como tradutor de hebraico massorético, publicado 17 livros do Antigo Testamento traduzidos da Bíblia Hebraica Stuttgartensia (Códice de Leninegrado) por parte das Edizioni San Paolo, publicado três livros sobre a Bíblia, três anos de actividade pública e mais de 30 000 livros vendidos, lanço este trabalho, que não posso definir realmente como um livro mas antes como uma «palestra feita com o teclado», ao invés do microfone.

É uma dissertação sobre vários temas, feita com a intenção de evidenciar a questão básica que diz respeito à nossa relação com *aquele* livro, sobre o qual eu faço a seguinte pergunta: os detentores do conhecimento narraram o que realmente está contido *nele*?

A resposta, para mim, é óbvia: absolutamente, não. Eles não somente se limitaram a não contar, como foram além disso: intencional e despudoradamente, inventaram o que não há. Este é o motivo da escolha de um título assim tão afirmativo e aparentemente provocatório.

Nesta «palestra feita com o teclado» encontram-se também respostas a críticas e observações que foram feitas pelos representantes das várias doutrinas, na maioria das vezes contraditórias, em relação às hipóteses contidas nos trabalhos anteriores, que serão citados mais adiante.

Um percurso que parte do primeiro versículo do Génesis para chegar à reflexão – mesmo que seja, por enquanto, de maneira muito sintética – sobre o engano final: por conseguinte, de Adão a Jesus.

Uma história que os detentores do conhecimento idealizaram, utilizando os textos considerados sagrados como mero pretexto, como inspiração para dar voz a uma sua criação artificial.

Tratando-se de uma «palestra», decidi intencionalmente reduzir as citações e as referências bibliográficas que nos meus outros livros são numerosas: portanto, a bibliografia é essencial e contém os textos de referência das citações

mencionadas. Por outro lado, nesses três anos de exposição pública dos meus estudos, pude notar que os críticos profissionais têm um comportamento estranho, muito curioso e, no mínimo, pouco coerente: se escutam ou lêem uma afirmação que está de acordo com as suas ideias, não pedem a fonte e não pretendem que seja contextualizada, aceitando-a assim como foi formulada, sem colocar outras questões, mesmo que aquela afirmação possa revelar-se como o disparate do século. Se, pelo contrário, escutam ou lêem uma afirmação que não está de acordo com as suas ideias, ou, pior ainda, que as põe em discussão, imediatamente pedem a fonte, introduzem o conceito de alegoria ou metáfora, aplicando a contextualização justificativa, etc., etc. Por exemplo, se escrevo que Yahweh amava toda a Humanidade (o que contrasta com todo o Antigo Testamento), os críticos calam-se; mas se escrevo que Yahweh ordenou um massacre de mulheres,idosos e crianças (o que, repetidamente,foi afirmado no texto e aconteceu realmente), de imediato me perguntam onde está escrito e qual o contexto onde se insere tal acontecimento; repreendem-me, afirmando categoricamente que o texto tem de ser interpretado, entendido, eventualmente tem de ser lido alegórica ou metaforicamente, colocado no momento histórico e cultural no qual aconteceu, tem de ser estudado, para dele se obter o significado profundo, esotérico, etc., etc.

Nunca ouvi dizer que o primeiro versículo do Génesis tivesse um significado alegórico; contudo, justamente, aquele versículo contém uma afirmação que nada tem a ver com aquilo que nos foi transmitido, ou seja, não fala sobre a «criação», mas de outra coisa (ver a análise específica feita no meu trabalho anterior, «Não existe criação na Bíblia»).

Enfim, a essência do comportamento dos dogmáticos é a seguinte: aquilo que agrada pode e deve ser lido ao pé da letra, tal como está escrito, enquanto o que não agrada exige análises examinadas a fundo e interpretações de tipos diferentes.

Esta «palestra escrita» é, portanto, como uma corrente cujo fluxo segue os pensamentos que se evocam uns aos outros sem subdivisões didascálicas. Nem sequer relatei os versículos em língua hebraica, como tinha feito nos livros anteriores e como voltarei a fazer nos próximos trabalhos, porque, intencionalmente, decidi dar espaço às traduções oficiais, aquelas que não são contestadas – e refiro-me particularmente às versões da CEI (Conferência Episcopal Italiana), à qual deve ser reconhecido o mérito de agir sempre com objectividade na exposição dos significados do texto hebraico, mesmo nas passagens que podem ser consideradas pouco adequadas, ou até mesmo adversas, para a doutrina.

Também dei muito espaço às teses dos rabinos, que estudam estes textos com uma atitude livre dos condicionalismos dos integralistas ultra-ortodoxos e da ideologia de matriz nacionalista (conhecida pelo termo «sionismo»), cujo dogmatismo não admite dúvidas ou reflexões que tenham conclusões potencialmente diferentes daquelas já preestabelecidas. Gostaria somente de especificar que quando cito a filologia hebraica, em geral, refiro-me àqueles blogues e fóruns onde filólogos biblistas hebreus analisaram os meus trabalhos anteriores.

Portanto, o leitor vai seguir este rio, colhendo sugestões e estímulos para prosseguir com o seu aprofundamento pessoal e iniciar uma reflexão autónoma, que é útil para compreender a verdadeira consistência (deveria dizer inconsistência) dos alicerces daquela grande construção que, ao longo dos séculos, foi erguida e apresentada como verdadeira.

Como eu sempre digo e escrevo, sei que não sou dono da verdade e sei também que posso cometer erros, dos quais ninguém está livre; ao mesmo tempo, sem presunção, estou ciente de ter amadurecido nas últimas décadas, pelo menos no que se refere àquele módico conhecimento que é suficiente para revelar os evidentes enganos alheios: disso são testemunho os 17 livros das minhas traduções, publicados pelas Edizioni San Paolo.

As dúvidas e as perguntas que surgem na mente do leitor são um verdadeiro tónico que estimula o início de um processo de conhecimento autónomo, independente de qualquer tipo de condicionamento.

Por este motivo sigo o caminho traçado nesses anos: traduzo literalmente o hebraico, tento contar com a máxima clareza possível aquilo que encontro e, se o que encontro é uma fábula, exactamente como a de Pinóquio, eu conto Pinóquio, mas é preciso saber que naquele caso a fábula foi introduzida e elaborada pelos redactores da Bíblia Hebraica.

A Bíblia é digna de crédito?

Como já foi antecipado, uso por comodidade o termo «Bíblia» referindo-me ao Antigo Testamento e começo por afirmar, desde já, que o mesmo foi objecto de um colossal engano; é um trabalho de ocultação praticado ao longo dos séculos, por parte de quem quis utilizar aquele conjunto de escritos para fins que nada

têm a ver com a espiritualidade, ainda que o termo espiritualidade tenha sido amplamente usado, mas de maneira enganosa, ou pelo menos errada, por parte de quem age de boa-fé.

O que conhecemos do Antigo Testamento é aquilo que os poderosos de cada época nos quiseram transmitir, a partir dos teólogos hebreus, que deram início à elaboração da doutrina monoteísta, até às estruturas actuais, que agem através de sistemas de pensamento teológicos e ideológicos desprovidos de qualquer tipo de fundamento. Só a mistificação sobre o texto bíblico tornou possível a sua difusão.

Começo por retratar uma confusa realidade que nada tem a ver com as traduções. Os católicos têm de acreditar que são verdadeiros os 46 livros do Antigo Testamento, ou seja, inspirados pelo suposto Deus bíblico; enquanto o cânone hebraico aceita somente 39, porque não reconhece como verdadeiros alguns daqueles livros que os cristãos, pelo contrário, aceitam como inspiração de Deus: Tobias, Judite, Sabedoria, Baruc, Eclesiastes ou Qohelet, o primeiro e o segundo livro dos Macabeus e mais algumas passagens de Ester 10:4-c. 16 e de Daniel 3:24-90; ct. 13-14.

As bíblias que possuímos são redigidas, fundamentalmente, baseando-se na Bíblia Stuttgartensia, versão impressa do Códice massorético de Leninegrado (tudo isto foi explicado nos meus dois trabalhos anteriores: *Il libro che cambierà per sempre le nostre idee sulla Bibbia e Il Dio alieno della Bibbia)*[1]

A Igreja protestante, o protestantismo, adere fundamentalmente ao cânone hebraico. Os cristãos coptas consideram canónicos, que contêm verdades inspiradas, outros livros que os católicos romanos e os Hebreus não aceitam, como o Livro de Enoque e o Livro do Jubileu. A Igreja greco ortodoxa, por sua parte, não utiliza como base o Códice massorético de Leninegrado, mas antes o texto dos Setenta (Septuaginta), a Bíblia escrita no Egipto, em grego, no século iii a. C. (em relação a isto veja os apêndices dos textos mencionados anteriormente). Esta Bíblia grega apresenta cerca de mil variações em relação à massorética, entre as quais algumas muito importantes, porque contêm diferenças consideráveis no significado do texto, muitas vezes até mesmo capazes de revelar ajustes (falsidades textuais) produzidos pelos massoretas. Esta versão em grego representou o fundamento bíblico para os pais da Igreja nos primeiros séculos pós-Cristo, até a Igreja romana ter decidido usar como base o cânone hebraico. Os rabinos, pelo contrário, recusam a Bíblia dos Setenta, afirmando que só aceitam os livros que eram por eles considerados de acordo com a Lei; somente aqueles escritos na Palestina, e não fora; somente aqueles escritos em hebraico; somente aqueles escritos no período anterior a Esdra

(século v a. C.). Mas não é tudo.

Se uma pessoa nascer na Palestina, no território dos Samaritanos, ouvirá dizer que a verdade não se encontra nos códices redigidos pelos massoretas, mas na Tora (Pentateuco) samaritana, que, em relação à massorética, **apresenta 2000 variações.** A Peshitta, a Bíblia síria – aceite pelos maronitas, nestorianos, jacobitas e melquitas –, é por sua vez diferente da massorética.

Portanto, antes mesmo das traduções, possuímos tantas bíblias quantas as possíveis e tomamos conhecimento de que todas elas, com as suas inumeráveis variações, são declaradas indiscutivelmente verdadeiras por aqueles que vivem dentro das tradições que as aceitam.

Estas primeiras indicações seriam, por si próprias, suficientes para nos fazer compreender que a Bíblia na qual temos de acreditar depende do período histórico e do lugar geográfico onde nascemos, ou seja, que não existe um «absoluto» porque há sempre alguém que decide por nós, indicando-nos de maneira dogmática qual deve ser a verdade e onde ela se encontra.

Mas a situação não é assim tão simples. Os textos bíblicos mais antigos que possuímos são aqueles que foram encontrados nas grutas de Qumran: alguns deles remontam ao século ii a. C. Agora, entre o texto de Isaías encontrado nestes rolos e o texto de Isaías redigido pelos massoretas existem mais de 250 variações, entre as quais palavras inteiras que se encontram no primeiro e não no segundo, e vice-versa.

As discrepâncias sobre o profeta Daniele os 11 livros que oficialmente estão desaparecidos

E como se não bastasse, as divergências estão também dentro dos cânones já referidos anteriormente: católico, hebraico, protestante, copta...

Por exemplo, para os católicos, Daniel é um profeta e, a partir das suas profecias, consideradas verosímeis, por vezes são elaboradas previsões apocalípticas sobre as quais muitos pregadores constroem os seus próprios proveitos. Os Hebreus, pelo contrário, não reconhecem Daniel como profeta e

colocam o seu livro entre os simples *ketuvim*, ou seja, entre os escritos menos importantes do Antigo Testamento. E ainda não é tudo: a cúpula do rabinado dos Estados Unidos escreve que as suas profecias (por exemplo, aquela dos 490 anos) são fruto de uma «manipulação» intencional levada a cabo para emendar escritos anteriores (como os de Jeremias), que se revelaram falsos.

Portanto, Daniel é: para Roma, um profeta; para Jerusalém, um não profeta, e até mesmo um «remodelador» para o Dr. David Wolpe (rabi decano do Sinai Temple de Los Angeles). Chegados a este ponto, e fazendo uma consideração sobre aquela que poderíamos definir, no mínimo, como falta de honestidade intelectual do autor do Livro de Daniel, acrescento alguns outros elementos objectivos, erros evidentes feitos pelos redactores, que revelam ser realmente pouco informados: em Daniel 4:30 fala-se da loucura de Nabucodonosor, enquanto quem ficou louco foi o seu filho Nabonido (555-539 a. C.), que abandonou o trono e a cidade de Babilónia, para se retirar num oásis chamado Tema (acontecimento narrado também num documento de Qumran, conhecido como a Prece de Nabonido, donde resulta que a comunidade dos essénios parecia estar melhor informada do que o chamado profeta); em Daniel 5:2 está escrito que Baldassare era filho de Nabucodonosor, mas na verdade era filho de Nabonido; em Daniel 5:30 está escrito que Baldassare morreu durante a conquista da Babilónia; no entanto, o rei que morreu naquela noite foi Nabonido, porque Baldassare já tinha morrido anteriormente, durante uma batalha que aconteceu fora da cidade; em Daniel 6:1 diz-se que, no momento da morte de Baldassare, Dario, o Medo, aceitou o reino da Babilónia, enquanto foi o rei persa, Ciro, que conquistou a cidade, e Dario conquistou-a novamente apenas no ano 521 a. C., derrotando um rebelde que tinha tomado o poder, autoproclamando-se Nabucodonosor IV; em Daniel 10:4 narra-se uma visão que o profeta teve na Babilónia, e o texto transcreve-o – «Encontrava-me nas margens do rio Tigre» –, quando se sabe que é o rio Eufrates que corre na Babilónia (!).

Resumindo: com mistificação numérica e profética, com ignorância sobre factos históricos e geográficos (muitas vezes revelados até mesmo nas notas de rodapé, nas bíblias católicas), tenho de comentar que o autor daquele texto realmente fez um péssimo uso da assim chamada inspiração divina.

O cânone hebraico age melhor, é mais prudente, porque o insere como um simples *ketuvim*, ou seja, como já foi dito antes, entre os escritos menos importantes, onde certamente encontra a sua colocação ideal.

Outros erros parecidos encontram-se no Livro de Tobias que, todavia, também não é aceite pelo cânone hebraico: em Tobias 1:2 está escrito que a deportação

citada naquela passagem aconteceu durante o período de Enemessaro (Salmanaser ou Sargão II?); no entanto, verificou-se durante o período de Tiglate-Pileser III que, no Segundo Livro dos Reis 15:29, de facto, consta ter conquistado o país de Neftali e deportado os seus habitantes para a Assíria; em Tobias 1:15 está escrito que quando Salmanaser morreu subiu ao trono o seu filho Senaqueribe, enquanto constaria que o seu sucessor fosse Sargão II, e que Senaqueribe fosse o sucessor deste último.

Estes são apenas alguns exemplos das inumeráveis incongruências e dos erros que, como já foi dito antes, cada um poderá encontrar evidenciado até mesmo nas notas de rodapé das bíblias que temos em casa. Certamente, podemos considerar esses lapsos como problemas escriturais devidos a vários motivos, sobre os quais vou falar em breve, mas permanece o facto de que a credibilidade dos autores desses textos (principalmente do de Daniel, que não somente erra como adultera intencionalmente) com certeza não pode ser considerada exemplar. Todavia, o livro de Daniel é colocado no cânone católico, e até mesmo entre os profetasmaiores.

É, portanto, **evidente que possuímos somente «uma» das bíblias possíveis.** Digo «uma» porque as bíblias possíveis são potencialmente mais numerosas do que se possa imaginar: são mais numerosas do que aquelas indicadas acima, porque a essas podemos acrescentar todos aqueles textos que no decorrer dos séculos fizeram desaparecer mas que aparecem citados na Bíblia aceite oficialmente: textos conhecidos pelos autores antigos, que os consideravam válidos a ponto de usá-los como fontes ou como remissões para os leitores daquele tempo.

Eis o elenco dos 11 livros considerados oficialmente desaparecidos, mas lembrados na Bíblia (estando indicadas entre parêntesis as passagens bíblicas onde são mencionados):

As guerras de Yahweh (Números 21:14);

Livro de Jasher (Josué 10:13, Samuel 01:18);

Actos de Salomão (1 Reis 11:41);

Livro de Samuel, o Vidente (1 Crónicas 29:29);

Livro de Gade, *o Vidente* (1 Crónicas 29:29);

Livro de Natã, *o Profeta* (1 Crónicas 29:29; 2 Crónicas 09:29);

A profecia de Aías (2 Crónicas 09:29);

As visões de Ido, *o Vidente* (2 Crónicas 09:29);

O livro de Semaías (2 Crónicas 12:15);

O livro de Jeú (2 Crónicas 20:34);

Ditados dos videntes (2 Crónicas 33:19).

Perguntamo-nos: foram destruídos ou simplesmente alguém fez com que se tornassem indisponíveis? Porque desapareceram? **Quem interveio para isso durante esses séculos?** Não me refiro necessária e exclusivamente à Igreja romana, como também, e até diria principalmente, aos sacerdotes e teólogos do Templo de Jerusalém...

Porque os eliminaram, fazendo de modo a que deixassem de estar acessíveis? O que continham de tão perigoso para as doutrinas que os poderosos daquela época, e de qualquer época, deviam transmitir? **Seriam demasiadamente claros e explícitos ao apresentar Yahweh e o seu modo de agir?** Teriam comprometido a visão monoteísta machista que foi decidido elaborar e transmitir?

Além disso, há exegetas hebreus que intervêm ainda hoje sobre a versão massorética e – sem levar *masorah,* ou seja, da «tradição» – produzem variações no texto, substituem as vogais extraindo/introduzindo significados novos e completamente diferentes daqueles que a *masorah* tinha transmitido. Este comportamento, assim tão livre, constitui uma prova do facto de que existem várias «tradições», e principalmente representa uma confirmação do fundamento do título deste meu trabalho: **estes mesmos exegetas hebreus evidentemente não consideravam «sagrado» o Antigo Testamento** porque, se o fosse realmente, não podiam nem pen- sar em intervir para modificá-lo; aquilo que é «sagrado» é «intocável» por natureza.

A situação é tão problemática que em 1958, na Hebrew University de Jerusalém, sentiram a necessidade de tentar reconstruir uma Bíblia, que fosse o mais próxima possível daquela escrita na origem, que obviamente ninguém sabe qual é. Este *Bible Project*, assim se chama, tem uma duração prevista de dois séculos: portanto, daqui a 140 anos, mais ou menos, teremos, talvez, um texto bíblico parecido com o hipotético original, porém desconhecido.

Um elemento fundamental ficará, de qualquer forma, para sempre por conhecer: a vocalização. Explico-me: todos os textos foram redigidos somente com as consoantes em sequência, sem nenhuma distinção entre cada palavra, ou seja, sem espaços. O trabalho dos massoretas – guardiães israelitas da tradição – sobre o qual falámos acima, realizado entre os séculos vi e ix d. C., numa época relativamente recente, portanto, consistiu justamente em identificar cada palavra, e em inserir os sons das vogais indispensáveis para a determinação e a identificação dos significados e, por consequência, dos conteúdos.

A Bíblia que hoje possuímos recebeu o seu definitivo significado (inspirado por Deus?) na época de Carlos Magno.

Um dos coordenadores do *Bible Project*, o professor Alexander Rofe, da Hebrew University, afirmou durante uma entrevista ao *Corriere della Sera*, em Agosto de 2011, que cada texto bíblico transcrito à mão ou sob ditado nunca era igual ao anterior. Os textos do ano 400 a. C. eram como um funil de cabeça para baixo: para cada palavra que entrava, muitas outras saíam. Mas, dois séculos e meio depois, acontece o contrário: o funil entornou-se, e no templo alguém disse: ei-lo, é este o texto oficial. Daquele momento em diante, todos os livros foram corrigidos e, se um livro era muito diferente, como não era possível destruí-lo, enterravam-no. Foi desta forma que foram iniciadas as reflexões sobre a Sagrada Escritura, mas sem a preservar.

As castas que detinham o controlo do «conhecimento» tratavam de eliminar tudo aquilo que não era funcional para (ou que confrontava) a doutrina monoteísta machista que tinha de ser veiculada.

A ideia fundamental foi a tentativa de obscurecer, cancelar e/ou substituir tudo aquilo que confrontasse a ideia monoteísta que tinha de ser imposta. O professor Rafael Zer, biblista da Hebrew University de Jerusalém, afirma que, quando as passagens bíblicas citavam claramente a inegável multiplici- dade dos Elohim (o que não era aceite pelo monoteísmo imposto pelos sacerdotes de Jerusalém nem, ainda hoje, por muitos exegetas dogmáticos), **os redactores bíblicos tratavam de modificar as respectivas passagens, eliminando-as ou recopiando-as de outro modo**, tendo sido feitos vários «retoques» desse tipo. Vejamos dois exemplos significativos.

No Deuteronómio 32:43, na tradução corroborada pelos massoretas, temos a seguinte versão: «Cantem de alegria, ó nações, com o povo d'Ele, pois Ele vingará o sangue dos Seus servos; retribuirá com vingança aos Seus adversários [...].» Porém, na Bíblia do manuscrito do mar Morto, portanto anterior à intervenção teológica/ideológica dos massoretas, temos o seguinte texto *(The Dead Sea Scrolls Bible, mencionado também pela English Standard Version): «Rejoice with him, o heavens; bow down to him, all gods, for the avenges the blood of his children and takes vengeance on his adversaries…»*

«Alegrai-vos com Ele, ó céus; prostrem-se a Ele, todos os deuses, pois Ele vingará o sangue dos Seus filhos e vingar-se-á dos Seus adversários [...].»

Os «céus» tornaram-se nas «nações» e, no lugar de «prostrem-se a Ele, todos os deuses», está escrito «com o povo d'Ele». Para concluir, «os Seus filhos» (ou seja, do Elohim) foi substituído por «servos». Como é claramente visível, **foram habilmente suprimidas todas as referências à aparente pluralidade dos Elohim.**

Há outra variação no Gn. 14:18-22, quando se narra que Melquisedeque,

governador local por conta de El Elyon, mandou trazer pão e vinho e benzeu Abraão; naqueles versículos, os massoretas uniram subrepticiamente Elyon a Yahweh e definiram-no como «criador», enquanto o texto de Qumran, conhecido como «Apócrifo do Génesis» (XXII, 14-21) – muitos séculos mais antigo –, menciona a seguinte expressão: «Bendito seja Abraão por El Elyon, senhor do céu e da terra! E seja bendito El Elyon, que entregou na sua mão todos aqueles que o odeiam!» Não há qualquer menção/união a Yahweh e na passagem citada Elyon nunca está definido como «criador». Outro exemplo evidente de falsificação dos textos mais antigos, feita por quem escrevia condicionado pelas exigên- cias doutrinais monoteístas. Sabemos que os fariseus, ao contrário dos saduceus, acreditavam na vida após a morte e, quando tiveram a oportunidade de intervir no texto, certificaram-se de inserir sub-repticiamente afirmações funcionais de acordo com o seu credo. Por exemplo, os códigos mais antigos do Livro dos Provérbios, em 10:25, contêm a afirmação de que «O justo ficará firme na sua integridade», que os fariseus acharam oportuno substituir por «O justo ficará firme na sua morte», com o objectivo de transmitir a convicção de que o justo não verá aqui o fim da própria vida... Apesar de isto parecer estar em contradição com o que está escrito no Qohelet – Eclesiastes (3:18 e ss.) –, onde se diz, com uma clareza desconcertante, que o destino dos homens e dos animais é absolutamente igual, porque o Homem nada tem a mais do que o animal e que, com a morte, todos voltam para a terra de onde têm origem.

Enfatizo o modo como a «tradição» é tantas vezes citada como garantia de verdade e, portanto, como parâmetro imprescindível. Mas, pelo contrário, são exemplos como estes que nos fazem entender como a «tradição» é **certeza de manipulação.** É justamente a «tradição» que tem de ser questionada, porque modificou artificiosamente o pensamento dos antigos autores bíblicos, que não tinham finalidades teológicas: pretendiam simplesmente narrar a lembrança dos acontecimentos relacionados com a origem do seu povo. As mesmas crónicas que, nos séculos a seguir, foram modificadas e recobertas com nocivas camadas de mistério inexistente e de interpretações espiritualistas, que desviaram intencionalmente o significado original, sobre o qual, como bem sabemos, não teria sido possível construir qualquer tipo de sistema de poder. Entretanto, em relação à questão mais importante, ou seja, a necessidade de transformar Yahweh em Deus único, antecipamos que, justamente sobre este Elohim, denominado Yahweh, e a sua figura real, concreta e absolutamente não divina, darei posteriormente informações que completam e enriquecem o estudo analítico conduzido nos livros precedentes já citados.

Relembro, de passagem, que a própria Bíblia o define com clareza inequívoca:

ish milchamah, ou seja, «homem de guerra» (Ex. 15,3) – e não é por acaso que a hierarquia vaticana proferiu um tipo de directriz aos bispos e aos padres, convidandoos a evitar nomear Yahweh, substituindo este nome pelos seguintes termos: «Senhor» ou «Eterno». Possivelmente, saberão muito bem quem ele seria, realmente.

Todavia, sobre as presumíveis certezas bíblicas há algo mais a ser dito. Segundo vários estudiosos, como o professor Kamal Salibi, da Universidade Americana de Beirute, os massoretas tinham de lidar com o hebraico escrito muitos séculos antes deles, uma língua que não conheciam, sendo o aramaico o seu idioma materno. Efectivamente, os erros linguísticos são numerosos, e também são bem evidenciados na *International Standard Bible Encyclopaedia*, obra monumental que cataloga todos os tipos de erro que os escribas e os copistas fizeram ao redigir os textos. Alguns têm uma origem que contrasta nitidamente com aquilo que o consciente ou o inconsciente colectivo tomam como certo, isto é, que aqueles trabalhadores da palavra prestassem, sempre e de todas as maneiras, a máxima atenção quando redigiam a presumível inspiração de Deus.

Os escribas erravam frequentemente por vários motivos: não entendiam ou compreendiam mal o sentido do texto e, consequentemente, dividiam inadequadamente as palavras que tinham sido escritas somente com as consoantes e sem espaços intermédios, necessários para identificá-las, assim como quando liam o texto de referência, produzindo repetições, transposições e trocas de letras. Outros erros foram cometidos quando um escriba ditava para outros e eles entendiam mal, ao procurarem um sinónimo ou por negligência e ignorância, ao abordarem conteúdos que não conheciam.

Enfim, não seriam com certeza exemplos de eficiência e precisão, e nem mesmo o pensamento que estavam a transmitir, a palavra de Deus, foi suficiente para os motivar, até porque, naquela época, provavelmente nem pensariam nisso. O professor Menachem Cohen, da BarIlan University, na circunscrição de Telavive, identificou 1500 erros e imprecisões de todos os tipos nos últimos 30 anos da sua actividade de biblista. O professor Rafael Zer, citado anteriormente, reconhece com extrema clareza, como já fora mencionado no artigo do *Corriere*, que os estudiosos não podem ignorar que *aquele* livro foi administrado por homens, que fizeram erros, e que, de passagem em passagem, estes erros multiplicaram-se.

O que diríamos de um autor, ou até mesmo de um simples estudante, que, escrevendo na sua própria língua, cometesse essa quantidade de erros? O que diríamos do seu trabalho? Qual seria a sua credibilidade? Que respeito teríamos

por ele? Cabe a cada um de nós dar as suas próprias respostas. Além disso existem as contradições, numerosas e clamorosas, sobre as quais não nos detemos aqui, porque merecem um estudo à parte, que será feito posteriormente.

A história de David e Golias: em quem acreditar?

Analisaremos agora uma narração conhecida mesmo por quem não está familiarizado com a Bíblia: a história de David e Golias. No Primeiro Livro de Samuel, no capítulo 17, narra-se que o jovem David derrota o gigante Golias com um golpe da sua funda, e depois mata-o, cortando-lhe a cabeça com a sua própria espada. Contrariamente, no capítulo 21 do Segundo Livro de Samuel, lemos, com surpresa, que quem matou Golias foi El-Hanã e não David. Porém, a surpresa não termina aqui: no Primeiro Livro das Crónicas (cap. 20) está escrito que El-Hanã matou Lami, o irmão de Golias, e não Golias. Em suma, este é somente um exemplo da confusão que muitas vezes os redactores bíblicos não perceberam, provavelmente, e também porque diferentes copistas transcreviam livros diferentes e, portanto, não percebiam as evidentes contradições. Mesmo assim há quem afirme, com ingénua segurança,que a Bíblia é magnífica porque é inspirada por Deus e, por esse motivo, nunca erra. Podemos falar dessa ingenuidade, ou melhor, temos de defini-la como astúcia, que se baseia sobre a certeza substancial de que os fiéis não lêem a Bíblia, mas antes se satisfazem com as explicações dos exegetas oficiais e credenciados.

Certamente teremos, pelo menos, de revelar um facto: se Deus foi o inspirador dos conteúdos, revelou-se a seguir um péssimo revisor, já que não averiguou posteriormente o que tinha sido redigido pelos redactores que ele mesmo tinha escolhido…! Como se se tivesse desinteressado pelo produto final, após ter inspirado dezenas de autores.

Penso no director de uma firma que dita à sua secretária uma carta importantíssima, tanto para a empresa quanto para os funcionários, e depois não se interessa, nem um pouco, em averiguar se ela redigiu fielmente o seu pensamento. Mas, no nosso caso, apresenta-se uma situação ainda mais grave: se as afirmações da teologia fossem dignas de consideração, não só o destino de

uma firma, como até mesmo a vida eterna dos homens, dependeria das verdades bíblicas!

A respeito disto, como podemos pensar que este Deus não se tenha minimamente preocupado, pelos séculos fora, em certificar-se de que a sua inspiração fosse redigida com absoluta clareza e exactidão?

Pelo contrário, temos de tomar consciência da realidade: centenas de escribas colocaram por escrito palavras que, na maioria das vezes, entram em contradição umas com as outras e que, muitas vezes, os trechos contêm variações com relativas incongruências entre si, sendo o resultado de escolhas deliberadas para introduzir no texto significados que originariamente não existiam.

Em certos momentos tenho uma impressão a respeito disto. Lendo análises e discussões intermináveis, decenais ou às vezes seculares, sobre cada elemento linguístico, parece que estou a assistir a um congresso de médicos especialistas, que discutem animadamente sobre a cor da unha do polegar de um paciente; os especialistas não concordam, há quem diga que está mais clara do que o normal, quem considere que está mais escura, quem afirme que é claramente um sintoma de… etc., etc. Esta consulta superespecializada tem, todavia, uma característica: realiza-se sem se considerar o facto de que aquele polegar pertence a um corpo que foi atropelado por um comboio, que passou por cima dele com todas as rodas.

Pois bem, este é o conjunto dos livros que compõem a Bíblia: um *corpus* de obras que não se sabe quando foram escritas, nem por quem, sem distinção entre cada palavra e sem as vogais que, em última análise, são as portadoras do significado definitivo; textos escritos, reescritos, emendados, integrados, corrigidos, com variações; obras inteiras desaparecidas ou ocultadas, e depois reencontradas, reelaboradas, aceites e descartadas; livros que somente após vários séculos foram vocalizados, logo encapsulados num significado estabelecido por teólogos e/ou ideólogos, que operaram baseando se nas convicções e nas conveniências do momento.

Alguns observam que a vocalização foi feita seguindo a «tradição» e reputam este elemento como garantia de verdade. Levando em consideração as finalidades da tradição que evidenciei anteriormente, diria que este elemento é, pelo contrário, motivo válido para considerar pouco verosímil aquela vocalização, justamente porque tem como objectivo final transmitir conceitos que não pertencem aos primeiros redactores bíblicos, que estavam completamente livres de todas as formas de pensamento religioso ou teológico. A teologia monoteísta foi, na realidade, inserida artificiosamente ao longo dos séculos e os massoretas adaptaram-se a ela, favorecendo, assim, a chamada

«tradição».

Para termos mais uma confirmação da inverosimilhança desta chamada «tradição», relembro as palavras do professor Zer sobre as variações produzidas com o objectivo de esconder intencionalmente a multiplicidade dos Elohim, «o Deus único hipotético da tradição», **para introduzir a ideologia monoteísta que não está presente, absolutamente, nos textos mais antigos.**

Não posso deixar de observar como são falaciosas, às vezes, certas críticas oficiais que tendem a difamar uma fonte, quando esta apresenta hipóteses que desafiam a verdade preconcebida. Nestes casos, o estudioso começa a ser duramente atacado, a fim de o difamar, partindo-se do pressuposto de que, se a sua fonte não é corroborada, as teses que ele apresenta não são válidas. Mas se esta regra devesse assumir um valor universal, os críticos profissionais necessitariam de tomar consciência de uma realidade: a Bíblia não tem qualquer fonte corroborada.

Nada se sabe quanto *àquele* texto: quem o escreveu, nem quando, nem como, nem com que sons vogais… Sabemos apenas que possuímos cópias de diversas cópias, e que estas cópias, como afirma o professor Rofe, citado antes, nunca são iguais ao texto anterior: ninguém conhece o original.

Apresentadas estas premissas, ainda é preciso falar de engano? Mas, principalmente, ainda vale a pena ocuparmonos deste assunto?

A resposta é «sim» para as duas perguntas. Em primeiro lugar, porque este é, de qualquer forma, o *livro* de onde foram tiradas tantas hipotéticas verdades absolutas. Nele se baseiam teologias inteiras e diversificadas, ideologias nacionalistas, elaborações esotéricas, correntes místicas, etc., etc.

Este conjunto de textos, tal como foram produzidos, deu origem às construções dos mundos espirituais – Deus, anjos, demónios... – que, no entanto, afirmo com clara determinação, não estão presentes *naquele* livro, como veremos em breve. Além disso, com base *naquele* livro foram construídas ideologias que condicionam também, de maneira política, cultural, social e humana, a maior parte da história moderna e contemporânea. As construções espiritualistas, inumeráveis e fantasiosas, que se desenvolveram durante séculos estiveram, e ainda estão, em contradição entre elas; porém contribuem, numa espécie de tácito acordo, para a difusão do engano básico, resumido numa afirmação que representa a essência: a Bíblia fala de Deus e dos mundos espirituais que derivam e dependem d'Ele exactamente como o mundo material.

O Cristianismo e o Judaísmo estão distantes um do outro sob muitos pontos de vista, mas ambos contribuem com eficácia para a difusão desta

falsidade básica, embora por motivos e com finalidades distintas.

Uma pessoa que pertence à comunidade hebraica romana informou-me que os próprios massoretas tiveram de actuar intensamente sobre os textos bíblicos para ocultarem o seu verdadeiro significado, demasiadamente cruel e concreto para ser aceite. Tão cru e tão concreto que era considerado uma fonte arriscada, um perigo para o mundo hebreu. Ele evidenciou que era uma questão de vida ou de morte, obviamente concernente não apenas aos próprios massoretas como a todo o povo hebraico. Durante os séculos de actividade dos massoretas (VI-IX d.C.), o povo de Israel estava espalhado ao longo do litoral do Mediterrâneo e na Europa, ou seja, nos territórios onde as duas religiões, Cristianismo e Islamismo, estavam a disputar a supremacia, lutando com violência e brutalidade incríveis. Milhares de litros de sangue foram derramados entre cristãos e muçulmanos, em nome do próprio Deus. Naquela situação, os sábios hebreus tiveram obrigatoriamente de compatibilizar o próprio texto com as duas religiões, e assim fizeram. Ocultaram, parcialmente, a sua crua realidade, tornando-a aceitável e utilizável por parte das teologias vencedoras, que estavam, pouco a pouco, a estabelecer-se.

Mas, também nos séculos seguintes, os mesmos sábios hebreus actuaram no sentido de gerar as desejáveis concordâncias. Durante a Idade Média, a Igreja romana teve a presunção, muitas vezes concretizada, de definir quais eram as verdades bíblicas correctas e, contrariamente, quais as que tinham de ser corrigidas pelo próprio pensamento hebraico.

A hierarquia vaticana alcançou parcialmente os seus objectivos, ameaçando com represálias quem praticava o Judaísmo, que não estava de acordo com as ideias que ela considerava correctas: a própria elaboração teórica feita pelos rabinos foi objecto de análise e, quando necessário, de perseguição.

Também neste âmbito sociocultural, ou seja, nesta situação histórica extremamente perigosa, foram amadurecidas e impostas as elaborações de carácter espiritualista que conhecemos. Assim, nasceram certezas que, examinadas atentamente, se revelam pelo que são: meros produtos de fantasia, desprovidos de qualquer fundamento bíblico. De facto, a teologia é uma forma de pensar peculiar: cria e produz a ideia de Deus, define algumas possíveis especificações e depois passa séculos a discutir sobre o que ela mesma elaborou. É essencialmente auto-referente: não tendo à sua disposição um objecto concreto de estudo, visto que Deus não pode ser considerado como tal, não faz outra coisa a não ser estudar-se a si mesma e àquilo que elabora.

O teólogo Amin Kreiner escreve que ninguém sabe coisa alguma sobre Deus, uma evidência óbvia que ninguém pode negar (*op. cit.* na Bibliografia). Miguel

de Unamuno – pensador espanhol, atormentado e muitíssimo perspicaz, ex-reitor da Universidade de Salamanca – fornece uma análise excepcionalmente adequada e sintética da origem e das motivações do pensamento teológico, quando escreve que «[...] a teologia nasce da fantasia posta ao serviço da vida que quer ser imortal» (*Do sentimento trágico da vida.* São Paulo, Martins Editora, 1996). Por outras palavras: o Homem não quer ouvir que tudo termina com a morte e, portanto, a teologia elabora uma resposta que estabelece as bases da ideia de Deus, que ela mesma produz. Esta é uma afirmação que acaba por estar completamente de acordo com o que o actual Dalai Lama diz, segundo o qual «toda a forma de religião nasce com o objectivo de dar uma resposta à mãe de todas asagonias: o medo da morte».

Teólogos, ideólogos, pretensos mestres esotéricos, místicos de vários tipos e origens agiram durante séculos como se estivessem a colaborar entre si – às vezes silenciosos e automáticos, outras conscientemente cúmplices – para difundirem a mesma mensagem em relação à Bíblia. Desta maneira, aquilo que no início era uma simples narração de acontecimentos históricos e concretos atinentes à Humanidade, aos Elohim que participaram com a engenharia genética – sobre a qual escrevi amplamente no livro intitulado *Non c'è creazione nella Bibbia* e o relacionamento unívoco entre um deles, Yahweh, e aquele povo –, foi transformado no fundamento dogmático de um pensamento religioso que, ainda hoje, condiciona, directa ou indirectamente, mais de dois mil milhões de pessoas.

Além dos diversos aspectos que se referem aos conteúdos, sobre os quais falarei adiante, a principal falsidade – grande, enorme – que foi inteligentemente elaborada e propalada, até fazer com que se tornasse numa certeza profundamente enraizada nas almas, é a seguinte: a Bíblia é um texto que usa uma linguagem críptica repleta de verdades espirituais profundas, ocultas, misteriosas, apresentadas de forma alegórica, metafórica, com uma linguagem muitas vezes iniciática, que precisa de interpretações e conhecimentos que não estão disponíveis nem acessíveis a todos.

Enfim, de acordo com esta visão artificiosa que foi aplicada, o trabalho de um exegeta deveria consistir em escavar profundamente no texto, procurando os significados ocultos, que estão reservados a quem tem a capacidade de compreender e a quem, não por coincidência, depois se atribui o direito de divulgar, de acordo com modalidades e tempos que a ele cabe sempre decidir.

Anos a traduzir do hebraico massorético para as Edizioni San Paolo geraram em mim a convicção diametralmente oposta. Na minha opinião, o verdadeiro trabalho de um exegeta, livre dos condicionamentos dogmáticos, não prevê a

pesquisa de significados ocultos mas, pelo contrário, a libertação do texto bíblico de todas aquelas superestruturas teológicas, ideológicas, esotéricas e espirituais que foram elaboradas artificiosamente ao longo dos séculos. Portanto, esta é a minha hipótese de trabalho.

Repito que se trata de uma hipótese – deixo as supostas verdades para os dogmáticos –, para a qual exijo os mesmos direitos concedidos às outras chaves de leitura, principalmente diante de um dado realmente evidente: nenhuma das denominadas «tradições» possui a verdade, visto que as discordâncias entre elas continuam abertas, profundas, muitas vezes violentas, e, em todo o caso, irremediáveis.

Todas as doutrinas «tradicionais» compartilham um único dado básico: foram elaboradas para esconder a verdadeira evidência textual, muitas vezes desagradável, de maneira alguma espiritual, e, portanto, não aceitável por parte de quem não tem como finalidade a verdade mas a construção de um sistema de controlo de cada mente e de todo o contexto social.

A realidade textual encontra-se diante dos nossos olhos, à superfície, e, justamente por este motivo, foi coberta por camadas espessas de invenções e elaborações, enriquecidas por atribuições com valências místicas brumosas. Isto foi feito porque, sobre aquela história, conhecida na sua autêntica substância escritural, não poderiam ter sido construídas religiões, nem ideologias nacionalistas, nem sistemas de poder.

A Bíblia tem de ser considerada pelo que é, ou seja, um dos muitos livros escritos pela Humanidade

Anos de traduções amadureceram em mim esta convicção. É um entre tantos livros escritos pelos povos do passado.

Um entre tantos livros onde estão contidos os elementos es-senciais da história do Homem, elementos que, como diremos brevemente, pertencem às narrações dos povos de todos os continentes da Terra.

Portanto, a Bíblia não é um *unicum*, nem muito menos a fonte de origem das

narrações de outros povos, como afirmam alguns ideólogos que pretendem colocar o conhecimento ao serviço da sua própria convicção – a verdade é exactamente o contrário, como veremos daqui a pouco.

Este é o motivo que determinou a necessidade de criar as superestruturas convenientes, inclusivamente a falsa ideia de que a Bíblia contém verdades escondidas de carácter metafísico e mistérios conducentes ao âmbito divino. Nada disto se encontra *naquele* livro, os antigos autores bíblicos não falavam de Deus ou de religião, mas narravam uma história com os instrumentos linguísticos e culturais que tinham à disposição.

Considerando o modo como a Bíblia nasceu, temos necessariamente de abandonar toda a pretensão de obter verdades incontestáveis, ainda menos aquelas verdades absolutas que determinam o condicionamento das consciências por parte de estruturas de poder, ou também por parte de qualquer pretenso mestre. Com a Bíblia temos de tomar consciência de uma realidade: podemos somente «fazer de conta que…». Fazer de conta que os autores queriam contarnos uma história, cujo interesse nasce do facto de que os elementos fundamen- tais, aqueles que tratam da origem da Humanidade, correspon- dem substancialmente às narrativas de outros povos. Aquelas passagens podem, e devem, ser examinadas com grande interesse, porque contêm informações fora do relacionamento directo entre Yahweh, o hipotético Deus, e aquele povo, uma vez que se referem a todo o género humano e não contêm, originariamente, implicações teológicas. São aquelas passagens que o professor Robert Wexler – *President and Irma and Lou Colen Distinguished Lecturer in Bible*, University of Judaism, Los Angeles – diz que não tiveram origem na Palestina, não sendo, portanto, fruto original dos autores hebreus mas de povos que escreviam sem condicionamentos de carácter religioso.

«Fazendo de conta que…» temos de levar em consideração as afirmações que se contrapõem ao dogmatismo dominante. Por exemplo, o mesmo professor escreve que a maioria dos biblistas modernos da Rabbinical Assembly pensa que nunca houve Abraão algum; e que muitos duvidam da existência histórica do próprio Moisés.

Sem os condicionamentos citados acima, estes estudiosos não têm dificuldade em escrever que, quando ocorreram os factos bíblicos de Abraão e Moisés, partindo do pressuposto de que ambos viveram realmente, o povo e a língua hebraica ainda não existiam. Não sabemos que língua eles falavam, pois Abraão vivia na terra de Sumer, e Moisés, como diz a própria Bíblia, era um egípcio (Ex. 2:19). Provavelmente, Abraão falava uma forma qualquer de acádico e Moisés expressava-se, presumivelmente, na língua egípcia do seu tempo.

Em relação a este assunto, temos de lembrar que os estudiosos Roger e Messod Sabbah, prevenientes de uma família rabínica, analisando o Targum, a Bíblia escrita em aramaico, chegam a conclusões completamente diferentes daquelas que se deduzem do estudo da Bíblia massorética; conclusões determinantemente desorientadoras para os detentores e divulgadores de certezas, uma vez que a narrativa daí resultante subverte completamente aquilo que se pensa saber sobre os acontecimentos do povo hebraico (*op. cit.* na Bibliografia). Basta pensar que naqueles textos (Ex. 2:6-7) se encontra escrito que Moisés era uma criança dos *yahud,* enquanto no código massorético a filha do faraó que encontra o cesto com a criança diz – de acordo com os chamados guardiães da tradição hebraica – que aquele era um menino dos Hebreus. O termo *yahud* identifica uma específica casta de sacerdotes durante o período do faraó Akenáton, portanto Moisés teria sido um deles. Sempre de acordo com os irmãos Sabbah, o termo *yahud* teria sido utilizado, através de uma elaboração tão fantasiosa quanto falsa, para criar o mito da tribo de Judas. No livro do Êxodo, 5:3, é o próprio Moisés, sempre no Targum, a afirmar que quem o mandou foi o Elohim, Deus dos *yahudae* – plural de *yahud* –, enquanto, mais uma vez, os massoretas escrevem que quem o enviou ao faraó teria sido o Elohim dos *‘ivrjim,* dos Hebreus.

Contudo, há uma revelação ainda mais desorientadora, que surge do trabalho feito pelos massoretas sobre a Bíblia aramaica: aqueles que fugiram com Moisés do Egipto eram todos exclusivamente egípcios, que pertenciam a três castas sociais – classe alta militar, casta sacerdotal e arraia-miúda –, portanto não Hebreus, que naquele tempo ainda não existiam como identidade étnica definida, como o confirma Lee I. Leine, professor de História Judaica na Hebrew University, em Jerusalém, que revela como aquela identidade é, efectivamente, o resultado de um processo que deve ter levado muito tempo para se desenvolver.

E são sempre as mentes rabínicas abertas, não condicionadas pelas teologias e ideologias notoriamente inventadas, que não têm pejo em reconhecer abertamente que, como nos próprios cânones aceites, existem várias dificuldades de compreensão, que já eram evidentes entre os antigos comentadores e que se mantiveram pelos séculos fora sem se encontrar conclusões satisfatórias e consensuais.

O professor Jacob Milgrom, professor emérito de Estudos Bíblicos na University of California, em Berkeley, documenta que no pensamento hebraico coexistem pelo menos duas correntes com posições diferentes sobre os princípios e as regras contidas na lei moisaica: a corrente minimalista, sustentando que Yahweh forneceu somente os princípios gerais da legislação que o povo deve seguir, e a corrente maxima lista, que afirma, pelo contrário, que no

monte Sinai foi revelado a Moisés o corpo de leis completo, com todos os pormenores. O próprio professor relembra que as dificuldades de compreensão de vários preceitos são tantas que se torna necessário um trabalho de interpretação e aplicação – coisa bastante estranha, se pensarmos que eles foram transmitidos directamente por Deus. Ele dá como exemplo um *midrash*[2] (Mid. Psalms 12:4; cf. BT Hag. 3b), onde Moisés conversa com Yahweh. Moisés, não entendendo o significado de algumas normas, pergunta como poderá o povo chegar a compreender o verdadeiro significado das leis. Yahweh responde-lhe de maneira realmente surpreendente: «Vocês devem seguir a maioria. Quando a maioria declara que uma coisa é pura, é pura, e quando declara que é impura, é impura.»

Certamente, não esperaríamos uma indicação deste tipo por parte de um Deus, do qual deveria haver um esclarecimento sobre as normas comportamentais, até porque bem sabemos como funcionam as maiorias, principalmente por causa das mudanças a que estão sujeitas devido às pessoas que as compõem. Em consequência disso, mudaria com a composição das maiorias também o sentido das leis que muitos se obstinam em considerar divinas e, portanto, não discutíveis.

Mas, toda a Bíblia nos faz compreender claramente que aquele indivíduo chamado Yahweh não era, para nossa sorte, Deus.

O dogmatismo terá de reflectir seriamente – ou melhor, deveremos infelizmente usar o modo condicional e dizer antes que «teria» de reflectir – porque bem sabemos que os dogmáticos muitas vezes se recusam a fazê-lo. Todavia, existem elementos para se meditar seriamente, os quais provêm, inclusivamente, de ambientes culturais que podem ser considerados acima de qualquer suspeita, como a arqueologia bíblica, administrada por académicos hebreus das universidades israelitas, e como os trabalhos daquele sector do rabinado que estuda, pesquisa e divulga conhecimentos livres, contrários aos condicionamentos teológicos e ideológico-nacionalistas que determinaram a elaboração e a difusão secular de falsidades apresentadas como verdades absolutas e não contestáveis. Algumas informações provêm desses ambientes culturais livres, em contraste com as crenças mais comuns e difundidas.

Aconteceu, realmente, a conquista da terra de Canaã por parte daqueles que seguiram Moisés (partindo do pressuposto de que este terá existido) e, depois dele, Josué?

A arqueologia israelita moderna sustenta que a narração épica da conquista de Jericó é, provavelmente, uma fábula religiosa, absolutamente não documentada por quaisquer achados. As escavações arqueológicas, na verdade, evidenciaram

que no período da suposta conquista da cidade de Jericó, presumivelmente, esta não fosse cercada por muralhas.

E, ainda mais: existiram realmente os grandes reinos de David e Salomão? De acordo com as evidências arqueológicas, estes não teriam passado de duas pequenas unidades autónomas locais, pouco maiores do que um reino tribal, sobre as quais sucessivamente foi construída a lenda que conhecemos, com o objectivo de fornecer ao povo hebraico um tipo de mito fundacional que pudesse ser comparado com o de outros reinos mais conhecidos e bem documentados.

Como costumo dizer sempre nas minhas conferências, esses rabinos também afirmam que o Dilúvio bíblico não foi universal mas antes um evento localizado. Basta pensar que, quando Noé alcançou terra firme, livre das águas, pegou numa grande quantidade de animais e queimou-os em sacrifício aos Elohim, ofertando-os como presente (Gn. 8:20, sendo que mais adiante entenderemos quem eram os Elohim e por que razão a fumarada lhes seria agradável). Sempre me perguntei por que motivo queimara ele os animais que tivera tanto trabalho para salvar e abrigar na arca… Não seria, só por isso, ridículo? Evidentemente, ele encontrou mais animais cá fora, quando desceu – aqueles que não tinham sido atingidos por aquela inundação limitada.

Entretanto, mais uma vez, são os rabinos quem revela a falta de documentos egípcios que atestem uma presença maciça de Hebreus naquela terra. E existem ainda menos testemunhos de um estado de escravidão. A propósito disto, cito um exemplo: quando eles se preparam para deixar o país, Yahweh impõe que lhe seja entregue todo o ouro possível (Gn. 11:2).

Então, é verosímil que escravos possam pedir uma coisa dessas aos seus próprios senhores quando estão prestes a ir embora? Absolutamente não, a própria ideia já em si é ridícula.

Além disso, durante a sua permanência no deserto, aquela gente muitas vezes lastima a sua situação precedente, colocando-a em nítido contraste com aquela em que Moisés a obrigou a viver. Enfim, muitas vezes se lamentavam das tristes condições em que se encontravam e repetiam que, sem dúvida alguma, estavam melhor antes, enquanto a narração mitificada gostaria de descrevê-los como escravos explorados cruelmente (Ex. 13).

Os pregadores que insistem obstinadamente em dizer que a Bíblia não erra, porque é inspirada por Deus, terão de se conformar, pois estão a combater, embora com perseverança, numa guerra já perdida.

É obvio que muitos fiéis, sejam judeus ou cristãos, não aceitam ver as suas próprias convicções colocadas em dúvida, mas os estudos prosseguem e as

evidências tornam-se cada vez mais claras e eloquentes. A realidade nua e a história revelada podem não agradar, mas nem por isso têm de continuar a ser escondidas. Apesar da reacção imediata e instintiva que leva muitos a revoltarem-se agressivamente contra o que está a vir à tona, até mesmo os obstinados do dogma deverão, inevitavelmente, reconhecer a realidade histórica que é evidente na própria Bíblia.

Portanto, aquilo de que falo não é uma «descoberta» mas a simples reafirmação do que já está claro na Bíblia, o que é suficiente para não a cobrir com um véu de mistério. Se quisermos falar de «descoberta» poderemos utilizar este termo no seu significado mais verdadeiro, ou seja, a eliminação dos elementos de confusão que lhe foram colocados artificiosamente. São, justamente, os estudos conduzidos por pessoas livres que traçam o caminho que deverá ser percorrido no futuro, pessoas estas acima de qualquer suspeita, e que são arqueólogos israelitas, professores de História das universidades de Jerusalém e Telavive, centenas de rabinos, pesquisadores alternativos, não condicionados pela necessidade de defender posições vantajosas…

Todos esses elementos de incerteza, úteis e preciosos, e todas essas novas aquisições de carácter histórico e científico, permitem-me ratificar o que venho dizendo há muitos anos:

Nós temos somente uma das bíblias possíveis, mas, já que nos disseram ser esta a «verdadeira», «inspirada por Deus», tentemos, pelo menos, entender o que nos conta, livrando-a daquelas superestruturas conceptuais e religiosas sobre as quais falei anteriormente.

A narração das origens, associada às histórias semelhantes de outros povos, é o elemento fundamental de interesse que persiste. O facto de os reinos de David e Salomão não terem existido na forma exaltante como nos foi apresentada não nos interessa muito, afinal. Aquilo que nos importa são os acontecimentos do momento primordial, porque é deles que temos de partir para reescrever a história da Humanidade, vendo as suas extraordinárias vicissitudes entrelaçarem-se indissolu- velmente com o nascimento e a elaboração das formas de pensamento, de onde se originam as grandes estruturas e os movimentos ideológicos. Estes últimos têm a necessidade de manter viva a insustentável visão bíblica, e são eles, justasmente, que tentam resistir e bloquear a revolução cultural que está a acontecer.

Mais adiante faremos uma hipotética reconstrução de como este entrelaçamento se pode formar, seja mediante uma acção deliberada seja através de mecanismos que se instauram quase automaticamente. Em virtude de tais considerações, este trabalho dedica um espaço aos temas fundamentais, espe- cialmente, e em

primeiro lugar, a todos aqueles que se referem a Deus, pois na Bíblia fala-se de Deus… ou não? Ele está presente?

Esclareço que a existência de Deus não é o tema do meu trabalho. Ocupo-me da Bíblia e, se afirmo que aí não se fala de Deus não é que pretenda negar a sua existência. Digo, simplesmente, que aquele livro não se lhe refere. A existência ou não de Deus não depende – não deveria depender – de um livro, porque isso seria dramático, principalmente quando vem a saber-se de que modo aquele livro se formou ao longo dos séculos.

Elohim, Yahweh e as incoerências das teses dogmáticas

Desejando evitar equívocos, reafirmo que os conceitos de verdadeiro e falso não representam, em sentido absoluto, a verdade – que não me pertence e sobre a qual, consequentemente, não falo. Todavia, refirome àquilo que está contido no texto bíblico e àquilo que, falsamente, lhe atribuem.

Nestes anos de traduções e de publicações ficaram patentes aos meus olhos as evidentes falsidades, as distorções, as interpretações artificiosas e as análises filológicas intencionalmente submetidas às exigências doutrinais, teológicas e ideológicas. De facto, não devemos deixar de observar que as regras gramaticais aplicadas no hebraico bíblico foram elaboradas ulteriormente pelos próprios gramáticos, que depois as discutem animadamente, não estando de acordo, na maioria das vezes, com as suas próprias formulações e aplicações. A respeito disso, podemos ler os escritos de estudiosos académicos como o professor Garbini, ou as diatribes em que participam James Washington Watts, O. L. Barnes, Benjamin Wills Newton e assim por adiante. Mesmo antes deles, já no séculoII d. C., rabinos como Akiva e Ishmael discutiam até mesmo sobre a função e sobre a relevância de certas letras como vav, sem chegarem a um acordo.

Um óptimo exemplo é a interpretação que Akiva fornece da norma contida no Levítico 21:9: «E quando a filha de um sacerdote começar a prostituir-se, profana a seu pai; com fogo será queimada.» É até mesmo banal entender que os sacerdotes tinham mulheres, filhos e filhas, e nesse sistema social caracterizado

por uma absoluta desigualdade em relação aos dois sexos, que persiste ainda hoje, dramaticamente, em correntes ortodoxas, condenadas pela própria maioria da cultura hebraica, eram as mulheres, fundamentalmente, as punidas por essas eventuais transgressões. Neste caso, o rabi Akiva afirma que o uso específico da letra vav no versículo indiciava que a pena devia ser aplicada também às mulheres casadas, enquanto no Talmude limitava a aplicação às jovens noivas. O seu antagonista, o rabi Ishmael, acusao de atribuir um valor inexistente às consoantes vav, que ele, pelo contrário, define como «supérflua».

O rabino Joel Roth, professor de Lei Talmúdica e Judaica no Jewish Theological Seminary, em Nova Iorque, lembra que, para o rabi Akiva, cada letra da Tora não possuía exclusivamente um valor linguístico, porque o estilo e a disposição das letras continham e escondiam outras mensagens ainda mais profundas. Para o rabi Ishmael era o contrário: a linguagem da Tora era exclusivamente humana, logo o estilo, a gramática e o seu uso em geral não tinham de ser interpretados como instrumentos para transmitir mensagens divinas escondidas ou específicas.

Este último modo de compreender o texto coincide com as afirmações citadas pelo professor Jeffrey H. Tigay, Emeritus *A. M. Ellis*, professor de Línguas e Literaturas Hebraicas e Semíticas na University of Pennsylvania, na Filadélfia, sobre o facto de a Tora não ser metafórica.

Enfim, como se vê devemos levar em conta as dúvidas, as infinitas incertezas e as contínuas controvérsias dentro do próprio âmbito cultural de onde, pelo contrário, se esperaria certezas.

Os livres-pensadores acolhem isso como sendo um elemento fortemente positivo, pois onde existem a dúvida e o bate as certezas dogmáticas perdem imediatamente – ou, melhor, deveriam perder para os homens de bom senso – todas as razões de existir, porque estão despojadas dos fundamentos necessários para serem aceites consensualmente.

Diante do obscurantismo dogmático, a existência de uma dialéctica dinâmica testemunha a presença e a vitalidade de um mundo aberto, e documenta a atitude mental de estudiosos não corrompidos pelo dogmatismo teológico e/ou ideológico que, em oposição, condiciona a maioria do pensamento que, durante muitos séculos, se professa no texto de que nos ocupamos. As diatribes filológicas devem ser olhadas através do ponto de vista de um elemento tão fundamental quanto desconhecido ou omitido, como cita o professor Garbini, catedrático de Filosofia Semítica da universidade La Sapienza e pertencente à Accademia Nazionale dei Lincei, ambas em Roma, segundo o qual os massoretas não actuaram em função da base linguística e gramatical, ou seja, não

escreveram levando em consideração as regras preestabelecidas, mas em bases e, principalmente, com intenções puramente ideológicas e teológicas, por causa também dos motivos que expomos acima, lembrando sempre que podia tratar-se de uma que tão de vida ou de morte para o povo hebreu.

Portanto, o que foi omitido com as ficções teológicas, ocultistas, esotéricas, místicas e também filológicas?

Para o aprofundamento de cada tema remeto para os trabalhos anteriores, onde são analisados pormenorizadamente, com os versículos hebraicos dispostos ao lado das respectivas traduções e comentários:

Il libro che cambierà per sempre le nostre idee sulla Bibbia (2010);

Il dio alieno della Bibbia (2011);

Non c'è creazione nella Bibbia (2012).

Nesta «palestra feita com o teclado» faço várias afirmações exactas e claras, consciente das suas consequências.

A Bíblia não fala de Deus.

A Bíblia não é um livro de religião, assim afirmam publicamente os filólogos hebreus que intervêm na internet, nos fóruns e nos blogues, inclusivamente aqueles cujo objectivo declarado é confrontar a difusão desta minha chave de leitura literal, que põe em discussão todo o sistema ideológico e teo- lógico sobre o qual estamos a falar, e que coloco ao lado daquele tradicional. Tudo isso oferece ao leitor ocasiões de reflexão úteis para construir as suas próprias ideias, pessoais e livres dos esquematismos, onde foi enjaulada toda a questão bíblica.

A Bíblia narra a história do **relacionamento entre um colonizador/governador chamado Yahweh e um grupo de pessoas que, afadigadamente, ele transformou num povo,** dando-lhes uma identidade. A parte da Bíblia que narra os acontecimentos históricos mais distantes – que os redactores bíblicos reproduziram através das narrações sumérico acádicas muito mais antigas – é, substancialmente, um livro de crónica, que descreve as origens da Humanidade, a produção de um grupo étnico especial e os subsequentes acontecimentos vividos por um povo que estabeleceu um relacionamento/aliança com um dos Elohim, aquele que é conhecido, precisamente, pelo nome de Yahweh.

Este indivíduo, longe de ser o Deus espiritual, transcendente, criador do céu e da terra, era de carne e osso, pertencia a um grupo de colonizadores/governadores/vigilantes, que a Bíblia refere pelo nome de Elohim.

Nas bíblias que temos em casa encontramos o termo «Deus» (singular) como equivalente do vocábulo Elohim (plural), que surge no texto hebraico. Quando, nas nossas bíblias, encontramos os termos

«Senhor» ou «Eterno», em hebraico surge Yahweh. Conforme já enfatizei, não é por acaso que a Igreja romana quer deixar cair este termo, progressivamente em desuso.

É necessário dizer, também, que o nome Yahweh aparece nas histórias bíblicas quando a língua hebraica ainda não existia, e que foi escrito muitos séculos após ter sido pronunciado, cerca de três séculos, na melhor das hipóteses, usando somente as consoantes, recebendo os sons vocálicos, enfim, 1700 anos mais tarde. A Bíblia narra a história do relacionamento entre este indivíduo e um povo que lhe foi confiado (no Dt. 32:8 e seg.), onde se diz que Elyon distribuía entre as nações as suas próprias heranças (atribuições) e fixava os con- fins dos povos.

O versículo hebraico (Dt. 32:9) não diz que foi Yahweh quem escolheu, como geralmente se faz crer, mas que a parte que lhe foi dada correspondia àquele povo. Isto faz supor que ele não deveria estar, sequer, entre as entidades mais importantes e influentes.

Como prova disso cito a tradução da Jewish Publication Society que, referindo-se ao povo que lhe foi atribuído, menciona textualmente: «Encontrou-o numa região deserta, numa desolação vazia e gritante.» Portanto, encontrou a sua parte, *cheleq*, dispersa no deserto. A versão feita pelos próprios tradutores hebreus não deixa espaço a dúvidas: a parte que Yahweh recebeu de Elyon não era importante. Este último é um termo hebraico que nas bíblias é traduzido como «Altíssimo», mas que significa literalmente «Aquele que está em cima» e é usado, por exemplo, para indicar a parte superior de uma cidade (Gn. 16:5)), ou um quarto que se encontra numa posição elevada em relação aos outros (Ez. 41:7). O uso do superlativo absoluto «Altíssimo» revela-se forçadamente teológico. Elyon era o comandante e, como tal, definia os confins dos povos, atribuindo os territórios às várias nações.

Logo, relembro Platão e o diálogo entre Crítias e Timeu, quando menciona que os *theoi* (deuses) tiveram aquilo que queriam após uma subdivisão. Eles, depois, povoaram os próprios distritos e dedicaram-se aos seus rebanhos, de acordo com os seus arbítrios. Mais uma vez, Platão evidencia que os *theoi* tinham as suas atribuições em lugares diferentes. É exactamente isto que extraímos da Bíblia a partir do Dt. 32:8 e seg., pois notamos até a correspondência extraordinária com a figura do bom pastor, que encontramos frequentemente nos Salmos. Uma curiosidade: enquanto no *Crítias* se fala de colaboração entre os *theoi*, na Bíblia especifica-se literalmente como Yahweh fez tudo sozinho, sem a ajuda dos outros Elohim (Dt. 32:12).

Sendo exclusivamente um *ish milchamah*, «homem de guerra» (Êxodo 15:3), provavelmente não estava disposto a tolerar interferências nas suas decisões, nem talvez os seus objectivos fossem confessáveis ou, pelo menos,

compartilháveis. Isto é claro para quem lê com a mente livre, porque, em contrapar- tida, sabemos que as teologias e as ideologias monoteístas devem obrigatoriamente afirmar que Elyon e Yahweh são dois nomes que identificam o mesmo Deus, juntamente com o plural Elohim.

Deste modo, tentamos seguir os monoteístas no seu percurso e, lendo os versículos, descobrimos imediatamente que no Dt. 32:8-10 temos uma situação mais do que curiosa: de acordo com a doutrina tradicional, Deus, com o nome de Elyon, define e divide territórios e nações; porém, o mesmo Deus, mas agora com o nome de Yahweh, atribui a si mesmo uma pequena e insignificante parte entre esses povos. Substancialmente, segundo a doutrina, este Deus cria toda a Humanidade, mas decide ocuparse somente de uma parte dela. Se tudo terminasse aqui poderíamos fingir que aceitávamos a ideia de que este Deus – com escolhas absolutamente estranhas e pouco universais –, por motivos insondáveis, se interessava particular e exclusivamente por aquela gente dispersa num território deserto e que, na imperscrutabilidade misteriosa do seu pensamento, perdera, simultaneamente, o interesse pelos outros povos. Mas, neste caso, seria ainda o Deus de todos?

A resposta é imediata, evidentemente, permitindo-nos prosseguir para a falta de credibilidade da doutrina teológica/ ideológica que tem por base a «tradição».

Seguindo com o raciocínio monoteísta, verificamos que a inteira narração bíblica é, essencialmente, o relato de uma história cujo absurdo não tem precedentes, pois este suposto Deus chamado Yahweh estabeleceu uma aliança privilegiada com um povo que utiliza como força combatente para con- quistar, num banho de sangue contínuo, os territórios que ele mesmo, com o nome de Elyon, não tinha automaticamente atribuído a si mesmo quando definira os confins das nações. De acordo com a teologia, teríamos a seguinte inaceitável extravagância: no início, aquele Deus, na qualidade de Elyon, divide a Terra e atribui a si mesmo, em exclusivo, um território e um povo; depois, na qualidade de Yahweh, lança-se numa feroz conquista militar dos outros territórios que, como Elyon, não tinha atribuído a si mesmo. E para fazer isso, como veremos nas páginas seguintes, não hesita, com o nome de Yahweh, em exterminar completamente povos cuja única culpa era ocuparem os territórios que ele mesmo, na qualidade de Elyon, lhes tinha destinado e que depois, como Yahweh, lhes quis retirar.

Não é estranhíssimo este suposto Deus único, omnipotente, omnisciente?

Não é absolutamente incompreensível este tipo de comportamento?

Não parece, pelo menos, desequilibrado? Ou, deveríamos até dizer, completamente patológico? Sendo omnisciente, não poderia pensar antes e ficar

com tudo desde o início, sem obrigar o seu povo a massacrar depois milhares de inocentes, para ocupar um território que se tinha esquecido de atribuir a si mesmo?

Se era um Deus universal, porque fazer pelejar os homens e obrigá-los a manchar-se com milhares de assassínios, violações e toda a espécie de violências em relação a outros homens e mulheres, a quem ele mesmo tinha atribuído aquelas terras, que depois decidiu conquistar? Não poderia ter-se atribuído também os outros povos, já que na visão monoteísta não precisava de o discutir com alguém mais?

Os sapientes – na lógica absurda que aceita literalmente aquilo que lhes agrada e encobre o que não lhes compraz – dirão que nestes versículos existem alegorias, metáforas, significados místicos ou esotéricos. Eu, ao contrário, prefiro «fazer de conta que…» os autores bíblicos nos narraram os simples acontecimentos de colonizadores que dividiram entre si um território, e que depois lutaram para ampliar as próprias esferas de influência. Este «fazer de conta» não pede chaves de leitura específicas e, além disso, tem outra vantagem: é absolutamente coerente com toda a história bíblica e com as narrações dos outros povos. De facto, veremos mais adiante qual era o conceito específico de assassínio de Yahweh mas, principalmente, entenderemos que ele não «criou» os céus, nem a terra, nem mesmo o Homem.

Se nos livrarmos do dogmatismo teológico e ideológico, toda a situação se apresenta clara e coerente. Isto porque Elyon não é um Deus perturbado mentalmente, mas o senhor do império dos Elohim, e como tal divide as nações. Naquela conjuntura foram atribuídos a Yahweh, um dos Elohim, um povo e um território que não o satisfizeram. Portanto, prepara uma série de acções com o objectivo final de conquistar uma terra melhor e ampliar os seus domínios, ou seja, comportouse como um simples conquistador e governador que pretendia ampliar o seu poder territorial.

As incongruências monoteístas, já óbvias por si mesmas, encontram mais uma evidência na passagem imediatamente a seguir (Dt. 32:12), sobre a qual só a cegueira a que os dogmáticos se condenam voluntariamente os impede de terem uma compreensão límpida e clara. Esta passagem já foi citada anteriormente, mas vale a pena determonos nela durante mais um momento, pela importância de contrariar o suposto monoteísmo bíblico. O versículo narra o seguinte: «Yahweh conduz aquele povo sozinho, não tem nenhum El estrangeiro junto a Ele.» Especifico que El é o singular de Elohim, e per- gunto: que outro El/Elohim podia ou devia estar com ele, visto que, segundo os monoteístas, Elyon/Yahweh/Elohim indiciariam indiscutivelmente o Deus único?

Qual o sentido daquele versículo, a não ser evidenciar que o Elohim que se chama Yahweh fez tudo sozinho, sem recorrer à colaboração dos seus colegas,

aos quais, evidentemente, de acordo com o autor bíblico, poderia ter pedido auxílio para se ocupar daquela gente aflita na desolação de um deserto vazio?

Dito isto, retomo o fio à meada da «palestra feita com o teclado» para lembrar que Yahweh é o nome com o qual Ele próprio se apresentou a Moisés, enquanto para Abraão Ele era El-Shaddai, o El (singular de Elohim), ou seja, «o Elevado da montanha», traduz Howard Avruhm Addison, professor assistente na Temple University, em Filadélfia, que parece não levar em consideração o valor de origem das raízes shd ou shdd, que contêm conceitos de violência e devastação.

Os dois diferentes nomes, e alguns outros elementos que não analiso neste momento, permitem até levantar dúvidas sobre o facto de que se tratava do mesmo indivíduo. Entretanto, quero supor que fosse o mesmo, e tomo nota de que, assim como falava cara a cara com Moisés, apresenta-se a Abraão como um simples homem que come, bebe, caminha, cansa-se, suja-se, tem de descansar, lavar-se, etc. (Gn. 18). O mesmo acontece com Gideão (Jz. 6): Yahweh também se apresenta diante dele na sua fisicalidade bípede, feito de carne e osso, porém o aspecto interessante da narração é que Gideão não O reconhece e pede prova da sua identidade. Naquela passagem temos, inclusivamente, a utilização de um verbo que representa o acto de Yahweh se sentar para esperar o retorno de Gideão, que tinha ido buscar comida para fazer aquela verificação de que necessitava. Quando Gideão voltou de casa, dispôs a carne e o pão sobre uma rocha, irrorou-os com o caldo do cozimento, e o ajudante de Yahweh, estendendo um instrumento parecido com um pequeno bastão, incinerou tudo, sendo esta a prova da identidade deles. Como podemos notar, trata-se de uma prova exclusivamente mecânica, tecnológica, de modo algum espiritual, milagrosa ou metafísica.

Por outro lado, é a própria filologia hebraica a escrever que todos os chamados milagres descritos na Bíblia nada mais são do que operações tecnológicas, que despertavam a admiração das pessoas, sendo que a propósito disto podem ser consultados os fóruns de opiniões hebraicas presentes na internet. Portanto nada de sobrenatural, como bem se deduz do chamado milagre de Elias, analisado na sua extraordinária peculiaridade nos meus trabalhos anteriores já citados, pois nesse caso foram a química e a energia térmica a produzirem os efeitos desejados. Esta passagem de Gideão, contida no Livro dos Juízes, junto à narração do encontro de Abraão com Yahweh e os dois malaquins (Gn. 18), e àquela de Moisés perto da assim chamada sarçaardente, explica claramente que Yah-wehmoviase muitas vezes acompanhado por um ou dois ajudantes, atentos e prontos a executar as suas ordens.

Isto está perfeitamente de acordo com a organização militar, que previa

acampamentos como aqueles vistos por Jacob no Génesis 32 e comentados também por Rashi de Troyes, um dos máximos exegetas hebreus, que admitia a presença de duas formações de malaquins ascendentes, para defenderem um confim que se encontrava no território correspondente, mais ou menos, à actual Transjordânia (op. cit. na Bibliografia). Na qualidade de comandante ele tinha, portanto, alguém que o auxiliava para tornar imediatamente operacionais as suas ordens. Pessoalmente, tenho dificuldade em pensar que o Deus omnipotente possa ter este tipo de exigência.

O indivíduo que conhecemos com o nome de Yahweh, de facto, não era e não é Deus, mas um dos Elohim, e ele reafirma isto de cada vez que se apresenta, definindo-se o Elohim exclusivo *daquele* povo e não das outras nações.

A fórmula «o Elohim de Israel» está constantemente repetida, e testemunha a necessidade de apresentar uma exacta certificação, como se fosse um tipo de documento de identidade *ante litteram*, ou seja, por antecipação. Ele sentia sempre a necessidade de relembrar que era o Elohim que tinha chamado Abraão da terra de Sumer, onde morava, a fim de levá-lo a Canaã para lutar. Era ele quem tinha aterrorizado Isaac com a encenação do falso sacrifício, e depois voltado a avaliar até onde chegava a fidelidade de Abraão, sendo que ele, na qualidade de Deus, deveria conhecê-la, sem ter necessidade de arquitectar uma cena assim tão dramática. Não é por acaso Deus quem lê no coração do Homem? Mas já entendemos que ele não era Deus.

Era, portanto, o Elohim de um povo, que não tinha mandato para governar outros povos e que também nunca conseguiu fazer isso, limitando-se a exterminá-los ou pelo menos a tentá-lo, quando ocupavam os territórios que lhe interessavam. Ele era, portanto, *um* Elohim (plural), assim como nós diríamos que Lorenzo, o *Magnífico*, era *um* dos Medici (plural).

Esses Elohim eram uma casta de indivíduos que agiam sob o comando de Elyon, termo que, como já foi dito, significa «aquele que está em cima», «superior», e que as traduções usam com o epíteto «Altíssimo». Sob o seu comando, durante o período de Pelegue (Gn. 10:25), o planeta foi repartido em governadorias (Dt. 32:8).

Aqui temos um exemplo do fascínio exercido pela realidade concreta da Bíblia e, ao mesmo tempo, um testemunho das variações, ou, melhor dizendo, dos ajustes que os massoretas fizeram, com a intenção de difundir uma ideologia construída exclusivamente sobre bases teológicas, sendo essa mais uma prova de que a religião pede para que se acredite em *uma* das possíveis bíblias. Temos duas passagens que, mesmo pertencendo a livros diferentes, se assemelham assombrosamente. O livro do Génesis contnos que, no tempo de Pelegue, a Terra

foi dividida – Pelegue foi chamado assim, precisamente, porque a raiz plg assim se divide – e, no Deuteronómio, os autores lembram que a divisão foi feita pelo próprio Elyon, que repartiu os territórios após ter contado os filhos de Israel. Podemos compreender a finalidade desta afirmação, exaltar o povo de Israel; todavia não tem lógica e, principalmente, foi desmentida logo adiante, uma vez que a Terra não foi, de facto, atribuída a qualquer deles, mas aos Elohim, ou aos seus representantes, intermediários, guardiães, ou seja os malaquins sobre os quais falaremos mais à frente.

De facto afirma-se que, por ocasião dessa divisão, foi atribuído a Yahweh o povo que ele encontrou no deserto. Portanto, o número dos filhos de Israel não tinha qualquer importância naquela específica atribuição territorial. A falsidade intencional dos massoretas, que produziu o engano textual, é justamente documentada também nos códigos mais antigos, menos manipulados e menos idealizados, como por exemplo a Septuaginta, onde está claramente escrito que a divisão com as relativas distribuições foi feita por Elyon conforme o número dos chamados anjos, ou seja, os malaquins– os intermediários –, que agiam por ordem dos Elohim, e não segundo a quantidade dos filhos de Israel.

Esta variação é confirmada também pelos manuscritos do mar Morto, como revelado por N. P. Lemche em *Ancient Israel. A New History of Israelite Society,* Sheffield Academic Press, 1988: «[...] o Cântico de Moisés no Deuteronómio (32:8-9), num fragmento de Qumran, proclama que, “quando Elyon cedeu as heranças a cada nação, /quando separou os filhos dos homens, /determinou os confins dos povos de acordo com o número dos filhos de Elohim, /e a porção do Senhor foi Jacob, /Israel é a herança que lhe coube”.»

Abro um parêntese para observar que os próprios massoretas, assim chamados guardiães da tradição, não respeitavam os escritos mais antigos sobre os quais trabalhavam, variando o texto em função das mensagens que deviam ser veiculadas naquela época. Vimos, antes, que ainda hoje existem exegetas da área hebraica que modificam a versão massorética. Chegados a este ponto, perguntamo-nos: quantas «tradições» existem? Em qual delas temos de acreditar? Como pode ser «sagrado» um texto sobre o qual todos se sentiram, e ainda hoje se sentem, no direito de intervir, modificando e negando até mesmo a validade das versões anteriores?

Retomando o discurso, pergunto-me: como não pensar imediatamente nas narrações sumérico-acádicas, as quais lembram o momento no qual se fez passar o poder do céu à terra?

A Bíblia relata-nos aqui o mesmo acontecimento? Ou seja, relembra o tempo em que o chefe dos chefes subdividiu e distribuiu o comando aos seus

representantes que estavam no nosso planeta?

Não deve passar despercebido um elemento interessante: o termo Elyon da Bíblia carrega, substancialmente, o mesmo significado que Anu, presente nas tábulas cuneiformes, onde ambos remetem para o conceito de estar no alto, de estar em cima, pois a sílaba an era pictograficamente representada por uma estrela. Nesse caso, ambos os nomes indiciam o senhor do império?

A generalidade das estruturas de comando prevê que o comandante supremo decida pessoalmente sobre as modalidades de repartição do poder. Lendo a Bíblia, podemos mesmo compreender como, naquela ocasião, Yahweh teve uma participação relativamente pouco importante, com certeza menos significativa, do que a dos seus colegas, que governaram sucessivamente sobre grandes civilizações, como as do Egipto, da Mesopotâmia, do vale do Indo, das américas Central e do Sul, etc.

Deixando fluir livremente o pensamento, uma curiosidade puxa outra: o costume de colocar nos nomes dos personagens referências específicas às próprias funções, ou aos acontecimentos que acompanharam os seus nascimentos, é necessário para podermos tentar compreender aquilo que, infelizmente, a Bíblia não narra com aquela abundância de particularidades que gostaríamos de encontrar. Por exemplo, Elyon/Anu indicia a função de comandante, aquele que vivia longe do planeta Terra, segundo a tábula cuneiforme NBC 11 108, citada e analisada em Non c'è creazione nella Bibbia. Ele tinha uma moradia celeste, onde a vegetação não crescia. Não é difícil imaginar que tenha tido necessidade de descer algumas vezes à Terra para controlar pessoalmente a situação e, seguidamente, pôr um alinhamento funcional e operacional nas estruturas hierárquicas do império sobre o planeta.

No quinto capítulo do Livro do Génesis encontramos uma indicação muito interessante. Um descendente de Adão e Eva sobre os quais falaremos mais adiante – chama-se Jarede, sendo que a raiz deste nome deriva do verbo *iarad*, que designa a acção de descer. Logo, perguntamo-nos: no tempo de Jarede aconteceu uma descida assim tão importante e significativa para ter sido fixada no nome deste patriarca? Quem desceu naquele período? O próprio senhor do império, talvez?

Certamente algo importante aconteceu, precisamente para a família de Jarede. O seu filho Enoque, de facto, é lembrado, no mesmo capítulo, como o patriarca que «ia para cima e para baixo com os Elohim», e que reivindicava uma convivência e uma relação muito especial com eles. O Livro de Enoque, um dos textos bíblicos que os cristãos com tradição romana não devem crer como verdadeiros, mas que, pelo contrário, são considerados canónicos, portanto aceites pelos cristãos coptas, evidencia como ele tinha sido levado a realizar vários voos, durante os quais alcançou a moradia do comandante supremo, e

como lhe foram transmitidos conhecimentos especiais relacionados com vários campos do saber.

Aquela descida, lembrada no nome de Jarede, foi realmente muito especial e foi seguida por uma nova saída, na qual o próprio Enoque foi envolvido. Na verdade, a Bíblia diz-nos que aquele patriarca partiu com os Elohim e nunca mais foi visto (Gn. 5:24).

Repetindo um conceito expressado anteriormente, observo que as bíblias possíveis, inclusivamente as que foram declaradas não verosímeis, narram histórias que, vistas nas suas realidades, constroem um mosaico coerente, mesmo na esconjurada ausência de abundância de particularidades, riqueza documental e coerência de exposição. Infelizmente para nós, esse tipo de exigência não existia entre muitos dos variadíssimos autores dos textos bíblicos. Sobretudo, nunca saberemos o que teria acontecido se muitas dessas peças que faltam, e que, pelos séculos fora, foram desaparecendo, estivessem presentes naqueles escritos, uma vez que os seus conteúdos, muito explícitos, teriam anulado os esforços de quem quis e pôde construir, baseando-se nessa história, vários sistemas de poder teológico e ideológico que conhecemos como, por exemplo, os 11 livros que citei anteriormente.

Teremos, agora, oportunidade de fazer algumas perguntas fundamentais.

Quem eram estes Elohimque foram transformados em Deus? Quais eram as suas características e como agiam?

Neste capítulo resumimos e complementamos com novos elementos as características fundamentais, que estão amplamente documentadas nos livros citados anteriormente, nos quais nos apoiamos para examinar a fundo o assunto. Enquanto isso, esclareço que não traduzo o termo porque ninguém conhece o seu significado; todavia, as correntes dogmáticas não têm quaisquer dúvidas: para elas significa Deus, embora aquele vocábulo plural seja traduzido de vários modos, justamente por causa da verdadeira ignorância que o envolve, e por esse motivo creio ser mais correcto substituí-lo

por uma expressão do tipo «aqueles indivíduos».

A impossibilidade de ter uma tradução convincente é um destino que o termo Elohim partilha com o nome Yahweh, este também com um significado desconhecido e, portanto, traduzido de vários modos, inclusivamente com a possibilidade de o compreendermos como uma simples interjeição, como por exemplo «É ele!». De facto, é isso o que diz o rabino Howard Avruhm, já antes mencionado, afirmando que, de acordo com alguns biblistas, poderia tratar-se de uma expressão pronunciada quando o viam chegar.

A abertura mental desses estudiosos que citamos leva-nos a recordar as inumeráveis elaborações, fantasiosas e místicas, sobre os 72 nomes do suposto Deus. Definimo-las como fantasiosas sem querer ofender, mas simplesmente assinalar que, apesar dos 72 nomes variegadamente elaborados e dotados de uma suposta eficácia funcional, ou até mesmo mágica, a realidade é que não se conhece o significado e a origem nem mesmo do primeiro nome, Yahweh, pois não sabemos em que língua foi pronunciado, com que vocábulos e se originariamente era efectivamente formado por consoantes, que depois foram usadas para o transcrever… Com certeza, porém, sabemos que não foi o povo de Moisés o primeiro a ouvi-lo nem a conhecê-lo. A epigrafia do Médio Oriente documenta que os povos daquela região conheciam aquele nome muito antes do aparecimento daquele que depois assumiu a identidade israelita. As nações do Médio Oriente, do segundo milénio antes de Cristo, sabiam que aquele território era governado por um indivíduo chamado yhw, ou yw, ou ywh, e que até tinha uma companheira que conheciam com o nome de Ashera, a quem os Hebreus da colónia de Elefantina, no Egipto, mesmo passados muitos séculos, chamavam Anat-Yahwu.

Observámos aqui que a guerra pelo controlo dos conteúdos bíblicos foi vencida pelas correntes do pensamento hebraico, ligadas inicialmente à cultura babilónica e depois à aqueménida. Se, pelo contrário, tivesse sido imposto o hebraísmo de carácter e tradição egípcia, teríamos tido, talvez, uma Bíblia que aceitaria como um facto normal a presença de uma companheira de Yahweh. Com efeito, já falámos sobre os *targumim*, cuja leitura leva os irmãos Sabbah à elaboração de uma história completamente diferente e indivisivelmente ligada ao Egipto. Segundo estes estudiosos de família rabínica, esta seria mais uma possível Bíblia, completamente diferente daquela que é considerada como fundamento de tantas verdades espirituais.

Dissemos, então, que os Hebreus não foram os primeiros a conhecer Yahweh, mas foram escolhidos por ele ou, melhor dizendo, construídos e constituídos como povo, para tentar conquistar um território que lhe interessava mais do que

aquele que lhe tinha sido atribuído. Portanto, ele acolheuos e fez com que assumissem a identidade israelita, através de um longo processo de evolução e assimilação, que envolveu semitas, não semitas, nómadas e seminómadas, habitantes das cidades de Canaã e de outros lugares, que para ali migraram, como escreve Lee I. Levine, professor de História Judaica na Hebrew University de Jerusalém.

Em relação aos personagens sobre os quais nos ocupamos, digamos que os Elohim:

Não eram um Deus único, como a teologia afirma há dois milénios, mas uma pluralidade de indivíduos de carne e osso, uma multiplicidade evidenciada, clara e inequivocamente, em várias passagens do Antigo Testamento (Ex. 3:12 e seg.; Ex. 15:3 e seg.; Dt. 32:17 e seg.; Jr. 7:18). Até se diz, por exemplo, que possuíam acampamentos nas zonas limítrofes, que patrulhavam com as suas tropas (Gn. 32:1 e seg.). Os autores antigos sabiam que estes indivíduos tinham acampamentos, e isso também é referido expressamente nos textos de Qumran, como o 4Q401 14i 8, onde se diz que «[...] eles são honrados em todos os acampamentos dos Elohim e reverenciados pela assembleia dos humanos [...]».

Eram indivíduos que viviam durante tanto tempo que foram considerados imortais, mesmo se não o eram. Nos meus trabalhos anteriores foram citadas as passagens da Bíblia onde se diz claramente que os Elohim, ou seja, o suposto Deus das teologias, morrem como todos os homens (Salmo 82). A exegese tradicional dessa passagem representa um exemplo paradigmático da subserviência para com o dogmatismo. A filologia que opera para fornecer elementos à teologia afirma que, sem dúvida alguma, o termo Elohim representa uma forma particular de plural, que, na verdade, remete para um singular, Deus. Voltaremos a isso, porque representa toda uma estrutura dogmática inconsistente.

Para os defensores da doutrina tradicional, o Salmo 82 constitui um verdadeiro problema – porque o termo Elohim, nesse caso, não pode ser remetido ao singular –, cuja causa é a presença de pronomes, adjectivações e, principalmente, 10 verbos na forma plural que impedem tal alteração. Até mesmo os mais inveterados defensores do valor singular têm de reconhecer isso.

Para superar esse obstáculo, os incorrigíveis afirmam que, nessa passagem bíblica, o termo Elohim não significa «Deus», mas «Juízes». Não entramos em pormenores, porque isso já foi feito nos livros citados; porém, mencionamos o que diz a respeito disso um estudioso, que não pode ser acusado de validar

teorias fantasiosas, o professor Mike Heiser, da *Academic Editor of Logos Bible Software,* M. A. e Ph.D. em Bíblia Hebraica e Línguas Semitas na University of Wisconsin-Madison, em 2004,

M. A. em História Antiga na University of Pennsylvania. O estudioso escreve no seu site:

Briefly, the Elohim of Yahweh's council (Psa 82) are divine beings, not human rulers. This is most obvious from the parallel passage in Psalm 89: 5-8. In Psalm 82:1 the plural Elohim are called «sons of the Most High» in verse 6. Obviously, this means they are «sons of the God of Israel» since in biblical theology, Yahweh is Most High (Psa 83:18).

In Psalm 89, Yahweh's sons are called bene Elohim. These bene Elohim are quite obviously not human since their assembly or council is explicitly said to be in the clouds/heavens not in ntent of Psalm 82 also easily demonstrates these are divine beings, not humans, since the plural Elohim, of Psalm 82 are being judged for their corrupt administration of the nations. The Hebrew Bible never asserts that human rulers, Jew or Gentile, are in charge of the nations. Moreover, contrary to popular and scholarly assumption, no passage in the Hebrew Bible calls the human Elohim.

Traduzindo:

«Em suma, os Elohim do conselho de Yahweh (Sl. 82) são seres divinos, não governantes humanos. Isso é mais evidente a partir da passagem paralela existente no Salmo 89:5-8. No Salmo 82:1, o plural Elohim é referido como "filhos do Altíssimo" no versículo 6. Obviamente, isso significa que eles são "filhos do Deus de Israel", já que, na teologia bíblica, Yahweh é o Altíssimo (Sl. 83:18).

«No Salmo 89, os filhos de Yahweh são chamados "bene Elohim". Estes "bene Elohim" não são, muito obviamente, humanos, já que se diz explicitamente que a sua assembleia, ou conselho, se realiza nas nuvens/céus, e não na Terra. O conteúdo do Salmo 82 também demonstra facilmente que estes são seres divinos, e não humanos, uma vez que o plural Elohim, do Salmo 82, está a ser julgado pela sua administração corrupta das nações. A Bíblia hebraica nunca afirma que os governantes humanos, judeus ou gentios, são responsáveis pelas nações. Além disso, ao contrário da suposição popular e erudita, nenhuma passagem na Bíblia hebraica denomina o Elohim como humano.»

Ele afirma alguns factos evidentes: os Elohim não são homens, são seres bem distintos dos Adam, vivem mais tempo – le-'olam, ou seja, «por muito tempo no passado e no futuro» – mas têm a mesma natureza mortal, de acordo com o

estudioso, embora a assembleia de que o salmo fala não tenha acontecido na Terra.

Para uma confirmação ulterior, recomendo a leitura do livro *I manuscritti di Qumran*, UTET, Turim, 1974, no qual o estudioso Luigi Moraldi examina os fragmentos dos papiros da comunidade dos essénios e revela que naquela assembleia estavam presentes várias facções de Elohim. A Bíblia tem termos bem definidos para indicar os juízes, *felilim* (Ex. 21:22) e *shofetim*, que, não por acaso, é o título hebraico do Livro dos Juízes, que nunca foram confundidos com os Elohim.

Eram indivíduos que viajavam em carros voadores, definidos como r*uach, kavod e merkavah,* aos quais foram dedicadas análises atentas e pormenorizadas, em vários capítulos dos meus livros anteriores. O *kavod* é traduzido habitualmente como «glória de Deus», mas lembra- mos que a narração do Êxodo revela que a chamada «glória de Deus» podia ser vista mediante agendamento, e que, além disso, matava quem ficasse à sua frente, quem estivesse perto quando ela passava, e ainda que podia ser vista por trás, após ter passado, sendo também possível salvar-se dos seus efeitos mortais simplesmente escondendo-se atrás de uma banalíssima pedra, a qual garantia, portanto, aquilo que o próprio Deus não era capaz de assegurar (Ex. 33). O professor Jeff A. Benner, fundador do Ancient Hebrew Research Center, além de autor do *Ancient Hebrew Lexicon of the Bible*, escrevendo sobre o *kavod* e relacionando a narração do Êxodo com os salmos 3 e 24, e o capítulo 29 de Job, descreve-o como um carro pesado, que serve tanto para o ataque como para a defesa.

O reverendo presbiteriano Barry Downing, padre cristão, teólogo, físico, especializado em relações entre ciência e religião, homem de fé cristã que exerce o seu ministério, não tem dúvidas em dizer que a religião moisaica é o fruto de um encontro entre aquela gente com um OVNI, guiado por inteligências de proveniência extraterrestre. Mais adiante falarei também sobre as teses do teólogo e professor Armin Kreiner.

No entanto, na esfera do pensamento hebraico, católico e cristão reformador, existem mentes abertas, capazes de fazer perguntas e fornecer hipotéticas respostas, que não recorrem à categoria do mistério para enfrentar temas aos quais a teologia não consegue fornecer uma explicação.

Na Bíblia, os Elohim nunca são considerados «deuses». Na realidade, eles eram originariamente objecto de respeito e de submissão, exclusivamente por causa do seu grande poder, garantido pela tecnologia de que dispunham e que incutia terror. Eram temidos também por causa da sua crueldade, e a Bíblia

testemunha inequivocamente essa característica. Yahweh, definido como «O Guerreiro», não tinha escrúpulos em comandar verdadeiros extermínios de pessoas indefesas, conduzindo operações que hoje em dia classificaríamos, sem dúvida alguma, como limpeza étnica, conforme pode ser visto nos livros de Crónicas, de Samuel, dos Reis, etc., etc.

Os Elohim não se ocupavam de temas como a religião, a espiritualidade e o Além, no sentido moderno desses termos. O seu objectivo principal era a definição de estruturas de poder, distribuídas em vários territórios, sobre os quais se desenvolveram sucessivamente diferentes civilizações, e, para realizar esse objectivo, moviamse em busca das terras e das populações que os servissem (Dt. 32:17 e seg.).

Os Elohim eram indivíduos que conheciam as leis da Natureza e do Cosmo, as quais transmitiam somente aos seus seguidores fiéis, dando assim início à casta dos reis/governadores/sacerdotes, os chamados «iniciados» no conhecimento, precisamente. Entretanto, este saber era eminentemente científico, concreto, material, ou seja, útil para o quotidiano dos seus governadores ou para as suas exigências específicas de viajantes no espaço. Nada tinha a ver com os supostos conhecimentos de carácter espiritualista, que foram elaborados no decurso da obra de ocultação que estamos a evidenciar e a denunciar.

Yahweh, longe de ser o «Deus» único e transcendental, não era senão mais um entre eles, aquele que tinha recebido a função de governar sobre um território definido. Mas, na verdade, nem podemos realmente ter a certeza disso, já que poderia ter-se atribuído autonomamente o poder sobre um território e um povo que ninguém lhe outorgara. Tanto que, na análise da estratégia para conquistar a famosa Terra Prometida, nos evidencia todo o seu cuidado em não chamar a atenção dos seus colegas/rivais, mais poderosos do que ele, os quais governavam sobre nações circundantes como o Egipto e a Mesopotâmia. Ele tinha consciência da sua situação e era, literalmente, obcecado pelo medo de que o seu povo o abandonasse para seguir os outros Elohim. Por este motivo, constantemente os ameaçava de morte e continuava a matar os traidores sem piedade, como pode verificar-se em duas citações: Dt. 13:7 e seg.; Nm. 25:1 e seg.

Enfrentando o tema da sua imortalidade, antecipamos o tema do plural, que constitui o verdadeiro fulcro da questão e que podemos resumir do seguinte modo: se o termo Elohim se refere ao Deus único, transcendental, criador do céu e da terra, a Bíblia tem um valor teológico e doutrinal; e se Elohim indica uma pluralidade de indivíduos, governadores, colonizadores, a Bíblia narra uma

história completamente diferente.

É por este motivo que a leitura literal que estou a fazer e a apresentar provoca tantas reacções. A filologia hebraica, nestes últimos dois anos, reconheceu que uma série de afirmações, aparentemente absurdas e inaceitáveis, sempre pertenceram à cultura hebraica e que se encontram nas suas fontes, em várias versões do Talmude e dos Midrashim, os textos da literatura extrabíblica que contêm, essencialmente, o complexo da exegese elaborada ao longo dos séculos pelo pensamento israelita sobre os livros do Antigo Testamento. Uma leitura e uma tradução atentas da Bíblia em hebraico revelam que, na verdade, essas afirmações se encontram ali também, e estão sob os nossos olhos, simplesmente temos de prosseguir com a eliminação das fachadas feitas a pedido. Essas verdades bíblicas evidentes, que veremos daqui a pouco, referem-se aos aspectos fundamentais da doutrina religiosa e estão relacionadas com o chamado mundo espiritual de anjos, querubins, Satanás, milagres, etc., etc.

Portanto, a verdadeira questão, o motivo da dura disputa entre posições dogmáticas e livre-pensamento, centra-se nos Elohim. Por este motivo vale a pena fazer algumas outras observações. Na realidade actual, onde o papel impresso e a internet interagem, é interessante mencionar que no YouTube se encontra um curto vídeo onde analiso alguns aspectos sobre o tema, com exemplificações úteis para uma melhor compreensão sobre aquilo de que estamos a falar. O vídeo chama-se *Elohim e il plurale di astrazione* e documenta como o contexto bíblico resolve por si mesmo a questão gramatical colocada pelas doutrinas monoteístas, que têm a necessidade dogmática de afirmar a unicidade de Deus.

Para mais uma ratificação cito o professor R. V. Foster, da Cumberland University, no Líbano, que não hesita em dizer não ser possível demonstrar que a palavra Elohim tenha sido usada como plural de excelência. A palavra Elohim é hebraica, mas o seu equivalente existia também para lá daquele povo, onde, sob uma forma inevitável e absolutamente plural, indiciava uma multiplicidade de indivíduos. Quando a palavra foi introduzida na religião de Israel levou consigo a sua forma plural e foi aplicada para o único verdadeiro Deus, mas entretanto não foi utilizada como ideia de majestade ou de trindade.

De facto, sabemos que os massoretas não possuíam conhecimentos sobre as regras gramaticais, sintácticas e linguísticas, que foram elaboradas séculos depois pelos filólogos que conduziram estudos exactamente sobre aquela versão do texto bíblico. Infelizmente, a filologia bíblica foi, durante muitos séculos, uma prerrogativa quase exclusiva dos teólogos, que, consequentemente, depois formularam e aplicaram as suas regras funcionais e as chaves de leitura

doutrinal. Esclarecido isto, examino um outro aspecto.

Para justificar a pluralidade do termo, os teólogos monoteístas introduzem outros elementos e afirmam que, onde não é possível negar o seu «plural», Elohim não significa «Deus» mas «legisladores/juízes/ministros». Esta afirmação é óbvia e representa mais uma forte confirmação da pluralidade daqueles indivíduos. É evidente que na nossa cultura as funções legislativas, judiciárias e executivas são claramente distintas, e a chamada «separação dos poderes» representa uma das garantias irrenunciáveis das organizações democráticas. No passado, pelo contrário, as três funções eram concentradas numa única figura, a do governante – rei ou imperador, qualquer que seja a sua definição –, que as exercia tanto directamente como por intermédio dos funcionários escolhidos e nomeados por ele mesmo.

Os Elohim, colonizadores poderosos e plenipotenciários, representam um modelo típico desta concentração e fusão dos poderes. A sua maneira despótica de governar – Yahweh era um dos exemplos mais evidentes e dramáticos – reunia em si as funções mencionadas acima.

Portanto, torna-se claro para todos que os Elohim eram, originariamente, ao mesmo tempo:

Legisladores, que ditavam as regras e as normas com plena autonomia decisória;

- Governantes, ministros encarregados dos vários aspectos do poder, aplicavam leis directamente ou através dos seus subordinados como, exemplo, Jetro, Moisés, etc., etc.;
- Juízes, que prescreviam, executavam e verificavam o respeito pela lei mandavam executar as respectivas penas e punições.

Isto não pressupõe que os Adam fossem particularmente evoluídos – como os teólogos/ideólogos monoteístas devem necessariamente fazer supor–mas o oposto. A própria Bíblia que temos em casa, sem qualquer necessidade de traduções especiais, fornece elementos úteis para notarmos claramente essa diferença.

Abaixo evidenciaremos alguns elementos, tais como:

Os Elohim «fizeram» os Adam, Gn. 1, o que será analisado mais adiante. Perguntamo-nos: se os Elohim fossem «homens normais» teria sido necessário especificar essa banalidade tão óbvia? Não seria ridículo afirmá-lo e, com isso, atribuir-lhes uma importância fundamental na História? É evidente, portanto, que a Bíblia não quer dizer que fomos feitos por

«legisladores/juízes/ministros», os quais eram também homens, mas por «aqueles indivíduos».

Os Elohim «uniram-se» às fêmeas dos Adam (Gn. 6). Se tivessem sido homens comuns, com funções de «legisladores/juízes/ministros», teria sido necessário especificar novamente esta banalidade tão óbvia? Com quem deveriam unir-se os homens comuns? E, além de mais, por que razão deram aquelas uniões sexuais origem a um grupo particular, o dos ghibborim, ou seja os de sangue misto, e que, não por acaso, eram definidos como «homens poderosos, famosos»?

Lembramos que, na história da Humanidade, os fundadores das grandes civilizações eram sempre definidos como semideuses, isto é, filhos de um humano e de um indivíduo que pertencia à estirpe daqueles que vieram do alto, desde Gilgamesh até Eneias, desde os primeiros governantes do Egipto até à dinastia japonesa, etc. O leitor poderá encontrar numerosíssimos exemplos.

Os Elohim «morrem como todos os Adam» (Salmo 82). Já falámos sobre isso mas, no entanto, complementamos com mais uma consideração ditada pela objectividade do senso comum: se fossem homens comuns, com funções de «legisladores/juízes/ministros», seria necessário lembrar tal trivialidade? Como poderia ser de outra forma?

Yahweh tinha constantemente medo de que o seu povo se dirigisse a outros Elohim. Isto é patente em numerosas passagens presentes em todas as partes da Bíblia. Perguntamo-nos: um «verdadeiro Deus» teria assim tanto medo de comuns «legisladores/juízes/ministros», infinitamente menos poderosos do que ele? O medo deixava-o tão cego a ponto de matar sem piedade quem o abandonava para se colocar ao serviço de meros humanos? Os Hebreus, que tiveram um relacionamento directo, constante, quotidiano e pessoal com ele eram insensatos a ponto de abandonar o «verdadeiro Deus todo-poderoso» e trocá-lo por simples «legisladores/juízes/ministros», ou seja homens comuns, que exerciam funções de poder local e limitado?

Pareceria impossível elaborar uma hipótese tão ridícula como essa, e, dir-se-ia até, profundamente ofensiva para as pessoas que, naquele caso, teriam, na verdade, sido incapazes de distinguir e escolher entre o Deus universal e os homens comuns.

A Bíblia diz claramente que o povo podia «escolher» entre Yahweh e outros Elohim (Js. 24 e muitas outras passagens). Os defensores da doutrina afirmam que nesses casos tratava-se das divindades pagãs, que eram representadas pelos ídolos de pedra. Porém, pergunto-me: os Hebreus

daquele tempo, após terem, durante vários séculos, pelo menos a partir de Abraão, um relacionamento directo, constante, quotidiano e pessoal com Yahweh – aquele que é apresentado como o «Deus único, vivo e interveniente na história» –, eram ingénuos a ponto de dar preferência a ídolos feitos de pedra, troncos de madeira ou outro material sem vida? Não era por de mais evidente a diferença abissal?

Os dogmáticos, obrigados pelo próprio preconceito fideísta a fazer esse tipo de observação, não percebem que isso representa um desafio à inteligência humana, ou simplesmente ao normal senso comum, que acaba por ser fortemente ofensivo em relação àquele povo ou, pelo menos, aos seus antepassados? Trata-se de uma coisa inimaginável, porque teria sido um comportamento abso- lutamente incompreensível, típico de indivíduos sem a mínima capacidade de discernimento. Se eu pertencesse àquela nação ficaria profundamente ofendido por ver assim desacreditada e ridicularizada a inteligência dos meus antepassados. Inclino-me a pensar, pelo contrário, que o povo das origens – livre dos dogmas teológicos que condicionam muitas das mentes actuais – estaria bem consciente da situação que estava a viver. Efectivamente, o seu comportamento constante ao longo da história bíblica documenta como aquele povo saberia bem que:

1) Os Elohim não eram, absolutamente, «homens» comuns, que ocupavam cargos como «legisladores/juízes/ministros», e muito menos eram ídolos inertes e ridículos;

2) Os Elohim, dentro das funções e poderes que exerciam, tinham as mesmas prerrogativas e características de Yahweh porque pertenciam ao mesmo «grupo» de origem;

3) Yahweh não era senão mais um deles e, portanto, constituía uma das escolhas possíveis. Para «ele», os outros Elohim eram rivais concretos, temíveis e perigosíssimos. Parece que esse conceito estaria ainda muito presente no tempo de Paulo de Tarso, o chamado apóstolo do povo, dado que a doutrina cristã baseia-se fundamentalmente nas suas elaborações teóricas. Isto é analisado num dos meus trabalhos anteriores, que se chama *Resurrezione Reincarnazione*. Na Primeira Carta aos Coríntios (8:5-6) diz ele textualmente:

«E na verdade, mesmo se existem os chamados theoi tanto no céu quanto na terra, e realmente existem muitos theoi e muitos senhores, para nós existe um único Deus, o Pai, de onde tudo provém, e nós estamos aqui para Ele, o único Senhor Jesus Cristo, graças ao qual existem todas as coisas, e nós existimos para Ele.» A afirmação é clara: para este Israelita da tribo de Benjamim, existiam muitos theoi, assim como para os Hebreus havia muitos Elohim. O

Deus a quem os crentes da nova fé tinham de se dirigir era apenas um, exactamente como os Hebreus tinham de se dirigir somente a um: Yahweh.

Sendo muitos, e enquanto colonizadores, os Elohim tinham necessidade de definir sistemas de regras, normas e leis, para distribuírem entre os povos que governavam.

Esta era uma necessidade particularmente sentida por Yahweh, que se encontrava na situação de administrador de um povo que, efectivamente, não existia, tendo ele de o construir. Recordo o que os professores Wexler e Levine disseram sobre a inexistência da identidade israelita e, provavelmente, até mesmo da própria língua hebraica, no tempo em que Moisés actuava sob a orientação de Yahweh. Ele teve de gerar um povo que não existia, dotá-lo de identidade e, acima de tudo, alcançar uma estrutura combativa com a qual tenta conquistar um território que conhecemos como sendo a famosa Terra Prometida. Observo imediatamente que ele nunca conseguiu conquistar aquele território, circunstância que a arqueologia israelita contemporânea evidencia cada vez mais, não obstante a mitificação de toda a epopeia da ocupação da terra de Canaã e do nascimento dos reinos de David e Salomão, cuja real importância era bem inferior à descrita pelas fantasiosas reconstruções teológicas e ideológicas.

Então, Yahweh teve de construir o que não existia, um povo e um exército.

Para o fazer teve necessidade de elaborar e enunciar uma série de regras, comummente conhecidas como as 613 *mitzvot*, que representam o fulcro do hebraísmo, sendo 248 *mitzvot aseh*, o que significa «tu farás», isto é, ordens expressas de forma positiva que obrigam a cumprir uma determinada acção, e 365 são *mitzvot lo ta'aseh*, o que significa «tu não farás», ou seja, ordens expressas de forma negativa, que proíbem uma determinada acção.

Nós conhecemos, principalmente, os Dez Mandamentos, aqueles que constituem a base do código moral de comportamento a ser adoptado em relação ao chamado «próximo», ainda que vejamos não ser assim. O professor Ben Zion Bergman, professor emérito de Literatura Rabínica na University of Judaism, em Los Angeles, assinala que as duas listas (Ex. 20 e Dt. 5) apresentam diferenças nalguns pontos e, além disso, afirma que as normas expressas na Bíblia reflectem a evolução originada pelas mudanças, ao longo dos séculos, nas concepções éticas do povo que as formulou.

Portanto, não estamos perante um sistema ético com as características do absolutismo e da imutabilidade; pelo contrário, temos um relativismo moral declarado, cujos conteúdos mudam com a variação das condições políticas, sociais e culturais. Podemos dizer que o Deus bíblico se adaptava às situações e aos tempos, e veremos mais adiante até que ponto isso é verdade e significativo. Mas, antes de enfrentar a questão relativa ao conteúdo real dos mandamentos, e

principalmente às suas finalidades – absolutamente triviais –, tenho de referir a declaração precisa que se encontra no Êxodo 34:27. Yahweh diz expressamente que os mandamentos, sobre os quais baseou a aliança com Moisés e o povo, são os seguintes:

«Não contrair aliança com os habitantes do país»;

«Destruir os seus altares, estelas e imagens, e não adorar os seus deuses»;

«Não tomar as mulheres do país para os filhos de Israel»;

«Não fazer divindades com o metal fundido»;

«Considerar a Festa dos Pães Ázimos no mês de Abibe»;

«Tomar para Ele todos os primogénitos machos, e resgatar dos humanos os primogénitos com dons»;

«Respeitar o sábado após ter trabalhando durante seis dias»;

«Celebrar a Festa das Semanas» (ceifa, colheita no final do ano…);

«Apresentar cada macho ao Elohim três vezes ao ano»;

«Não oferecer o sangue da vítima com o pão fermentado, e o sacrifício da Páscoa não poderá durar até de manhã»;

«Doar ao Senhor as primícias da terra»;

«Não ferver o cabrito no leite da sua mãe.»

Conforme bem podemos ver, estes mandamentos não são aqueles que nos foram ensinados, e nada têm a ver com normas comportamentais de características puramente morais, antes são indicações práticas, exactas, que comportam, na maioria das vezes, consequências dramáticas.

A análise paralela das duas listas é matéria de um capítulo em *Il libro che cambierà per sempre le nostre idee sulla Bibbia,* mas apresento já aqui algumas novas expressões específicas.

O preceito sobre a entrega dos primogénitos tinha como finalidade a sua utilização durante os sacrifícios. Yahweh exigia a sua entrega oito dias após o nascimento – exactamente como impunha com os animais (Ex. 22:28-29) – e queria que fossem queimados para si, como ele mesmo afirma em Ezequiel 20:25 e seg. Esta é uma das passagens onde a Conferência Episcopal Italiana (CEI) revela a sua coragem em manter o significado correcto do verbo hebraico. Segue-se a tradução publicada pela CEI dos versículos 24-26 no capítulo 20 de Ezequiel: «[...] porque não haviam praticado as minhas leis, pelo contrário, haviam desprezado os meus decretos, profanado o sábado e os seus olhos estavam sempre voltados para os ídolos dos seus pais.

Por este motivo eu até lhes dei leis não boas e leis pelas quais não podiam

viver. E fiz com que contaminassem a sua prole, fazendo passar pelo fogo cada um dos seus primogénitos, para os aterrorizar, para que reconhecessem que eu sou o Senhor (Yahweh) [...].»

«Fazendo passar pelo fogo cada um dos seus primogénitos» é um significado cru, tão devastador e inaceitável para a doutrina que, na maioria das vezes, nas bíblias tradicionais é habilmente ocultado e substituído pelo termo «consagrar», que nada tem a ver com a literalidade do texto hebraico e, principalmente, com os objectivos desse acto. As finalidades da produção daquele fumo – obtido através da queima da gordura, preparada exactamente como está descrita no Levítico 3:3-5 – foram analisadas pormenorizadamente nos meus trabalhos anteriores, onde se encontra publicado o estudo médico que documenta a função neurofisiológica do acto de cheirar aquele fumo que «acalmava» os Elohim. Não voltarei a este assunto aqui, mas devo observar alguns factos narrados por povos de outros continentes acerca dessa mesma estranha exigência, que as denominadas divindades manifestavam em todos os lugares. Até mesmo as obras que, de um certo ponto de vista, são consideradas distantes e insuspeitas, fornecem-nos algumas provas. Na *Ilíada*, nos livros I, II, IV, VI, VII, XXII e XXIII, e na *Odisseia*, nos livros III, VII, IX, XII, XIII, XVII e XIX, por exemplo, os «deuses» pediam que fossem preparados, e completamente queimados, certos pedaços de carne e de gordura dos animais, exactamente como o Yahweh bíblico e os seus colegas Elohim faziam. Cheiravam aquele fumo para relaxar – isso está claramente escrito na Bíblia, mas não é, obviamente,aceite pela doutrina e, portanto, a filologia que trabalha ao seu serviço procura negar de todas as formas que o termo hebraico nichoach tenha este significado, que, pelo contrário, é claro, unívoco e também único, como é revelado nos dicionários escritos pelos próprios estudiosos israelitas.

Estes querem, portanto, convencer-nos de que se trata de uma alegoria, embora sejamos convidados a aceitar que os autores bíblicos e Homero, e/ou os outros autores dos textos escritos e atribuídos a este último, teriam, todos eles, escolhido, por qualquer estranha razão, justamente o mesmo instrumento literário e a mesma representação alegórica para corresponder, essencialmente, aos mesmos conteúdos! Mais imediato e menos fantasioso é pensar-se que, em ambos os casos, se trata de narrações que falam de situações concretas e bem conhecidas.

Compreendo que para os fiéis seja inaceitável a ideia de que o Deus no qual se quer acreditar se acalmasse com a gordura queimada e, portanto, voltamos ao exemplo da junta médica sobre a cor da unha. Enquanto os filólogos cirurgiões usam bisturis e pinças para tentar extrair o que lhes interessa em matéria

ideológica e teológica, eu faço algumas perguntas. Se aquela fumarada – como nos querem convencer – devia representar simbolicamente a ascensão do espírito que deseja reunir-se a Deus, porque, então:

- Era preciso produzir verdadeiras carnificinas de seres vivos?
- Era necessário gerar tanto sofrimento?
- Não se queimava madeira ou palha para obter o mesmo efeito?
- Não era suficiente queimar a lã das ovelhas, ao invés de matar os carneir isto no caso de ser realmente necessário utilizar um elemento animal)?
- Os Elohim, o suposto Deus único, aceitavam os carneiros de Abel e aceitavam os vegetais de Caim? Não eram capazes de perceber a equivalê das intenções? Cada um deles não estava a oferecer aquilo que tin disposição?
- Yahweh queria que fosse queimada «a gordura que envolve as vísceras e aquilo que está em cima delas, os dois rins com a sua gordura, a gordura ao l dos lombos e ao lado do fígado, que se desprende acima dos rins» (Lv. 3:3-5

Os Elohim queriam somente aquele tipo de gordura e não outro?

Aquela gordura era tão importante e preciosa que Yahweh mandou matar qualquer pessoa que fosse surpreendida a utilizála para si mesma (Lv. 7:25)?

O problema é que aquela gordura era também a dos filhos dos homens, que lhes eram entregues quando tinham oito dias de nascidos e, com certeza, não podemos imaginar que os criassem pessoalmente, depois de os terem arrancado às mães (Ex. 22:28-29). Os sacrifícios humanos continuaram até ao ano 622 a. C., até ao momento no qual a reforma do rei Josias fez com que fossem substituídos por carneiros, procurando eliminar esse tipo de lembrança. Veja-se sobre isso os estudos do professor Giovanni Garbini, citado na Bibliografia. Sabemos bem que a prática de sacrifícios humanos estava difundida entre os povos de todos os quadrantes do planeta. Todos referem as «divindades» que pediam explicitamente este tipo de oferta, feroz e desumana. A cultura judaico-cristã assume, em relação a esta realidade, um comportamento dúplice, pois considera os ritos feitos pelos outros povos absolutamente reais, e também bárbaros e pagãos, enquanto tem tendência para ler e interpretar com chave alegórica ou metafórica os sacrifícios humanos claramente citados na Bíblia, conforme foram expressamente exigidos por Yahweh. Ao longo dos séculos tem tentado, e continua a fazêlo, negar a evidente realidade histórica. Tentou difundir a convicção de que aquela prática bárbara era prerrogativa exclusiva dos povos considerados «pagãos». Ora, sendo evidente que se tratava de barbárie, ela era praticada também pelo povo de Yahweh e era dele próprio que provinha o

pedido para a sua prática, uma evidência da qual não é possível ele ser eximido.

Provavelmente, quando faltaram as condições para que Yahweh continuasse a dar esta ordem – o que ele mesmo explica em Ezequiel 20:21 e seg. –, essa prática foi moderada e substituída por um resgate feito através do pagamento em dinheiro, que resultava mais proveitoso para a casta que era responsável pelas cobranças. A passagem do assassinato ao pagamento de um contravalor em moeda é uma das muitas situações em que se revela a progressiva evolução da moral e dos costumes, que aconteceu com a passagem dos tempos, sobre a qual escreve o professor Ben Zion Bergman, já ante- riormente citado, e que determinou inovações e variações nas próprias normas. Por conseguinte, também aqui percebemos que as regras ditadas pelo suposto Deus eram constantemente modificáveis e tinham um valor relativo, como já tinha sido evidenciado no *midrash*, quando Yahweh autorizou que se continuasse a seguir a maioria.

Por enquanto antecipo somente um conceito, que será mais evidente após o exame dos Dez Mandamentos tradicionais: temos de reconhecer que os grandes sistemas religiosos, alicerçados no Antigo Testamento, tiveram a capacidade de construir um *corpus* de normas éticas positivas, «apesar» do que está escrito *naquele* livro e não «graças» ao mesmo. Este aspecto também teve a sua importância na construção da estrutura espiritual, que, pelo menos neste âmbito, resultou numa realização com significados positivos.

Entretanto, a amoralidade, para não falar mesmo em imoralidade, do comportamento de Yahweh encontra o seu primeiro exemplo na avaliação da aplicação operacional do preceito que proclama: «Não tomar mulheres do país para os filhos de Israel.»

Os Dez Mandamentos: as discrepâncias entre Yahweh e Moisés

Sabemos através da Bíblia que Moisés, sem se importar com as normas, tinha uma companheira madianita e tomou para si uma mulher cuchita, ou seja etíope. Deve notarse que, se a hereditariedade hebraica se transmite pela mãe, devemos reconhecer que os filhos de Moisés não eram Hebreus, mesmo querendo acreditar que ele próprio o fosse. Além disso, em tais condições não seriam

Hebreus nem mesmo Efraim e Manassés, patriarcas das duas tribos homónimas, uma vez que a mãe deles era a egípcia Azenate, filha de Potífera (Gn. 41:45) e companheira do pai deles, José. Todavia, essa é somente uma curiosidade porque, como já foi visto anteriormente, no tempo de Moisés aquele povo não existia, assim como não existia também no tempo de José, que o precedeu em alguns séculos. E o que podemos dizer sobre Rute, bisavó do rei David? Era uma moabita e, portanto, o seu filho Obede, pai de Jessé e avô de David, não era, nominalmente, hebreu.

Observadas estas curiosidades, voltemos ao caso das mulheres não hebreias de Moisés, tendo Aarão de revelar a incongruência do facto de o chefe do povo ser o primeiro a violar um dos preceitos fundamentais, justamente um daqueles sobre os quais o próprio Yahweh tinha explicitamente declarado basear toda a Aliança.

No Números 12:1 e seg., o autor bíblico cita Aarão e a sua irmã Miriam, a profetisa, quando «falaram contra Moisés por causa da mulher etíope que ele tinha tomado [...]». Quando essa queixa chegou aos ouvidos de Yahweh – o que não podemos deixar de compartilhar, pelo menos em nome, um mínimo de sentido de justiça –, este convoca os três para a sua residência, desce do seu carro voador, põese em frente da entrada da sua tenda e, dirigindose a Aarão e a Miriam, afirma que Moisés desfruta de uma posição privilegiada porque tem um relacionamento directo com ele, e conclui, repreendendo-os duramente por terem falado mal do seu predilecto. O versículo 9 diz que se encolerizou contra eles e partiu no seu carro voador, deixando um sinal daquela sua raiva atingindo Miriam, e somente Miriam, no mesmo instante, com uma não identificada patologia da pele. Estamos, portanto, diante de um facto curioso, que resumimos assim:

- Yahweh (Deus?) promulga normas que ele mesmo define como sendo fundamentais;
- O seu máximo representante e ajudante na Terra é o primeiro a violar essas normas;
- O chamado sumo sacerdote, Aarão, com a sua irmã, a profetisa Miriam, observam a contradição evidente e inaceitável;
- Yahweh, em vez de reclamar com Moisés em relação à violação das regras, encolerizase contra quem evidenciou a violação e – somando injustiça com injustiça – escolhe atingir fisicamente somente a mulher, entre os dois

irmãos.

Um breve – porém, curioso – desvio: a patologia da pele que atinge Miriam foi geralmente denominada como lepra, mas, entretanto, lembra estranhamente os efeitos de umaarma que Yahweh teria usado pelo menos em outras três ocasiões. No Deuteronómio 7:20, Êxodo 23:28 e Josué 24:12, Yahweh usa um instrumento, ou um conjunto de instrumentos, chamado *tzir'ah* – termo feminino s ingular colectivo – que produz graves efeitos sobre a pele de quem é atingido. O termo encontra-se no singular, mas habitualmente é traduzido como «vespas, abelhões», para lembrar os efeitos das picadas destes insectos, embora os dicionários Brown-Driver-Briggs e Gesenius, citados na Bibliografia, lhe atribuam os conceitos de prega, prostração, perfurar e golpear.

Remeto o leitor bemdisposto para um contexto em que só o pensamento de querer confirmar aquela hipótese se torna ridículo. Por que razão atacariam as vespas selectivamente só os inimigos, até os tornar inofensivos, e para os colocar nas mãos dos Israelitas? Parece estar claro que se tratava de «algo» que podia ser direccionado selectivamente contra a pele dos adversários, produzindo graves efeitos. Quem sabe se uma descrição mais detalhada da tzir'ah não se encontraria num daqueles 11 livros oficialmente desaparecidos, um dos quais tem por título *As Guerras de Yahweh?* Talvez aquele texto fosse bastante explícito ao descrever os processos usados por ele durante as batalhas… Terá sido por isso que alguém se encarregou de o tornar indisponível?

Qualquer que tenha sido o processo usado, somente Miriam foi atingida na pele, e é realmente estranho o sentido de justiça daquele indivíduo, que nos querem apresentar como o Deus omnisciente, justo ao julgar os homens. Ao invés disso, notamos sem sombra de dúvidas que, naquela época, assim como actualmente, quem possui o poder coloca-se acima das leis. Nada mudou – já era assim quando o suposto Deus estava na Terra, discutindo com os homens, procurando ser obedecido, mesmo entre mil contradições. Cada um poderá tirar as suas próprias conclusões sobre a amoralidade ou a imoralidade daquele indivíduo, Yahweh, que nos querem convencer ser Deus em pessoa, ou seja o supremo legislador que, no final dos tempos, nos julgará com justiça. Se me é permitido um comentário, eu gostaria de dizer: «Que Deus nos livre e nos guarde!»

Ainda bem, para nós, que Yahweh não é Deus, pois se o fosse a nossa vida e, principalmente, a nossa desejada eternidade estariam, realmente, em péssimas mãos.

A estudiosa hebreia Lia bat Adam, que se ocupa das histórias do Êxodo, define a personalidade de Yahweh deste modo: «Agressiva, austera, ciumenta, colérica, cruel, desumana, exclusivista, exigente, feroz, grosseira, imatura, inclemente,

infantil, inflexível, ingénua, intolerante, intratável, iracunda, melindrosa, pernóstica, previsível, repressiva, rígida, sábia, terrível, tirânica, vingativa [...]» (*op. cit.* na Bibliografia).

Mais não posso fazer do que expressar, ulteriormente, toda a minha compreensão por Moisés, que não devia ter uma vida fácil. Por um lado tinha de satisfazer os pedidos e as ordens daquele indivíduo e, por outro, tinha de convencer um grupo de nómadas e seminómadas de que a melhor escolha para eles era colocaremse ao serviço de um tal personagem. Entretanto, podemos deduzir mais coisas ao analisar os Dez Mandamentos que a doutrina escolheu como fundamento para construir o seu código ético, aquele que todos conhecemos (Ex. 20, Dt. 5).

«Eu sou o Senhor teu Deus: não terás outro Deus diante de mim»;

«Não invocar o Santo Nome de Deus em vão»;

«Santificar o domingo e festas de guarda»;

«Honrar pai e mãe (e os outros legítimos superiores)»;

«Não matar (nem causar outro dano, no corpo ou na alma, a si mesmo ou ao próximo)»;

«Não pecar contra a castidade»;

«Não furtar»;

«Não levantar falsos testemunhos (nem de qualquer outro modo faltar à verdade ou difamar o próximo)»;

«Não desejar a mulher do próximo»;

«Não cobiçar as coisas alheias.»

Vamos aos esclarecimentos: o primeiro mandamento foi, oportunamente, reelaborado pela tradição, para fazer com que coincidisse com a visão monoteísta; todavia, é importante saber que em hebraico soa diferente (Dt. 5:6-7). A versão que nos foi transmitida é a seguinte: «Eu sou o Senhor teu Deus: não terás outro Deus diante de mim», enquanto no texto bíblico soa assim: «Eu sou Yeh(o)wah, o Elohim teu, a quem tirei da terra do Egipto, da casa da servidão, não terás outros Elohim diante de mim.»

Aqui revela-se uma situação recorrente: de cada vez que Yahweh se apresentava tinha a necessidade de formalizar o seu currículo, tinha de lembrar os seus méritos adquiridos em relação àquele povo, que não devia, portanto, confundilo com os seus colegas/rivais. Já esta passagem seria suficiente para compreender que Yahweh estava bem consciente da existência de «outros Elohim» e da possibilidade de ser abandonado por alguns do seu povo, como já tínhamos observado.

O aspecto que eu gostaria de evidenciar aqui diz respeito aos Mandamentos e podemos formalizá-lo com a seguinte afirmação: essas normas não são um código de comportamento ético elaborado para a Humanidade, mas um conjunto de normas promulgadas para tornar a convivência dentro daquele campo de reeducação, que Moisés tinha instituído no deserto do monte Sinai, organizada e «vivível».

Um campo onde ele manteve – deveríamos dizer segregou aquelas pessoas para construir um povo que antes não existia, e dotar se da força combativa necessária para conquistar a terra onde Yahweh tinha decidido governar, custasse o que custasse, inclusivamente o derramamento de uma grande quantidade de sangue.

Um dos mecanismos adoptados por Moisés para manter aquelas pessoas ligadas a si foi a requisição de todos os metais de valor, principalmente o ouro de lei, já que somente com estes elas podiam ter acesso à água e às pastagens, as quais pertenciam às pessoas que ali moravam. Privados da moeda de troca, que lhes teria dado autonomia de movimentos, aquela pobre gente teria de depender de Moisés e de Yahweh para ter acesso às fontes de sustento.

Mas já escrevi abundantemente sobre isto no Non c'è creazione nella Bibbia**,** e não vou, por isso, aprofundar aqui mais o assunto.

Voltando aos Mandamentos, é importante esclarecer, desde já, que as teologias prevalecentes difundiram de propósito um conceito, que afirmo, eufemisticamente, estar errado, para não ter de dizer que é claramente falso. Quando, nos versículos hebraicos, se define a identidade, ou a tipologia daqueles em relação aos quais não se deve cometer os actos proibidos, é usado o termo formado pela raiz resh ayn, cujo significado é «amigo», «companheiro»,

«camarada», «membro do mesmo sodalício», «compatriota». No entanto – como para cada chave de leitura apresentada neste e nos meus outros trabalhos –, o verdadeiro significado deduz-se da análise do contexto e do todo das histórias, mais do que através da cirurgia filológica. Toda a documentação bíblica nos explicita, sem lquer dúvida, que o conceito ampliado de «próximo» é fruto de uma elaboração posterior, sendo ainda mais remota a possibilidade de, naquela passagem, Yahweh se referir a todo o género humano. Aquelas ordens e proibições valiam exclusivamente para o seu povo, isto é, para aquele grupo de nómadas e seminómadas que Moisés estava a tentar, afadigadamente, transformar num povo com regras aceitáveis de convivência social.

Não existia um «próximo», no sentido moderno do termo, com o qual alguém teria de se ocupar, de se preocupar ou de respeitar. Era coisa exclusivamente «entre eles», que não deviam matarse, nem roubar entre si as coisas ou os animais, nem tomar as mulheres, que eram consideradas como nada mais do que propriedade dos machos, nem praticar o empréstimo com especulação, etc., etc. Em relação aos outros, pelo contrário, tudo lhes era permitido e sugerido, quando não mesmo expressamente ordenado.

Vejamos, por exemplo, o mandamento que se refere a um tema importantíssimo, diria mesmo o principal fundamento para toda a convivência entre pessoas, ou seja o respeito pela vida dos outros, expressado no comando claro e aparentemente inequívoco «Não matar».

Escrevi aparentemente inequívoco porque, coerentemente com aquilo que estou a demonstrar, o rabino Dovid Bendory, director dos Judeus pela Perpetuação do Direito à Posse de Armas (JPFO em inglês), assinalou um erro na tradução do mandamento citado acima. Observou, muito correctamente, que a expressão *«lo tirtzach»* não quer dizer genericamente «não matar», mas exactamente «não assassinar», não praticar um acto que contém em si mesmo o conceito de matar uma única pessoa, intencional e premeditadamente.

O rabino escreve que existe uma grande diferença entre matar e assassinar, e afirma que essa confusão deriva de um erro de tradução, pelo qual judeus e cristãos foram atormentados pelo sentido de culpa e remorso injustificados por causa das mortes provocadas durante as guerras, os acidentes e por autodefesa. Como consequência directa desse erro interpretativo, ele questionase sobre o número de vidas que se perderam por causa de um estúpido *(sic!)* pacifismo, o qual impediu a legítima defesa das próprias vidas, em vez de a promover, adoptando uma justa defesa face ao mal.

Obviamente, podemos não concordar com esta última consideração, mas o que é relevante observar é que a tradução correcta daquele mandamento tem outro

sentido. Se tivesse o significado universal que lhe foi atribuído, quando a teologia monoteísta espiritualista assumiu o controlo do significado da Bíblia, deveríamos dizer que o próprio Yahweh foi o primeiro a não respeitar as regras que ele mesmo fixou. Diria que é muito difícil estabelecer a quantidade de inimigos mortos directamente devido às suas ordens, como é preciso assinalar, também, que ele o fazia dentro do seu próprio grupo. Bastava haver sinais de dissensão ou que alguém se dirigisse a outros Elohim para que ele matasse sem piedade. Recomendo a leitura das seguintes passagens bíblicas, para se compreender do que estamos a falar: Êxodo 32, Números 11, Números 14, Números 16 e Números 25.

A vocação de Yahweh para a guerra – não por acaso, ele é definido na Bíblia como *ish milchamah*, ou seja «homem de guerra» – está documentada em vários trechos, em que ele comandava e/ou permitia a morte de seres humanos com uma ferocidade que reconhecemos somente em poucos ditadores contemporâneos ou da História recente.

Esta ordem decisiva de não assassinar – juntamente com outras ordens – valia exclusivamente dentro do campo e do grupo. O assassinato, o furto, o roubo, o sequestro ou a violação de uma fêmea que pertencesse a outro macho, da mesma tribo, ou talvez a um vizinho de tenda, originariam reacções perigosas, rixas intermináveis, disputas desastrosas entre os clãs familiares, assim como também atitudes muito violentas e incontroláveis. Yahweh não podia permitir que a anarquia e a justiça feita pelas próprias mãos reinassem, soberanas, naquele campo de tendas no deserto, pois era muito arriscado para o seu objectivo, que era forjar o espírito unitário indispensável para agir de forma concertada e lutar com a necessária determinação.

Os Mandamentos eram, portanto, regras internas promulgadas com um objectivo exacto: instaurar a ordem. Fora do grupo tudo era consentido, sugerido, solicitado ou, até mesmo, explicitamente comandado, inclusivamente as acções mais infames e horríveis. Entre muitas outras, encontramos passagens como as

Deuteronómio 2:33-35:

«O Senhor (Yahweh) nosso Deus (Elohim) pô-los nas nossas mãos, e nós derrotámo-los, aos seus filhos e a toda a sua gente. Naquele tempo tomámos todas as cidades e dedicámo-nos ao extermínio de cada cidade, homem, mulher, criança; não deixámos qualquer sobrevivente. Só levámos connosco, como saque, o rebanho e os restos das cidades que tínhamos conquistado.»

Josué 8:24-25:

«Quando Israel acabou de matar todos os combatentes de Ai no campo, no

deserto, aonde eles os tinham seguido, e todos, até ao último homem, caíram ao fio da espada dos Israelitas, lançaram-se todos juntos contra Ai e mataram todos os seus habitantes. Todos os mortos naquele dia, homens e mulheres, foram doze mil, todos de Ai.»

Juízes 21:10-12:

«Então a comunidade mandou doze mil homens entre os mais valorosos e ordenou-lhes: “Ireis e matareis todos os habitantes de Jabes de Gileade, inclusivamente as mulheres e as crianças. Fareis assim: matareis cada macho e cada mulher que tenha mantido relações com um homem; ao invés, poupareis as virgens.” Encontraram entre os habitantes de Jabes de Gileade 400 virgens, que não tinham mantido relações com ninguém, e conduziram-nas ao acampamento, em Siló, que se encontra no país de Canaã.»

Samuel 15:3:

«Vai, pois, ataca Amaleque e dedica-te ao extermínio daquilo que lhe pertence, não te deixes levar pela compaixão por ele, mas mata homens e mulheres, crianças e recém-nascidos, bois e ovelhas, camelos e jumentos.»

Enfim, leia-se todo o capítulo de Josué, onde se narra a conquista do Sul da Palestina, mediante um sistema que nós definiríamos como uma verdadeira limpeza étnica. Os habitantes de Maquedá, Libna, Laquis, Gezer, Eglom, Hebrom e Debir foram mortos depois de a conquista ter terminado e, portanto, sem qualquer necessidade militar. O versículo 40 é inequívoco: «Assim, Josué derrotou todo o país, as montanhas, o Negueve, o vale, as encostas e todos os seus reis. Não deixou nenhum sobrevivente e dedicou-se ao extermínio de cada ser que respirava, conforme tinha ordenado o Senhor (Yahweh), Deus (Elohim) de Israel.»

Era ele, Yahweh, quem ordenava os extermínios, que não poupavam nem mesmo mulheres, idosos e crianças. Repito que não existia um «próximo», no sentido moderno do termo, com o qual alguém teria de se ocupar, preocupar ou respeitar.

Temos de tomar consciência de uma evidente realidade: Yahweh era um dos Elohim e lutava ferozmente para ampliar o seu território. Eliminava sem piedade os infelizes cuja única culpa era morarem nos lugares que lhe interessavam e que, portanto, deviam ser eliminados para deixar espaço à instalação dos seus seguidores.

Hoje, de acordo com os nossos princípios morais, consideraríamos absolutamente inaceitável honrar, amar e orar a um tal ser. Mas, na verdade, não devemos fazer isso porque nem ele mesmo no-lo pediu, porque ele não é o Deus universal, não era e não é o Deus de todos, uma vez que a Humanidade, genericamente falando, não fazia parte dos seus interesses. Ele era o governador de um povo e agiu para ele, e somente para ele, relacionando-se com ele por

métodos que, muitas vezes, nos parecem actualmente inaceitáveis.

Certos mandamentos e certas normas tinham sentido naquele contexto, naquele momento, com aquela multidão de pessoas, que tinha de ser disciplinada ou, como diz a estudiosa hebreia Lia bat Adam, tinha de ser formada e modelada, como numa espécie de «campo de treino paramilitar», como era o acampamento no deserto do Êxodo.

À luz dos factos e da História, o verdadeiro grande erro, causa de vários acontecimentos paradoxais, por causa da violência e da insensatez, é que *aquele l*ivro foi adaptado forçadamente a outros credos, com intenções completamente desvirtuadas do objectivo original para o qual foi escrito e transmitido.

O conhecimento da possível verdade deveria tranquilizar os espíritos e fazer com que a Bíblia fosse considerada pelo que é, a história, mais ou menos verdadeira, de um povo e do seu governador. Uma história sobre a qual é inútil que a Humanidade continue a dividirse.

Voltando aos Mandamentos, evidencio que o dito governador devia pensar em tudo, pois chegou mesmo a regular o comportamento que tinha de ser mantido no cumprimento das exigências fisiológicas normais, sobre as quais achou que devia intervir, para evitar situações pouco agradáveis e que lhe podiam trazer aborrecimentos. Vejamos, portanto, mais essa curiosidade realmente peculiar nas mitzvot, um tipo de intervenção que não se esperaria por parte de um Deus espiritual. Para evitar um aborrecimento para si mesmo, Yahweh considerou necessário dar esta indicação (Dt. 23:13 e seg.): «Terás também um lugar fora do acampamento e lá irás fazer as tuas necessidades. No teu equipamento haverá uma pá, com a qual, no momento em que terminares, cavarás um buraco e depois cobrirás os teus excrementos. Porque o Senhor (Yahweh), teu Deus (Elohim), passa no meio do teu acampamento [...].» E continua, explicando que aquela norma servia para evitar que ele visse aquelas indecências.

Desde não assassinar até às ordens sobre como cumprir massacres cruéis, e à atenção dada à evacuação corporal, temos um percurso normativo que não deixa margem para dúvidas sobre a realidade concreta das intenções e das exigências pessoais daquele indivíduo.

A ser verdade que todos esses relatos são, exclusivamente, metáforas ou alegorias, a Bíblia teria, nesse caso, um único destino – o caixote do lixo –, porque seria obra de loucos, ao apresentar o seu próprio Deus, e fazer dele, metaforicamente, um dos personagens menos recomendáveis de toda a história da Humanidade.

Porém, é justamente isto que afirmam os defensores da tese espiritualista, que com as suas convicções não fazem outra coisa senão descredibilizar o texto. Não percebem nem compreendem, obstinados em difundir a verdade inventada, que o

eventual Deus – existente para os homens de fé – não tem necessidade de um livro para se fortalecer, muito menos de um livro como o Antigo Testamento, que nunca fala, como podemos ver, sobre Deus.

Eu acredito, pelo contrário, que a Bíblia não é obra de insanos, e que deve ser conhecida e estudada porque, principalmente nas partes relacionadas com as origens, contém informações importantes para reescrever a história da Humanidade. Mais cedo ou mais tarde isso terá de ser levado em consideração pelos académicos. Entre tantas dúvidas que constelam o meu estudo contínuo, nutro a certeza de que esta história, conforme nos foi contada, é, na melhor das hipóteses, errada, enquanto, na pior, é mais triste do que poderia suporse, uma vez que então seria intencionalmente falsa, isto é, inventada e sustentada para manter obscura a verdade e construir sistemas de poder teológicos e ideológicos que cairiam imediatamente se a Humanidade soubesse.

Chegase a esta conclusão pela leitura da Bíblia, no que respeita «àqueles indivíduos» que foram transformados em «Deus», e esta é a invenção fundamental, à qual me refiro quando afirmei anteriormente que os construtores das teologias não se limitaram a não narrar o que está escrito – foram ainda mais além e introduziram aquilo que não está escrito.

Algo mais sobre Yahweh, o suposto Deus

Mostrei que a Bíblia nos apresenta Yahweh como um dos Elohim menos importantes dentro do grupo, a quem, por esse motivo, terá sido distribuída uma consignação pouco relevante, tão insignificante do ponto de vista demográfico e territorial que ele procurou ampliar a sua esfera de influência por meio da conquista militar, o que só conseguiu numa escala muito limitada.

Reafirmo o que já disse nas ocasiões em que examinei o Dt. 32:8 e seg., acerca da insustentabilidade da tese monoteísta, segundo a qual Yahweh «escolheu autonomamente» aquele povo. Segundo essa tese, toda a Bíblia seria a história insana de como um «Deus», igualmente louco, escolhe para si mesmo apenas um povo, e depois procede militar e sanguinariamente na conquista de outros povos que ele mesmo, na qualidade de «Deus», não havia atribuído a si próprio.

Em breve veremos o que a Bíblia diz em relação a essa escolha, mas antes disso temos de examinar uma curiosidade que se refere justamente ao começo. Uma leitura incondicional dos capítulos 4 e 5 do livro do Génesis leva a presumir que Yahweh, o suposto Deus da Bíblia, nada teve a ver com a criação de Adão e Eva. Ora, após o famoso acontecimento envolvendo os seus primeiros dois filhos, Caim e Abel, Adão, com 130 anos, gera Set, o qual gera, por sua vez e com 105 anos, Enos. A Bíblia informa-nos (Gn. 4:26) que só no tempo de Enos «começou a invocar-se o nome de Yahweh», isto é, 235 anos depois de os Elohim terem feito o Adam.

O que significa que Adão, Eva, Caim, Abel e Set não se dirigiam a ele, mas a outros Elohim.

Entretanto, os autores bíblicos fizeram com que Eva nomeasse Yahweh em Génesis 4:1. Provavelmente, isso deve ter acontecido quando a teologia dos sacerdotes de Jerusalém começou a transformar Yahweh no Deus único, instalando as raízes do monoteísmo. Trata se, possivelmente, de uma entre tantas outras intervenções com a finalidade de celebrar a grandeza daquele Elohim, atribuindo-lhe prerrogativas que não encontravam correspondência na figura que todo o texto bíblico descreve com evidente clareza, ou seja, Yahweh não participou da acção que produziu Adão e Eva, o que encaixa coerentemente na lógica da própria Bíblia.

Os dois progenitores dessa raça especial foram produzidos por aqueles a quem chamaríamos «engenheiros biomoleculares», enquanto Yahweh era um *ish milchamah* (Ex. 15:3), ou seja um «homem de guerra», qualidade que todo o Antigo Testamento documenta, descrevendo como, essencialmente, ele não fazia outra coisa senão lutar, não tendo, com certeza, as competências necessárias para operar no sector biomédico ou genético. Isto pode ser analisado pormenorizadamente nos meus trabalhos anteriores.

Como me escreveu uma pessoa da comunidade hebraica de Roma, Yahweh podia ser um jovem, filho de um dos chefes Elohim, e tinha de ganhar experiência demonstrando a sua capacidade. Para confirmar isto cito a inscrição ugarítica mencionada pelo professor Garbini, *op. cit.* na Bibliografia, onde um El, singular de Elohim, afirma: «O nome do meu filho é Yah.» (VI AB, IV, 13-14). Portanto, a cultura ugarítica também o sabia.

Não deve surpreender-nos o facto de ele, além de não ter criado o céu e a terra, ter aparecido na história dos adamitas posteriormente, tendo provavelmente recebido aquelas pessoas e aquele território desértico por parte de Elyon, o comandante dos Elohim (Dt. 32:8), no tempo de Pelegue, quando, conforme diz a Bíblia (Gn. 10:25), foi feita a divisão da Terra.

O código antigo da Bíblia grega, a Septuaginta, descreve muito bem o conceito

de divisão, utilizando o verbo *diamerizo*, que indicia justamente o acto de «dividir e distribuir», e a Bíblia não tem dificuldade em lembrar como diferentes Elohim tiveram outras terras e outros povos. Um exemplo? Em Juízes 11:24, Jefté fala com o rei de Amom e diz-lhe: «As terras que o teu Elohim Quemós te fez obternas, assim como nós mantemos aquela que Yahweh, o nosso Elohim, nos fez obter.» Não são necessários comentários, tal é a clareza desse versículo. Para Jefté e para o autor bíblico, o Elohim de nome Quemós não é um ídolo inerte, mas um colega/rival digno de Yahweh. Desse modo, Quemós e Yahweh são claramente colocados no mesmo plano, têm o mesmo poder de atribuir terras, nenhum dos dois é declarado superior – enfim, são iguais.

Voltando ao progenitor Adão, digo que, se fosse correcta a hipótese de que Yahweh não participou na sua «fabricação», poderíamos confirmar que o suposto Deus da teologia teria encontrado o Adam já pronto e confeccionado, produzido pelos seus colegas.

Vejamos agora a famosa «escolha» do povo. Nos capítulos 10 e 11 do Génesis estão elencadas as genealogias dos descendentes de Noé, e notamos imediatamente que os nomes dos grandes povos do passado, no Médio Oriente, estão fora da esfera de controlo do suposto «Deus»: Egipto, Assur, Babilónia… Mas, chegando aos Hebreus, o que descobrimos?

Sem, filho de Noé, definido no Génesis 10:21 como o antepassado de todos os filhos de Héber, isto é, dos Hebreus, gera Arfaxade, que além de outros filhos e filhas gera Salá, que além de outros filhos e filhas gera Héber, o patriarca epónimo dos Hebreus, que além de outros filhos e filhas gera Pelegue e Joctã. Pelegue, por sua vez, além de outros filhos e filhas gera Reú, que além de outros filhos e filhas gera Serugue, que além de outros filhos e filhas gera Naor, que além de outros filhos e filhas gera Terá, que gera Abraão, Naor e Harã.

Neste ponto da história intervém Yahweh, que escolhe Abraão, de «apenas uma» entre os milhares de famílias de Hebreus, ou seja, dos descendentes de Héber, e dessa família somente a ele, dado que nem mesmo o pai e os dois irmãos de Abraão entram na esfera da sua escolha. A realidade do texto bíblico é, na sua essência, clara: a Yahweh foi atribuída, ou escolheu ele mesmo, somente uma entre centenas ou milhares de famílias «hebreias», descendentes de Héber, que, pela sua parte, nunca tinham ouvido falar dele, porque eram governadas por outros Elohim, como diz claramente a Bíblia, até mesmo em relação à própria família de Abraão (ver, por exemplo, Js. 24:2 e seg.).

Na verdade, muitas dessas famílias, Moabitas, Edomitas, Amalequitas, Madianitas, etc., etc., sempre descendentes de Héber ou, em época posterior, até do próprio Abraão, ouviram falar de Yahweh, e de forma dramática, já que foram

objecto dos massacres que ele tinha ordenado para livrar aqueles territórios da presença delas, e que, na qualidade de suposto «Deus», não se tinha auto-atribuído inicialmente mas pelos quais viria a interessar-*se, a posteriori.* Relembro o que foi afirmado por Lee I. Levine, professor de História Judaica na Hebrew University, de Jerusalém, quanto à identidade israelita, que foi fruto de um longo processo de evolução e assimilação, envolvendo semitas, não semitas, nómadas e seminómadas, habitantes das cidades de Canaã e outros povos imigrantes.

Considerando tudo isto, e supondo que, como afirmam vários rabinos, Abraão nunca existiu, então perguntome: a quem se dirigiu Yahweh, originariamente? Além disso, quem eram aqueles que ele levou para fora do Egipto com a ajuda de Moisés?

Eu diria que, com a Bíblia, temos mesmo de «fazer de conta que…», e é realmente elucidativo ler os estudos dos rabinos, livres dos dogmatismos dominantes, teológicos e ideológicos.

Quando Abraão descobre que Deus se cansa, suja se, tem fome…

Concluo este capítulo com uma história narrada no Génesis 18 e 19. A narração liga, curiosamente, vários aspectos que caracterizavam de maneira significativa aqueles indivíduos, evidenciando um paralelismo tão esclarecedor como inesperado entre Yahweh e os malaquins. A passagem em questão documenta que eles eram simples bípedes feitos de carne e osso, facto relacionado com a própria capacidade de utilizar tecnologias, não somente avançadas mas perigosíssimas para as suas existências.

Nas horas centrais do dia encontramos Abraão sentado, desfrutando a sombra da sua tenda, quando ao longe vê chegar três *anashim,* assim os define o texto hebraico, ou seja, três homens e, para ser mais preciso, três indivíduos machos, pois *anashim* é o plural de *ish,* termo que indica o macho. Abraão compreende imediatamente que aqueles três *anashim* não são homens normais, mas pertencem ao grupo dos dominadores, e também percebe a situação na qual eles se apresentam, pessoal e fisicamente peculiar.

Dão-lhe a nítida impressão de que estão sujos, empoeirados, famintos, sedentos, cansados, o que o leva a convidálos de imediato para ficarem na sua tenda a fim de repousarem e de se restabelecerem. Prepara a água para que eles possam lavar os pés, e é precisamente esse acto tão concreto que nos leva a pensar que chegaram caminhando, e que tinham, portanto, necessidade de refrescar especificamente aquela parte do corpo, particularmente acalorada e empoeirada pelo terreno árido. Convida-os a acomodaremse sob a sombra de uma árvore e manda preparar a comida, dando ordem ao seu servo para cozinhar a carne que ele mesmo escolheu. Ao mesmo tempo pede à esposa, Sara, para amassar o pão, com farinha, e oferece tudo isso acompanhado de leite ácido e fresco.

No versículo 13 temos a primeira surpresa: descobrimos que um dos três *anashim* – indivíduos machos, que chegaram cansados, sujos, famintos e sedentos – é Yahweh, que, de acordo com a teologia, não é senão o próprio Deus. Deduzimos logo que Deus caminha, cansa-se, suja-se, deve lavar os pés, come, bebe e repousa à sombra… exactamente como nós.

Não é em vão que a Bíblia o define como um ish, um indivíduo macho, assim como não é por acaso que os autores bíblicos nunca consideraram Deus na acepção que a teologia atribui a este termo. Por outro lado, a definição de «Homem» que temos nos nossos dicionários diz essencialmente que se trata de um mamífero caracterizado pela posição erecta, com linguagem articulada, grande desenvolvimento cerebral, com capacidade de transmitir experiências e conhecimentos adquiridos de forma elaborada. Yahweh, que a Bíblia, como vimos antes, define como *ish milchamah*, um «homem de guerra», e que aqui insere nesse terceto com outros dois *anashim*, plural de *ish*, tinha exactamente esses atributos. Assim como ele, os seus colegas Elohim também os possuíam, e estes últimos eram de tal maneira idênticos aos Adam que podiam unirse sexualmente com as fêmeas terrestres, gerando descendência (Gn. 6), compartilhando ainda com eles a característica de serem mortais, como já verificámos no Salmo 82. Mas, sobre os Adam falarei no próximo capítulo. Por enquanto voltamos à nossa narração, que nos reserva uma segunda surpresa.

Dentre os três *anashim*, aquele reconhecido como Yahweh fica a conversar com Abraão, enquanto os outros dois partem para cumprir a sua missão, que consistia em ir até Sodoma para advertir Lot, o sobrinho do patriarca, sobre o que está para acontecer. Durante as lutas, que deveríamos definir como verdadeiras guerras territoriais, travadas pelos Elohim, as cidades de Sodoma, Gomorra, Adma, Zeboim e Bela/Zoar estavam na iminência de mudar de aliança, por isso foi decidido destruí-las completamente, começando justamente por Sodoma e Gomorra.

Incidentalmente indico que o capítulo 14 do livro do Génesis menciona que nas guerras em que Abraão participou por conta de Yahweh estava também

envolvido o rei de Shin’ar, termo bíblico para indicar Sumer, o que significa uma ligação importante entre os dois mundos. Lot, como sobrinho de Abraão, pertencia à aliança yahwista, a qual estava a ser abandonada pelas cinco cidades. Foi por esse motivo que, no dia seguinte, teriam sido atacadas e destruídas. Era necessário que o fiel Lot se afastasse imediatamente da sua casa e se salvasse juntamente com a família.

A missão dos dois *anashim* era advertir Lot, e é por isso que deixam Yahweh e Abraão na tenda e partem. Assim que seguem viagem assumem o papel de mensageiros, pelo que a partir daquele exacto momento a Bíblia passa a defini-los, correctamente, como malaquins (Gn. 19:1), ou seja, justamente, mensageiros, porta ordens. Lembramos que o termo malaquim é traduzido como «anjo», e com essa definição assumiram na teologia o seu papel de entidades espirituais, não tendo características para tal. A continuação da narração evidencia, de maneira ainda mais flagrante, essa verdadeira invenção feita pelos exegetas.

Retomam a estrada e chegam de noite às portas da cidade. De longe são imediatamente reconhecidos por Lot e pelos anciãos que o acompanhavam. O sobrinho de Abraão convida-os a entrar em casa, oferece-lhes refrigério e alimentação. Aqui tomamos consciência de que esses chamados anjos, após terem almoçado com Abraão, jantam com Lot. Os outros habitantes que os viram chegar já imaginavam o motivo da sua vinda (versículo 9) e querem capturálos. Entretanto Lot defend-os, chegando a oferecer aos seus conterrâneos, para os apaziguar, as suas filhas virgens. Porém, os agressores não se detêm com isso. Assistimos, neste ponto, a uma cena cujo realismo é muito desconcertante, claro e inequívoco: enquanto Lot tenta aplacar a ira dos agressores, os dois malaquins que se encontram no interior da sua casa, definidos, novamente, como *anashim* (versículos 10-11, tradução da CEI), «estenderam as mãos, trouxeram Lot para dentro de casa e fecharam a porta. Quanto aos homens que estavam à porta da casa, cobriramnos com uma ofuscação cegante, desde o menor até ao maior, de modo que não conseguiram achar a porta».

Esses indivíduos, tão materiais no próprio aspecto físico, atacáveis pela multidão, evitam ser capturados usando um estratagema tecnológico. Nada de sobrenatural. A propósito disso relembro, de passagem, que os filólogos hebreus que comentaram, num dos meus trabalhos anteriores, o capítulo dedicado ao milagre «químico» de Elias escreveram que «todos os milagres bíblicos têm origem tecnológica», estabelecendo o facto de que nunca existe uma intervenção sobrenatural.

Enfim, o relato prossegue com os dois, na manhã seguinte, a arrastarem

literalmente Lot e a sua família para fora de casa. Logo após verifica-se o que os Elohim tinham decidido: a destruição das cidades por um fogo que provinha do céu. Os versículos 26-27 explicitam que, naquela ocasião, as cidades foram destruídas, assim como todo o vale, com os seus habitantes e vegetação, e que subia do solo uma fumaça como a de um forno de barro. O que aconteceu? Que tecnologia ou que armas foram usadas?

A descoberta de areia radioactiva no território do Sinai, bem como as narrações sumérias e acádicas, com a descrição das batalhas travadas pelos poderosos governantes locais, que correspondem aos Elohim bíblicos, permitem à fantasia elaborar hipóteses que remeteriam para bombas atómicas. De qualquer forma, para essa análise – que nos fornece elementos de grande interesse, e tão embaraçosamente concretos que foram deliberadamente ignorados pelos exegetas – prefiro permanecer fiel ao texto bíblico, ao qual me restrinjo.

Permito me uma breve excursão histórico-geográfica, cujos factos poderão ser situados entre os séculos XX e XVIII a. C., visto que as narrativas relativas a Abraão e à sua família são datadas desse período. Em contraste com a tradição, a arqueologia moderna, que compara a descrição bíblica da história com o lugar onde se encontra Abraão e o tempo de deslocação dos dois malaquins, tende a localizar Sodoma e Gomorra ao longo do vale do rio Jordão, a norte do mar Morto.

À direita orográfica encontra-se a cidade de Jericó. Naquele território aconteceu a história de Eliseu, narrada no Segundo Livro dos Reis, aproximadamente no ano 850 a. C., em que se lê, no capítulo 2, que naquele lugar o território era estéril e a água ainda não era boa. Se a localização correspondesse, poderíamos notar que, cerca de mil anos após o evento que tinha destruído Sodoma e Gomorra, naquele território registavam-se ainda as consequências dramáticas da intervenção destrutiva dos Elohim.

Mais segura é a afirmação contida no Livro da Sabedoria, no capítulo 10, onde nos versículos 6 e 7 se lê sobre o território de pentápoles, as cinco cidades destruídas: «As árvores de fruta produzem frutos que não chegam ao amadurecimento.» Se considerarmos que *aquele* livro foi escrito no século I a. C., temos de levar em consideração o que a Bíblia afirma: num intervalo entre 1700 e 1800 anos do acontecimento relatado, aquele terreno ainda não tinha recuperado a sua produtividade natural.

No Deuteronómio 32:32 usase uma comparação interessante: numa injúria dirigida a determinados personagens mal identificados, diz-se que as suas uvas são venenosas, como o vinho produzido pelos cachos amargos, os quais provêm de Sodoma e Gomorra. O profeta Sofonias, do século VII a. C., define aquele

território como campo de cardos, montes de sal, desolação perpétua (2:9).

Faço notar que, na história conhecida, nenhum incêndio normal ocorrido num território alguma vez determinou as consequências que aqui são descritas. Pelo contrário, sabese que os incêndios tornam férteis os terrenos e que após alguns anos deixam-nos ainda mais produtivos do que antes. Cada um poderá, portanto, livremente, tirar as suas conclusões sobre o que pode ter acontecido naquele vale.

Ao concluir o capítulo, devo constatar que os Elohim e os malaquins bíblicos são, na verdade, uma multiplicidade de indivíduos de carne e osso, que comem, bebem, caminham, cansam-se e sujam-se, precisando de se lavar, repousar… e, enfim, morrem como os Adam.

Quem quiser considerá-los, respectivamente, como Deus e anjos, naturalmente é livre para o fazer, mas com a condição de esquecer o que a Bíblia narra sobre eles, ou seja, com acondição de «encobrir» o significado do texto, atribuindo-lhes sentidos que não existem, o que a «tradição», ou, melhor dizendo, o que «as tradições» fizeram. No entanto, o objectivo exposto neste trabalho e nos outros livros que já foram publicados é justamente tentar remover as camadas e aquele véu de mistério, que foi estendido durante séculos, para ocultar aquilo que não era, e o que não é, considerado aceitável pelas doutrinas.

Outras hipotéticas entidades espirituais: anjos, gigantes, Satanás e máquinas voadoras

Bíblia referese a uma multiplicidade de outras presenças distintas das dos Adam, indivíduos conhecidos com diversos nomes e ordenados em hierarquias, que ali são assinalados de acordo com a sua função e a sua tipologia física, tanto com nomes genéricos como com nomes próprios. Aqui lembramos alguns deles:

Nefilins, os gigantes, conhecidos também como Refains, Anaquins, Emins ou Zamzumins – enquanto malaquim e shedim se ferem a nomes de grupos. Mas encontramos também os nomes de Baal, Baal-Zafon, Baal-Zebub, Baal-Peor, Mil-kom, Melkart, Nibaz, Tartan, Adrammelec, Anammelec, que dizem respeito a nomes próprios.

Grupos e indivíduos conhecidos também por outras culturas, denominados:

Anunnaki, Igigi, Igigu, Dingur, Irsirra, Ilu, Ilanu, acham-se entre os Sumérios e Acádicos;

Neteru, Shamshu-hor, entre os Egípcios;

Viracochas, Quetzalcoatl, nas culturas da América Central e do Sul;

Tuata de Danann e Asi, numa parte do Norte da Europa e na tradição germânica;

Deva para a cultura hindu, etc.

Estas correspondências confirmam o que dizíamos acima: a Bíblia não é um *unicum* na história da Humanidade, mas um dos muitos livros que narram os acontecimentos «daqueles indivíduos», que provavelmente vieram de muito longe, chegaram ao planeta Terra e conduziram as operações típicas dos colonizadores de uma qualquer época. Absurdamente, devemos dizer que as partes mais confiáveis da Bíblia são justamente aquelas que são partilhadas com o resto da Humanidade e, particularmente, com as narrações sumérias e acádicas não condicionadas por uma tradição teológica que tenha, como aconteceu no texto em questão, distorcido os significados e as suas finalidades.

Entre os grupos elencados acima menciono os seres com alturas gigantescas, os nefilim, dotados de seis dedos por cada membro, hexadáctilos. A Bíblia fala sobre eles com absoluta naturalidade, narrando também como lutavam nas fileiras dos filisteus, e sendo, portanto, hostis a Yahweh e ao seu povo (2Sm. 21). Dediquei uma análise profunda a estas figuras nos meus trabalhos anteriores, acompanhada pelas hipóteses da sua proveniência.

Porém, existem duas categorias de presenças que merecem ser mencionadas à parte. Para as restantes, e para um estudo completo do tema remetemos para os três livros já citados.

Os malaquins, os chamados «anjos», eram indivíduos de carne e osso, sendo que na maioria das vezes era um perigo encontrá-los; tinham necessidade de comer, dormir, repousar, lavarse. Podiam até mesmo ser agredidos e tinham de se defender. Pertenciam aos níveis intermédios da hierarquia, com funções de portavozes e guardiães.

Provavelmente correspondiam aos Igigi, Igigu na cultura suméria e acádica, nada tendo a ver com as entidades espirituais sobre as quais nos relata a tradição doutrinal. Vimos acima como alguns deles seguiam constantemente Yahweh na qualidade de acompanhantes, competindolhes até organizar os acampamentos. No caso dos malaquins, a filologia hebraica forneceu uma confirmação para as minhas hipóteses, escrevendo que o termo hebraico tem como sujeito qualquer um que cumpra uma tarefa, portanto indivíduos concretos e não entidades espirituais, que, com a passagem do tempo, a teologia foi elaborando, chegando

a ponto de lhes providenciar asas, aproximadamente a partir dos séculos IV-V d. C.

Todavia, sobre a realidade concreta e o potencial perigo dos malaquins, lembramos que a Igreja, nos primeiros séculos, aconselhava às mulheres que participassem veladas nas assembleias onde se encontrassem estes indivíduos. Don Pierangelo Gramaglia escreve em relação a isto: «A exigência de as mulheres cobrirem a cabeça também podia ser motivada pelo temor de provocar desejos sexuais intensos nos anjos, que se excitavam facilmente com raparigas virgens de cabeça descoberta. […] A exegeta Annie Jaubert remetese a alguns textos de Qumran, em que se afirma que os anjos estão presentes no grupo dos fiéis, e que na assembleia entram em comunhão com eles durante o culto. E, por esse motivo, há necessidade de evitar qualquer tipo de contaminação sexual» (Tertuliano, *De Virginibus Velandis*, Ed. Borla, dirigida por Don Pierangelo Gramaglia, professor de Patrologia, de Hebraico Bíblico e de Grego Bíblico na Faculdade Teológica da Itália Setentrional, em Turim). Além disso, no tratado sobre Berakot, Bênçãos, está escrito: «Os cabelos de uma mulher representam uma excitação sexual» (Annie Jaubert, *Le voile des femmes*, em New Testament Studies, Cambridge University Press).

Um reflexo dessa precaução encontrase, talvez, na Primeira Carta aos Coríntios do apóstolo Paulo, em cujo capítulo 11 se lê que as mulheres tinham de cobrir a cabeça em sinal de submissão à potestade, ou seja, ao poder, por causa dos anjos, e não por respeito a Deus.

O aspecto físico daqueles indivíduos e a sua grande semelhança com pessoas comuns também é documentada na Carta aos Hebreus (13:2), onde se lembra aos seguidores da nova fé cristã que não devem esquecer-se de praticar a hospitalidade, porque «alguns, praticando-a, sem saber, tinham hospedado alguns anjos». Concluindo, o apóstolo parece querer lembrar aos seus leitores que, às

vezes, os estrangeiros que pediam hospitalidade eram, na verdade, pertencentes ao grupo dos governantes e, portanto, não deveria correr-se o risco de não os acolher bem. E não posso fechar o parágrafo sobre os malaquins sem citar o príncipe dos anjos caídos, que é chamado, conforme se preferir, Satanás ou Lúcifer. No livro intitulado *Il Dio alieno della Bibbia* dediquei-lhe um capítulo inteiro, documentando a sua inexistência no Antigo Testamento.

O termo Satanás não indiciava o príncipe dos demónios, mas antes uma simples função, que era assumida pro tempore por vários personagens e, às vezes, sob indicação directa de Yahweh, que tinha o papel típico de acusador do ministério público que, enfim, agia como adversário. Não há qualquer relação com a entidade demoníaca de natureza espiritualista inventada posteriormente.

Essa é também uma das muitas verdades reconhecidas pela filologia hebraica

como claras e evidentes.

A segunda categoria de supostas entidades espirituais é representada pelos querubins, aos quais, dada a particular especificidade do tema, dediquei capítulos inteiros nos meus trabalhos anteriores. Longe de serem entidades angelicais, como os malaquins, os não eram sequer criaturas vivas, mas objectos mecânicos ou máquinas, que podem serdivididos em duas categorias, com aspectos e funções distintos: os descritos por Ezequiel eram máquinas voadoras, que o Antigo Testamento descreve muito bem, tanto quando se moviam autonomamente quanto em combinação com o meio de transporte de Yahweh, *kavod*, *ruach* e *merkavah*; a segunda categoria refere-se aos querubins da Arca da Aliança. Resumindo o que já foi amplamente explicado e documentado nos textos acima, podemos dizer que os querubins:

- são acoplados a lâminas chamejantes/círculos que giram rapidamente;
- quando não se movem autonomamente podem (devem?) ser transportados num carro construído apropriadamente, segundo um projecto bem definido;
- têm rodas que podem mover-se em todas as direcções sem girar;
- têm uma parte central circular, que gira e turbina rapidamente;
- podem mover-se em ziguezague, realizando movimentos idênticos aos das várias descrições modernas de objectos voadores não identificados;
- têm uma base plana sobre a qual apoiar-se;
- quando se mostram em acção, evocam funcionalmente várias figuras animais;
- quando estão ligados ao carro de Yahweh, têm, abaixo deles, um espaço no qual pode passar pelo menos uma pessoa, que se move e executa funções;
- são equipados com estruturas que os cobrem e os protegem quando estão fechadas, e são utilizadas para voar quando estão abertas;
- quando se movem produzem um barulho que pode ser ouvido à distância, mesmo por quem não os vê, já que estão escondidos atrás de uma parede;

- quando se deslocam são acompanhados por todas aquelas manifestações que se espera de um meio mecânico equipado com sistemas de propulsão e, talvez, com características típicas de uma tecnologia superior à nossa actualmente, com barulho ensurdecedor, emissão de energia e halos que circundam o objecto;
- são um meio sobre o qual o Elohim se senta, estaciona, estando sobre ele como se fosse a cavalo, e voa, realizando movimentos ágeis e rápidos;
- movem-se unidos ao meio de locomoção principal do Elohim, mas também independentemente, como aparece na sucessão de movimentos descritos em Ezequiel 8-10-11.

Uma confirmação do automatismo dos querubins encontrase na análise feita pelo filólogo Luigi Moraldi, em *I Manos- critti di Qumran,* UTET, Turim, no texto 4Q Sl 40, fragmento B. Ele revela alguns elementos evidentíssimos, quando os textos falam de «brisa divina», que se referem ao barulho que acompanha o carro de Yahweh, e quando se diz que os querubins «abençoam», referindo-se ao *targum* de Jónatas, segundo o qual aquela expressão indicia que os querubins produziam «sons», ou seja barulhos como aqueles descritos por Ezequiel, embora o ruído desaparecesse imediatamente quando os querubins paravam.

A segunda categoria, representada pelos querubins da Arca da Aliança, era composta por estruturas que pertenciam a um sistema de comunicação via rádio, que utilizava também instrumentos portáteis, como o efod, termo que na Bíblia nunca está traduzido mas sobre o qual falei amplamente em *Non c'è creazione nella Bibbia*, que permitia a comunicação à distância quando se encontrava longe do instrumento principal, a Arca da Aliança. Por exemplo, isso aconteceu com David (1Sm. 23), que, quando se encontrou em dificuldades durante a batalha, pediu ao ajudante para trazer o *efod* e só depois de o ter à sua disposição pôde entrar em contacto com Yahweh, pedindo-lhe indicações sobre o que fazer.

Por que razão designa o termo querubim duas categorias de instrumentos tão diferentes, tanto do ponto de vista estrutural quanto do funcional? Porque a raiz krv aplicase a tudo aquilo que, de algum modo, se correlaciona com o acto de cobrir, pois as máquinas voadoras eram equipadas com asas que, ao fechar, recobriam o veículo, enquanto os da Arca eram eles próprios elementos que se cobriam, a partir do momento em que se encontravam localizados sobre a própria tampa.

Também aqui a filologia hebraica, já mencionada anteriormente, fornece uma confirmação, ao escrever que os Hebreus sempre souberam, através do Talmude, que os querubins são robôs utilizados para proteger a Arca da Aliança, assim como o seu conteúdo precioso e perigoso. Enfim, a Arca era um instrumento tecnológico, construído segundo um modelo técnico bem definido, fornecido directamente por Yahweh a Moisés, sendo utilizada tanto como meio de comunicação quanto como arma. Devendo ser tocada e manejada somente por pessoas capacitadas, que fossem treinadas para o fazer, pois era perigosa, qualquer pessoa que a tocasse sem as devidas precauções poderia morrer electrocutada imediatamente (1Sm. 6 e 2Sm. 6). Os Elohim possuíam e utilizavam essa tecnologia, tanto quanto aqueles que poderíamos definir como seus oficiais subalternos, os malaquins, tema analisado no meu livro anteriormente mencionado, que dedica vários capítulos justamente à tecnologia presente no Antigo Testamento.

Como pode uma religião nascer a partir de condições análogas?

Nos meus trabalhos anteriores expliquei o fenómeno conhecido como o «culto à carga»[3], mostrando como, após a II Guerra Mundial, e sob o olhar dos antropólogos, nasceu um sistema cultural e ritual que teve origem no encontro entre populações primitivas das ilhas do Pacífico e os aviões militares americanos e os seus pilotos.

Gostaria agora de exemplificar os desenvolvimentos que podem ser objecto de uma programação inteligente, que é destinada a aproveitar a situação em benefício próprio e consegue alcançar o seu objectivo, tal como aconteceu nas histórias bíblicas.

Como sempre, vamos fazer de conta que eu chego – de livre vontade ou obrigado a isso – a um planeta ou a um território desconhecido e selvagem do meu próprio planeta. Sei que, provavelmente, terei de ali ficar o resto da minha vida. Chego com apenas uma reduzida parte das tecnologias ao dispor da civilização de onde provenho e, com estes equipamentos limitados, tenho de resolver os problemas concretos relacionados com a necessidade primária de

sobrevivência.

O planeta/território aonde chego é habitado por culturas e civilizações definitivamente menos evoluídas, logo surgirei como uma entidade muito superior, tanto no que se refere aos meios como aos conhecimentos de que disponho. Serei visto, simultaneamente, como sábio, poderoso, assustador, dotado de um conhecimento que, às vezes, é capaz de agir de forma quase mágica sobre os indivíduos e o ambiente. Nalgumas circunstâncias demonstrarei até ser capaz de prever eventos como os eclipses, e talvez levá-los a crer que fui eu quem os provocou, após o que evitarei as suas consequências desastrosas e restabelecerei o que se considera ser a normalidade. Tudo isso me colocará numa situação de superioridade incontestável e inalcançável, aquela supremacia típica que o conhecimento ostenta diante da ignorância. Suponhamos que eu, colonizador, sou um materialista impenitente, que não acredita em nada e que tem por objectivo fundamental, ou melhor, único, passar o resto da minha vida da maneira mais confortável possível. Para viver dessa forma os anos que a biologia me conceder percebo a necessidade de acumular bens e dotes materiais, os quais deverei ser capaz de dispor, à minha própria vontade, tanto do ponto de vista quantitativo quanto temporal.

Por isso, o meu objectivo será possuir muito e saber que posso dispor dessas coisas para sempre, *le-‘olam*, diria biblicamente, ou seja, por um «longo tempo», pelo menos por toda a duração da minha vida, que, por acaso, é superior à dos autóctones que encontrei no planeta e/ou território aonde che- guei. Graças a essa particularidade deixarei que os habitantes do lugar acreditem que sou eterno, coisa da qual se convencerão sozinhos, uma vez que as suas gerações se sucedem enquanto eu permaneço.

Como as disponibilidades e os bens materiais do planeta//território são, necessariamente, escassos para que alcance o meu objectivo, que é meramente concreto e material, tenho de actuar imediatamente em dois sentidos: primeiro preciso de encontrar colaboradores, porque não posso fazer tudo sozi- nho; e, numa perspectiva futura, tenho de pensar em reduzir ao mínimo a quantidade de possíveis rivais no monopólio daquelas que habitualmente são definidas como riquezas, ou seja, um conjunto de bens materiais que inclui também as fontes de energia, das quais preciso para produzir aquilo de que necessito e, também, para incrementar o meu poder, com os benefícios daí resultantes.

Para alcançar o primeiro objectivo, o recrutamento de colaboradores, estabelecerei relacionamentos privilegiados com uma quantidade reduzida de indivíduos cuidadosamente escolhidos. Dispondo dos conhecimentos necessários, poderei realizar operações biomédicas nalguns exemplares,

tornando os mais receptivos e mais capazes de compreender e executar ordens. Transmitindo-lhes uma parte dos meus conhecimentos, e executando isso com uma progressividade ditada pela necessidade de estabelecer um relacionamento cada vez mais próximo, acabarão inevitavelmente por ser dotados com um pouco de autonomia de decisão. Com poucos, pouquíssimos, será um relacionamento aberto, claro e explícito, ou seja, conhecerão a «verdade» e compartilharão os meus objectivos, beneficiando dos respectivos privilégios, mesmo se de forma limitada em relação à minha. Chamarei a estes indivíduos «iniciados».

Para o segundo objectivo – prevenir e reduzir a possibilidade de aparecimento de eventuais rivais, que inevitavelmente surgem com o passar do tempo –, eu e os meus mais próximos colaboradores empregaremos a força e utilizaremos sistemas cada vez mais sofisticados e eficazes, influenciando os aspectos culturais daquele grupo social e, consequentemente, as mentes dos subalternos. Os meus cúmplices estarão conscientes dos meus objectivos e serão bem recompensados com o poder e a riqueza que lhes concederei, de forma diferente e proporcional, de acordo com o empenho e os resultados. Serão eles próprios que elaborarão ulteriormente conteúdos, construindo um sistema teórico articulado, que se desenvolverá principalmente quando já não estiver vivo, utilizando o para perpetuar o sistema de poder em benefício próprio, baseandose em estruturas organizadas em hierar quias rígidas, dentro das quais se progride conforme as decisões tomadas pela cúpula, as igrejas. Dessa maneira criarseá e instalarseá no tempo uma série de condições que deverão passar de geração em geração.

Os meus colaboradores e os seus sucessores, mesmo na minha ausência, edificarão e difundirão uma «crença», uma série de verdades que encontrarão aval no facto de terem origem numa entidade superior, com a qual, provavelmente, eu teria feito de conta estar em contacto, e da qual derivam os poderes exclusivos. Esse *corpus* doutrinal conterá indicações e conhecimentos, que têm como finalidade encaminhar as mentes e as consciências dos subalternos/fiéis em direcção a objectivos que não se oponham aos que são compartilhados com os poucos escolhidos.

Os subalternos/fiéis deverão pensar que a existência tenha finalidades e significados diferentes, e, principalmente, mais elevados do que a sobrevivência e o bemestar material. Por isso, ensinar-se-á que a posse dos bens terrenos não deve ser considerada um fim mas somente um instrumento, afirmando que aqueles bens prendem e condicionam o Homem, impedindo o de alcançar o seu verdadeiro objectivo, que seria a aquisição de uma realização «espiritual», «transcendente», «não-material», que, na realidade, nunca foi muito bem

explicada. Esse objectivo será deixado vago, antes de mais pela incapacidade óbvia de o definir pormenorizadamente, pois ninguém dele sabe coisa alguma, mas também pelo fascínio e pela atracção que o mistério exerce nas mentes dos autóctones, os quais são mantidos fora do conhecimento. Serão prometidas recompensas e punições, serão feitas ameaças, haverá violência, ao mesmo tempo que compaixão e compreensão, alternando comportamentos que confundirão e amedrontarão, fazendo com que se desenvolva entre os subalternos/fiéis um sentimento de total dependência em relação à imprevisibilidade das decisões tomadas no alto.

Será ensinado que é preciso trabalhar e agir sobre si mesmo para adquirir a capacidade de se destacar da escravidão diabólica que é a possessão material, em favor de um resultado definitivamente mais elevado e digno. O sofrimento, o padecimento, a dor aceite com serenidade e até mesmo «santificada», a renúncia querida e praticada, o distanciamento e o espírito de sacrifício serão os meios através dos quais se persegue e se alcança o verdadeiro objectivo, ou seja o *status* de criatura realizada espiritualmente, cujo fim não se alcança necessariamente nesta vida e que, por esse motivo, não é aqui verificável nem realizável por parte da maioria das pessoas.

Será inventado um «lugar» ou uma «situação» onde o processo encontra a sua conclusão, e o comportamento correcto o respectivo prémio, um paraíso, um nirvana, um não-mundo, um lugar que não pode ser definido espacialmente, não identificável e variável, provido de todas as características positi vas e sedutoras – um final justo, correcto, eterno, de infinita recompensa para as renúncias e as «boas» escolhas aqui praticadas.

Enquanto a maioria do povo se adaptará, uns mais, outros menos, e alguns de forma diferente, tentando seguir o caminho indicado, os poucos que partilham o «verdadeiro» conhecimento, e que colaboram conscientemente para a difusão da ilusão, aproveitarão, aqui e agora, todas as vantagens dos únicos bens que lhes interessam, reais e concretos, precisamente aqueles que lhes serão entregues pelos subalternos/fiéis/dóceis e convencidos. Isso poderá acontecer através de doações voluntárias, mas também com a ajuda de enganos adicionais que, em cadeia, eu e os meus «sacerdotes», chamarlhesei assim, elaboraremos ao longo do tempo.

A convicção auto-induzida impedirá que se vejam as inumeráveis incongruências presentes no teorema elaborado, enquanto as contradições passarão despercebidas. Se necessário, estas serão embrulhadas no conceito da insondabilidade do mistério, que envolve o não-cognoscível. É evidente que serão eliminados, ou calados de qualquer maneira, todos os opositores

obstinados, que poderiam constituir um sério problema para a «verdade» inventada e transformada em dogmas intocáveis. A eliminação física, o escárnio, a denigração, a destruição e a demolição, não somente das ideias con- trárias como também das pessoas que ousarem expressá-las, serão praticados com os instrumentos que a civilização for disponibilizando com a passagem do tempo, das fogueiras à ridicularização mediática…

Uma das consequências positivas e, sobretudo, úteis, será o facto quase natural de que muitos dos subalternos/fiéis, espontaneamente, se tornarão eles próprios colaboradores inconscientes, porque se convencerão da «verdade» contida no sistema doutrinário e dela serão portadores e difusores autónomos. Essencialmente, trabalharão pela causa sem pedir retribuições aqui e agora, convencidos de que estão a cuidar daquele fim ultraterreno que sentem como o verdadeiro e único objectivo da vida.

Apresentar-se-ão, também, no cenário indivíduos que estarão convencidos de terem «visto» as últimas realidades, pois serão venerados e considerados testemunhas da verdade.

Esses colaboradores agirão de boa fé, total e absoluta, por escolha pessoal. Enfim, eu próprio assim faria, se me enconrasse nessa situação e tivesse aqueles objectivos.

Como sempre, eu – que sou um racionalista materialista, frio, árido e antipático – fiz «de conta que…» mas, observando o passado e o presente, tenho a impressão de que os elaboradores das religiões, em geral, e particularmente da judaico cristã, não fizeram «de conta». Entretanto, não é disso que me ocupo, e regresso imediatamente à Bíblia para evidenciar que esta não trata de Deus, não fala sobre a Criação, nem da criação do Homem, nem mesmo do Pecado Original e de tudo o que daí deriva.

Da não-criação à cruz, Adão e Eva não deram origem à Humanidade

No livro *Non c’è creazione nella Bibbia* analisei o primeiro capítulo do Génesis para documentar como nele nuncase fala da criação e, muito menos, da criação a partir do nada, nem mesmo no primeiro versículo, aquele cuja tradição doutrinal

traduz com a expressão que todos nós conhecemos: «No princípio Deus criou o céu e a terra [...].»

Digo, desde logo, que o significado hebraico não é este. Antes de sintetizar o conteúdo dessa narração, desejo esclarecer alguns mal-entendidos, por exemplo: não sei como se deu a origem do Universo, se foi criado por Deus com um acto único e instantâneo, ou se aconteceu o Big Bang, ou se é mais correcto falar de *string theory*, como a ciência tem feito nos últimos anos. Não sei o que aconteceu no início, nem mesmo sei se é correcto falar de um início, uma vez que este poderia ser simplesmente uma exigência do nosso sistema neurofisiológico, que tem a necessidade de representar e descrever a realidade de acordo com modalidades que sejam compreensíveis para a nossa mente.

Como é do conhecimento geral, ninguém realmente sabe como surgiu o Universo, sendo que para os homens de fé ele é o produto inequívoco de um acto criativo divino, enquanto, paralelamente, a ciência vai elaborando doutrinas e hipóteses, que variam no tempo de acordo com o progresso dos conhecimentos físicos e astrofísicos.

Não exprimo opinião sobre uma nem sobre a outra posição, uma vez que não são da minha competência. Neste nãosaber, e enquanto se espera pela resposta certa e documentada, limito-me a dizer claramente que a Bíblia não fala de criação, ou seja, não se ocupa daquele acontecimento. Diria que nem mesmo os próprios Elohim sabiam alguma coisa sobre isso, até porque não eram nem são Deus, como está claro em todo o Antigo Testamento, formando antes um grupo de indivíduos que dividiram a Terra entre eles, e que provinham de um lugar que não conheço e do qual não faço qualquer ideia, visto que a Bíblia não fala nisso. Todavia, no meu livro citado acima, decidi colocar uma tábula cuneiforme (NBC 11 108), traduzida por quatro académicos de Estudos Sumérios, na qual se diz que, quando não estavam na Terra, os Annuna sumérios e acádicos, os Elohim bíblicos, tinham uma morada celeste onde não existia vegetação. Quando aqui chegaram escolheram um lugar onde se instalar, e a partir daquele momento iniciase a narração do Livro do Génesis, uma história que os próprios Elohim devem ter transmitido aos chamados reissacerdotes que escolhiam, de tempos a tempos, como representantes e aos quais tinham delegado parte do seu poder, exactamente como na hipótese que ilustrei anteriormente.

Sintetizo aqui quase 80 páginas de análise dedicadas ao tema no trabalho anterior, para o qual remeto e para todos os aprofundamentos textuais com a corespectiva documentação filológica, para dizer que os Elohim, o suposto Deus, nada criaram. O verbo hebraico *bara* nunca significa «criar», em qualquer das vezes em que é usado no Antigo Testamento, mas «intervir para modificar uma

situação», em função das próprias exigências, e entre os demais significados cito os seguintes: «cortar», «modelar», «separar» e, até mesmo, «engordar». Ao contrário do que afirmam vários pregadores, o verbo *bara*, amiúde, não tem Deus como sujeito.

Os Elohim, no lugar que lhes foi preestabelecido, executaram todas aquelas operações que qualquer colonizador é obrigado a fazer para garantir a possibilidade de sobrevivência num novo território. O Génesis narra-nos que criaram, antes de tudo, uma reserva de água, realizando uma grande obra hidráulica, beneficiando assim as terras baixas, adaptando-as para culturas experimentais de vegetais comestíveis e para a criação de animais destinados à sua alimentação.

Já fiz notar as inumeráveis incongruências presentes na Bíblia e, quando se trata daqueles famosos sete dias da criação, evidencio uma particularmente flagrante, até pelas suas várias implicações, as quais serão objecto de trabalhos futuros mais pormenorizados. No versículo 2 do primeiro capítulo, ao primeiro dia, Deus, os Elohim, diz: «Haja luz», depois separa-a das trevas e chama à luz «dia» e às trevas «noite».

No versículo 6, ao segundo dia, narra-se a realização da obra de engenharia hidráulica, que na Bíblia foi definida com o mesmo termo que hoje em dia se usa, por exemplo, para descrever a grande barragem de Assuão, *raqia,* que nada tem a ver com a imagem poética do firmamento, o qual foi habilmente introduzido para ocultar a realidade crua e, ao mesmo tempo, fantástica, da narração, na qual a descrição completa da operação de engenharia se encontra no livro citado no início do capítulo.

No versículo 11, ao terceiro dia, o suposto Deus ordena à terra que germine todos os tipos de vegetais. E somente no versículo 14-17, ao quarto dia, Deus põe no céu o Sol e a Lua, para dividir a luz das trevas, ou seja, o dia da noite. Mas esta divisão não tinha sido feita no primeiro dia? Perguntamo-nos: como era possível distinguir o dia da noite antes da existência do Sol e da Lua? Como era possível que as plantas verdes nascessem, ao terceiro dia, crescessem e germinassem com a ausência da luz solar, que chegou somente no quarto dia? No quinto dia chegam os animais e no dia seguinte aparece a narração da chamada criação do Adam, sobre a qual falarei em breve.

As incongruências são claras mas, deixando de lado eventuais erros e confusões por parte dos copistas, retemos que os Elohim realizaram e activaram uma verdadeira instalação, que devia ser simultaneamente um centro de comando e um tipo de laboratório experimental, com a finalidade de produzir o alimento indispensável aos indivíduos de carne e osso, tal como eles próprios.

Remeto para uma pesquisa futura a análise sobre a questão das luzes, que iluminavam e, ao mesmo tempo, marcavam a sequência temporal dos acontecimentos, naquele laboratório experimental – tratar-se-ia de um sistema de iluminação artificial temporizado? –, para passar imediatamente à análise da «fabricação» de Adão e Eva.

Não foi por acaso que usei o termo «fabricação», porque, do mesmo modo que na Bíblia não se fala de criação do céu e da terra, é igualmente evidente que também nunca se fala de «criação» do Homem.

Não hesito em declarar que parto de uma premissa que é, para mim, clara e inequívoca: o texto bíblico contém a síntese de várias operações de engenharia genética. Esta declaração, que pode suscitar perplexidade, é confirmada pela filologia hebraica, citada diversas vezes, que diz como os Hebreus sempre souberam que aqueles textos se referem a operações de biologia molecular, conduzidas sobre o património genético dos hominídeos, usando porções de DNA dos Elohim.

Para dizer a verdade e manter a integridade das informações, devo referir que a filologia hebraica afirma que os engenheiros genéticos não eram os Elohim, mas os Rofim, fundamentalmente os que pertenciam ao próprio povo hebraico. Aqueles filólogos tomam essa informação da literatura talmúdica, mas, no entanto, a Bíblia não fala desses Rofim e em vez disso menciona os Refaim, que nunca são relacionados com a fabricação do Homem, e, sem qualquer possibilidade de equívoco, atribui aos Elohim a paternidade dessas experimentações no âmbito biomolecular. Observo, portanto, que o Talmude hebraico e a Bíblia hebraica não concordam sobre esse aspecto, mas esta questão não é da minha competência e eu não me ocupo dela. Ficará para os exegetas israelitas encontrarem uma possível conciliação.

Nos meus trabalhos ocupome do que está escrito no texto bíblico e aquilo que me interessa evidenciar, mesmo deixando de lado as contradições que os próprios filólogos evidenciam nos textos da tradição, é este facto incontestável: num passado remoto, no planeta Terra, havia quem realizasse operações de engenharia genética para acelerar o processo evolutivo dos hominídeos, gerando assim uma espécie dotada de características que a tornavam compatível, sob vários aspectos, com a dos seus criadores.

Nos ensaios anteriores sobre os conteúdos bíblicos dediquei capítulos inteiros à análise de cada passagem, onde estão descritas essas operações e, portanto, aqui limito-me a resumir o acontecimento que nos tornou – *Homo sapiens* e *Homo sapiens sapiens* – em verdadeiros organismos geneticamente modificados.

Neste trabalho refiro-me particularmente à operação genética que conduziu à

fabricação de Adão e Eva, uma vez que o Antigo Testamento se ocupa disso de modo específico. Antecipo aqui o que em breve veremos: os dois integrantes do famoso casal não são os progenitores da Humanidade mas os patriarcas de um grupo humano especial, produzidos intencionalmente para trabalharem naquele laboratório experimental, sobre o qual falei anteriormente, o *gan-eden*, ou seja o «jardim murado e protegido em éden», sendo que é esse o significado daquele termo que tradicionalmente nos é apresentado como o «paraíso terrestre». Apresento aqui um resumo da acção completa, que dirijo àqueles que têm interesse em aprofundar o assunto nos textos citados.

Os Elohim decidem fazer o Adam utilizando o seu próprio *tzelem*, termo que significa literalmente aquele «quid de material que contém a imagem», dos Elohim neste caso, e que, derivando da raiz verbal tzalam, cortar, contém em si a indicação bem definida do seu «ter sido cortado fora» (Gn. 1:26-27). Portanto, esse *tzelem* (cortado) foi inserido no afar, que já se encontrava na Terra, isto é, no DNA dos hominídeos (Gn. 2:6).

Desse modo, tomamos conhecimento de que o Adam contém uma porção do património genético dos Elohim, e que foi realmente fabricado à sua própria imagem e semelhança.

A Bíblia informa-nos também de que, originariamente, foi apenas produzido o macho desse grupo especial. No Génesis 2:15 diz-se que o Adam (macho) foi «tomado e colocado» no *gan-eden*, por isso não podemos pensar que foi fabricado ali, mas noutro lugar. A escolha terá sido imposta pela necessi- dade de produzir um operário que trabalhasse para os Elohim, sendo a estrutura física do macho, naturalmente, mais apta para o efeito.

Faço notar uma curiosidade que pode até ser engraçada e é, em todo o caso, absolutamente reveladora dos comportamentos e dos objectivos reais daqueles colonizadores/governadores que nos querem fazer crer serem o Deus único: só com o passar do tempo os Elohim – «e por caridade destes» perceberam que, para aquele macho, o auxílio/proximidade/companhia dos animais não era suficiente, tendo então decidido dotá-lo de uma companheira, a fêmea, que nós conhecemos pelo nome de Eva (Gn. 2:20). Como procederam para a fazer?

Neste ponto da narração aparece o termo *tzela*, que tradicionalmente é traduzido como «costela», e é aquela parte do Adam que os Elohim usaram para fazer a Eva (Gn. 2:21-22). Vamos esclarecer.

Tzelem é um elemento do património genético dos Elohim, enquanto *tzela* é um elemento anatómico dos Adam, aquele que tradicionalmente é identificado como a costela. Para melhor entender, explico que *tzela* aparece em mais ocasiões na Bíblia, indicando «uma parte lateral» (Ex. 25:12; Ex. 26:20; 1Re. 6:5; 1Re. 6:15; 1Re. 7:3; Ez. 41:5; Ez. 41:26; Je. 20:10). Na descrição da fabricação de Eva, a

Bíblia diz que o Elohim Yahweh tomou «uma das partes laterais» do macho e não «a» parte lateral, ou metade ou costela que seja. Logo, estamos perante uma extracção de um *quid* que não é bemidentificá vel, feita a partir de partes indeterminadas. Todavia, um elemento que não podemos deixar passar despercebido é o seguinte: o texto bíblico (Gn. 22:21) afirma que, antes de fazer isso, Yahweh induziu o Adam a um «sono profundo». Enfim, compreendemos que, após a extracção, Yahweh «cerrou a carne em seu lugar» (Gn. 2:21).

A descrição é clara: os Elohim anestesiam o Adam macho, operam sobre uma parte lateral curva, extraem alguma coisa, suturam a ferida e, com o material que extraíram, fabricam a fêmea. Todos esses actos praticados sucessivamente levam-nos a pensar, portanto, numa operação bastante sangrenta, que necessitava de anestesia e de suturação. Sendo esses os dados, considero que *tzela* possa indicar a «parte lateral e curva», ou seja a crista ilíaca, ou talvez mesmo uma costela, a partir da qual, actualmente, se colhem as células estaminais, multipotenciais e indicadas para a clonagem, com uma pequena cirurgia que necessita de anestesia, local ou geral, como hoje em dia se pratica.

Se a descrição dessa operação se encontrasse numa revista de divulgação científica, ninguém teria dúvidas sobre o significado do conteúdo. O problema é que se encontra na Bíblia, e a necessidade de manter a doutrina «tradicional» dogmática obriga a afirmar que deve ser lido com chave alegórica. Mais uma vez, a chamada «tradição» tenta encobrir o significado explícito do texto. Eu, pelo contrário, coloco o acontecimento dentro daquele grande mosaico absolutamente realista que toma forma sob os olhos do leitor, livre de condicionamentos e capaz de acolher, com a mente aberta, até mesmo o imprevisto.

Os Elohim decidiram fabricar um trabalhador dotado de inteligência e das capacidades necessárias para colaborar estreitamente com eles, naquela situação específica. Não podemos ter a certeza de que essa operação tenha sido praticada naquele que a tradição teológica chama «paraíso terrestre», ou seja o *gan-eden.* Reafirmo o que está escrito no Génesis 2:15: «E tomou Yahweh Elohim o Adam, e pô-lo no *gan-eden* para o lavrar e o guardar.» Lemos claramente que o «tomou» e o «pôs» num lugar, que devemos presumir ser necessariamente diferente daquele de onde foi tomado, caso contrário a frase ficaria sem sentido. Logo, parece que o Adam não terá sido fabricado ali, mas noutro lugar, enquanto Eva – que foi feita ulteriormente, Gn. 2:18 – poderia ter sido produzida ali mesmo, no *gan-eden*. Não podendo enfrentar aqui o problema em toda a sua complexidade, limito-me a evidenciar que, há cerca de 200 mil ou 250 mil anos, os Elohim tinham iniciado as experimenta ções de hibridação através das quais

se formou, consequentemente, a espécie *Homo sapiens.* A datação retoma as hipóteses elaboradas pelos cientistas geneticistas, que colocam nesse período o nascimento daquela que eles mesmos, convencionalmente, definem como «Eva mitocondrial», a fêmea de onde derivam as mitocôndrias que se encontram nas células da espécie *Homo sapiens* e que se transmitem somente através dos óvulos femininos, uma vez que são muito grandes para serem contidas nos espermatozóides masculinos.

No grande quadro da evolução, que levou o Homem a ser tal como o conhecemos, os Elohim forneceram uma contribuição específica, realizando operações genéticas destinadas a imprimir acelerações importantes no processo evolutivo dos primatas até nós próprios. Basta pensar nos nossos primos – os primatas mais próximos de nós, como alguns chimpanzés ou os gorilas – que, desde há três ou quatro milhões de anos estão, essencialmente, estagnados do ponto de vista evolu- tivo, enquanto o género *Homo* efectuou saltos repentinos, rápidos e, sobretudo, extraordinários. A Bíblia contanos acerca dessas contínuas experiências e o Talmude confirma a existência desse conhecimento nos milénios passados.

O que diz a ciência, que procura o chamado elo perdido?

O pesquisador Dr. Pietro Buffa, biólogo molecular, investigador associado no King's College de Londres, fazendo uma análise retrospectiva das teorias sobre a evolução humana, revela alguns dados interessantes que sintetizo aqui, não deixando de aconselhar a sua leitura completa (a versão italiana está disponível em www.scienzaeconoscenza.it

Em pleno contraste com a doutrina religiosa criacionista, que actualmente vive uma fase de renascimento anacrónico, algumas correntes do pensamento religioso reformado coincidem com Darwin, que apeou o Homem do seu pedestal para o colocar nos esquemas racionais da sua identidade biológica. É preciso reconhecer que a teoria darwiniana apresenta evidentes pontos obscuros, de certa forma contraditórios, que deixam sem explicação muitos aspectos da evolução, requerendo, portanto, revisões e aprofundamentos.

O apoio de áreas de estudo como a Genómica, a Biologia Molecular, a Bio-informática e a Paleoantropologia tem, hoje em dia, um papel determinante, enriquecendo com novos conhecimentos o Evolucionismo e impulsionando os cientistas deste sector em direcção a novas fronteiras. A teoria de Darwin foi, portanto, dando lugar a um programa de pesquisa multidisciplinar, geralmente conhecido pelo nome de Neodarwinismo, que é actualmente a teoria bioevolucionista mais acreditada pela comunidade científica internacional, levando a Igreja católica a redefinir a sua posição em relação aos processos evolutivos da vida e a aproximar os ensinamentos teológicos das descobertas científicas mais recentes. Conforme foi referido acima, muitas igrejas protestantes continuam, em sentido contrário, numa desesperada luta anti-evolucionista, a favor de uma hipótese criacionista cada vez menos sustentável e sem a qual a infalibilidade dos textos sagrados se desmoronaria.

A propósito disso, não posso deixar de evidenciar aqui o verdadeiro absurdo que é a suposta infalibilidade dos textos bíblicos, baseada em conteúdos errados, diria mesmo falsos, apresentados e afirmados pela doutrina que os inventou. Ou seja, a criação existiu porque está escrito na Bíblia!…

Entretanto, a Bíblia nunca fala, realmente, de criação e, portanto, a suposta infalibilidade teria de ser atribuída ao seu verdadeiro conteúdo – aquele de que nos ocupamos e que vai desde a não-criação até à engenharia genética.

O Dr. Buffa lembra como o Prof. Waltke, teólogo, perdeu a sua cátedra no Reformed Theological Seminary por ter afirmado que vários dados a favor da evolução biológica são, hoje em dia, incontestáveis, pelo que continuar a negar a realidade tornará a Igreja protestante anómala, um grupo estranho incapaz de interagir com o mundo.

A teoria evolucionista, no entanto, não está isenta de críticas, e a mais pertinente é a que evidencia as lacunas da documentação fóssil, à qual faltam muitos elos, resultando numa cadeia incompleta em que nem todas as fases são documentadas e em que vários estádios intermédios não foram encon- trados, inclusivamente aqueles que deveriam documentar a passagem dos primatas aos homens. Aliás, o Darwinismo clássico, que sempre propôs uma evolução gradual das espécies vivas, foi superado pela investigação científica e hoje sobrevive exclusivamente do debate paracientífico, da cultura popular e das críticas antievolucionistas por parte dos não especialistas.

A documentação fóssil mostra, na realidade, que as espécies têm tendência para conservar as suas características quase inalteradas durante um período muito longo, chamado estase, para depois mudarem repentinamente, sob a pressão de «motores de evolução» oportunos, que trabalham a par da selecção natural

evidenciada por Darwin. As mudanças que levam à formação de novas espécies são, geralmente, rápidas e incisivas, enquanto as formas de vida intermédias têm uma vida relativamente breve, e é por esse motivo mais difícil encontrá-las na documentação fóssil. Como encaixa essa realidade no exame do texto bíblico e nas intervenções dos Elohim? Como podemos conciliar as novas descobertas científicas com o facto de o Homem aparentar ser o produto de manipulações genéticas? Isso é visível, particularmente, no que se refere ao órgão fisioanatómico que melhor nos identifica e define a nossa especificidade – o cérebro.

O Dr. Buffa explicita que a dimensão do cérebro – já sem referir a sua sofisticação – aumentou de 440 cc do *Australopithecus africanus* para os 1230 cc do *Homo sapiens.* Na análise do trabalho do biólogo molecular comento o elemento que, a meu ver, se destaca, na medida em que determina a imediata ligação possível com aquilo que é revelado na leitura bíblica. Os pesquisadores do Howard Hughes Medical Institute, de Chicago, publicaram os resultados de um estudo que confirma que a evolução extraordinária pela qual o cérebro humano passou é o resultado de um «evento especial».

O Dr. Buffa observa: «Não se trata de um melhoramento daquilo que existia antes, mas de uma mudança radical na biologia humana, cuja causa deve ser procurada dentro do nosso DNA. A formação do cérebro no Homem é guiada pela expressão de diversos genes, mas existe uma pequena sequência com apenas 118 bases, dentro do cromossoma 20, que hoje em dia sabemos desempenhar um papel determinante durante o desenvolvimento embrionário, produzindo uma migração neuronal maciça, indispensável para a formação de um cérebro realmente humano. Comparando esta região com a mesma que se encontra nos primatas não humanos, os biólogos perceberam, num estudo de 2005, que estavam diante de um dos sítios genómicos onde acontece, provavelmente, a mais elevada percentagem de mudanças moleculares, de mutações, que se encontram no Homem. Nos macacos, a mesma região revela-se carente de mudanças se comparada com aquela dos vertebrados mais velhos, demonstrando que, de facto, a maciça quantidade de modificações acontece exclusivamente nos hominídeos, activando em pouco tempo um mecanismo molecular importantíssimo, que hoje sabemos ser a base do desenvolvimento cerebral. Esta pequena sequência chama-se Human Accelerated Region 1 (HAR1) e foi catalogada como a primeira de uma série de regiões genómicas exclusivamente humanas, além de determinante no processo de evolução dos hominídeos.»

Isto é o que o biólogo molecular escreve e documenta, com as necessárias

citações das fontes, no trabalho que eu recomendo ao leitor interessado. Isto é também documentado pela D.ra Katherine S. Pollard, na Le Scienze, em Agosto de 2009. Além disso, o Dr. Buffa teve a gentileza de me informar, confidencialmente, da existência de muitas zonas HAR e todas são sequências que «estranhamente» passaram, na nossa espécie, por uma elevadíssima percentagem de mutações, em relação aos macacos.

(Esta matéria é desenvolvida no livro com o título Adam, no qual trabalha actualmente o investigador em questão, eque, portanto, não está ainda disponível no momento da primeira publicação deste meu trabalho. O leitor poderá facilmente encontrá-lo mais tarde.)

Logo, estamos perante as características biomoleculares que são específicas da nossa espécie, que nos diferenciam dos primatas e que nos permitem considerar, com grande plausibilidade, a hipótese inicial, segundo a qual a Bíblia e o Talmude afirmam que nós somos o resultado de modificações genéticas produzidas por determinados indivíduos há milhares de anos. Tais mudanças tornaram possível o desenvolvimento do cérebro e a fabricação de uma espécie de ser vivo que os engenheiros genéticos utilizaram para os seus próprios desígnios.

O Evolucionismo darwiniano não é nem pode ser considerado um dogma indiscutível, e muito menos o pode o Criacionismo, que, não tendo fundamento na Bíblia, se baseia na invenção teológica, usando o chamado texto sagrado como pretexto. O Darwinismo exige verificações constantes, e eu tenho a necessidade de afirmar, cada vez com maior convicção pessoal, que os estímulos bíblicos são tão mais interessantes quanto mais dispostos estivermos a aceitar que não representam um unicum, como a cultura judaico-cristã quis que acreditássemos ao longo destes milénios. Noto que os povos de todos os continentes da Terra, desde a Ásia até ao Norte da Europa, desde o Sul de África às Américas, contamnos uma história, a dos filhos das estrelas, que chegaram aqui e «fizeram» o Homem, transmitindolhe alguns dos seus conhecimentos, dando origem às civilizações, etc., etc.

A Bíblia não é mais do que um dos muitos textos que relatam substancialmente o mesmo conteúdo, a mesma narração das nossas origens. Quando a cultura oficial se livrar da elaboração teológica sem fundamento textual, e deixar de considerar como mitos e fábulas as narrações que nos foram deixadas pela Humanidade que nos precedeu, dará um grande passo em frente no caminho do conhecimento.

Felizmente, está em constante crescimento a quantidade de investigadores oficiais que se dispõem a examinar hipóteses capazes de responder às perguntas

que a ciência tradicional, por vezes tão dogmática quanto a religião, não consegue fazer de forma válida e convincente.

Voltemos agora a Adão e Eva, para dizer como o pensamento teológico actuou para distorcer completamente o texto, pois não foram criados nem terão sido os progenitores da Humanidade. A distorção doutrinal tornou-se possível pelo facto de os fiéis, maioritariamente, não lerem a Bíblia, que é clara em relação ao que exponho a seguir: a história de Abel e Caim, conhecida de todos. Em trabalhos anteriores expliquei por que razão os Elohim apreciavam a oferenda de Abel e desprezavam a de Caim. Assim, limito-me agora a documentar a afirmação feita mais acima, de que Adão e Eva não são os progenitores da Humanidade.

Após ter assassinado Abel (Gn. 4), Caim não foi punido, mas simplesmente afastado, e, naquele momento, exclama apavorado: «Seja quem for que me encontre, matar-me-á.» Mas quem poderia ser este «seja quem for», já que sobre a Terra deveriam existir somente os seus pais, Adão e Eva?

A narração bíblica prossegue, informando-nos de que ele encontrou uma esposa, teve um filho e construiu uma cidade… Mas, para quem construiu ele uma cidade, se não existiam outros homens? Evidentemente, além daquele clã familiar a Terra era povoada por outros homens, existiam outros indivíduos, e eu acrescentaria que Caim tinha motivo para temêlos. A sua família era, digamos assim, culta e civilizada, por causa do seu contacto directo com os Elohim, para quem trabalhavam no *gan-eden,* portanto gozavam de um nível de conhecimento claramente superior aos outros indivíduos, que não haviam tido a mesma sorte de serem escolhidos para viver naquele lugar que era, sem dúvida alguma, privilegiado. Que medo, ou mesmo terror, não teríamos se, repentinamente, fôssemos lançados de pára-quedas, sozinhos, no meio de uma tribo na Papua-Nova Guiné, onde ainda se vive hoje como no período Neolítico? Esse é o sentimento que Caim deve ter experimentado ao ver-se sozinho no meio de indivíduos que, em relação a ele, eram, definitivamente, «bárbaros».

Já falámos da divisão da Terra em zonas de influência, e evidenciei como os adeptos radicais da tradição doutrinal são, muitas vezes, obrigados a elaborar explicações que chocam com o bom senso. Esta história não é excepção. Os adeptos do pensamento tradicional sustentam que Adão e Eva são os progenitores do género humano, e que os indivíduos que Caim encontrou são, na verdade, outros filhos e filhas do mesmo casal primordial. Efectivamente, a Bíblia diz que tiveram outros filhos, mas isso aconteceu após a expulsão de Caim. De qualquer forma, se tivéssemos de considerar verdadeira a tese doutrinal, deveríamos pensar que Caim teria medo de ser morto pelos seus próprios irmãos ou irmãs menores, que já se encontravam fora do grupo, visto

terem nascido depois dele, e que com certeza o conheciam. Mas não é tudo, não terminam aqui as incongruências que surgem ao tentar dar-se uma explicação que proteja a ideia de que foram Adão e Eva os progenitores da Humanidade.

A expulsão de Caim do *gan-eden* costuma ser vista como a consequência de um delito, e a sua reacção demonstra a dor pela respectiva punição, que vivenciou como sendo um facto grave. Neste ponto perguntamo-nos que crime teriam cometido os seus irmãos e irmãs menores, que já se encontravam cá fora? Teriam também sido punidos por actos sobre os quais a Bíblia nada nos diz? Foram embora de livre e espontânea vontade? Se já estavam fora, porque temia Caim reunir-se a eles? Enfim, a explicação dada pela tradição não passa nem mesmo pelo mais superficial dos exames, baseado na simples leitura do texto bíblico, não sendo necessárias traduções específicas.

Esta «palestra feita com o teclado» permite-me abrir um parêntese, breve, porém curioso, e convidar o amigo leitor a prestar atenção ao versículo 4:26 do Génesis, para verificar que, conforme foi esclarecido anteriormente, Caim e Abel nunca conheceram Yahweh. A verdade é que esse nome aparece somente durante o período de Enos, neto de Adão e Eva, isto é, quando Abel já tinha morrido e Caim fora expulso daquele clã tribal há muito tempo, tendo gerado uma descendência numerosa. Então, em que língua foi pronunciado aquele nome sobre o qual não sabemos absolutamente nada? Que língua falavam estes personagens?

A única coisa de que podemos ter a certeza é que não se tratava de hebraico, que apareceu somente alguns milénios mais tarde. Surgem, portanto, as seguintes perguntas: a qual dos Elohim se dirigiram os integrantes daquele clã familiar, antes de começarem a invocar o nome de Yahweh, o chamado Deus único do monoteísmo? Por outras palavras: como se concilia o versículo 26 com os versículos 3 e 4, que vos convido a ler? Quem produziu aquela confusão no texto? Terá sido um dos muitos copistas distraídos a colocar os versículos 25 e 26 na posição errada, ou os massoretas, guardiães da «tradição», que, com a intenção de inserir o seu Yahweh em toda a parte, não perceberam que o nomearam em mais uma passagem?

Relembro a referência citada anteriormente, sobre as origens dos numerosíssimos erros e enormes lapsos presentes no texto bíblico, e abro um breve parêntese acerca de uma questão que já foi analisada: Yahweh participou na fabricação do Adam? Seguindo o versículo 26, ratifico a tese que já foi apresentada, ou seja de que ele, o suposto Deus, nada teve a ver com a operação de engenharia genética que produziu aquele grupo de machos e fêmeas, definidos na Bíblia com os nomes genéricos de Adam e Chawwah. Se lermos a

Bíblia dos Setenta, escrita em grego no século iii a. C., encontraremos uma inscrição diferente que nos deixa muito curiosos. O texto grego, mais antigo, afirma que Enos «pensou, considerou – *elfizen* – invocar, cognominar – *epicaleistai* – o nome de Yahweh», enquanto no texto hebraico massorético, mais recente, se diz genericamente que «começou a lidar-se – invocar – o nome de Yahweh». Se Enos «considera», ou seja, pensou em invocar ou introduzir aquele nome, a pergunta que fizemos antes era legítima. E, além disso, devo acrescentar que o chamamento para respeitar a denominada «tradição» perde totalmente o seu significado se presumirmos que a tradição foi elaborada justamente com o objectivo claro de esconder a verdade. Reafirmando mais uma vez que as bíblias possíveis são realmente muitas, fecho o parêntese e volto ao tema.

Tal como acontece com as questões evolucionistas e genéticas, do ponto de vista arqueológico e antropológico também existem evidências que a ciência oficial não explica. Lê-se por toda a parte que a civilização suméria surgiu no cenário da História, essencialmente, já formada, socialmente organizada, dotada de escrita, cultura, tecnologia, capacidades técnicas no campo das construções, conhecimentos agronómicos, matemáticos e astronómicos.

Tal como no que se refere à evolução do *Homo sapiens*, também com os Sumérios estamos diante de um elemento ou de um elo perdido: de onde vieram eles? Onde, como e quando adquiriram aqueles conhecimentos que os colocam imediatamente na vanguarda? Quem poderia ter esses conhecimentos?

Não, por certo, os bárbaros que Caim temia. Eu diria que era Caim, pelo contrário, e a sua numerosa ascendência os portadores de conhecimentos que, de um ponto de vista moderno, definiríamos como multidisciplinar. No capítulo 4 do Génesis encontramos escrito que, após ter gerado Enos, Caim tornou-se construtor de cidades, e sabemos que aquele não era certamente um trabalho que poderia ser improvisado, pois exigia, e exige, capacidades concretas e, principalmente, uma cultura teórico-prática, um *know-how*, que engloba várias disciplinas. A narração bíblica fornecnos outros elementos capazes de reforçar a hipótese formulada sobre a origem da civilização suméria, como, por exemplo, a ascendência da família de Adão, que era caracterizada pelo facto de possuir conheci mentos que se estendiam a campos inesperados.

Entre os descendentes directos de Caim encontramos Jabal, o pai daqueles que moram sob as tendas, que podemos imaginar como sendo quem deu origem a um sistema organizado de criação de gado, de acordo com as circunstâncias da vida nómada. Vimos anteriormente que Caim era construtor de cidades e, no mesmo clã tribal, verificamos a existência de conhecimentos úteis para implantar

diversas tipologias de organização social e económica, desde a nómada à sedentária, o que implica, geralmente, uma estrutura social complexa, articulada, munida de sistemas de administração mais ou menos elaborados, de acordo com as dimensões da aglomeração e a quantidade de habitantes.

Porém não paramos aqui, pois lemos que Jubal, irmão de Jabal, foi o patriarca de todos os tocadores de lira e de flauta, o que dá testemunho de algum tipo de actividade artística, que se pratica com instrumentos cuja produção só é possível graças a conhecimentos que não podem ser adquiridos repentinamente. A fabricação de instrumentos musicais particularmente complexos não é, com certeza, uma capacidade que possamos incluir entre os dons instintivos do homem chamado primitivo. Ainda menos instintiva é a capacidade de trabalhar os metais, a análise das características do território, a extracção, a purificação, a forja, a modelagem, etc., etc. – tudo processos extremamente complexos, que exigem um conjunto de conhecimentos teóricos e de capacidades manuais específicas. Pois bem, isso também existe no clã tribal que descende de Adão e Eva, em que Tubalcaim foi o instrutor de todos aqueles que trabalhavam o ferro e o cobre. Portanto, podemos atribuir a este personagem a aquisição e a difusão das tecnologias necessárias.

Gostaria de assinalar que nos dois nomes citados se repete o mesmo elemento radical ybl, que contém a ideia de «conduzir», já que estamos perante personagens que difundiram aqueles conhecimentos «conduzindo», ou seja guiando os outros na sua aquisição e aplicação. O vocábulo tubal também tem origem na mesma raiz, e a sua união com qayin torna-o explicativo, porquanto a raiz *qayin* significa «forjador, ferreiro». Tubalcaim indiciaria aquele que «conduziu», isto é, que deu início, prosseguiu, transmitiu, ensinou a actividade de extracção e produção dos metais.

Encontramo-nos aqui perante uma situação interessante, caracterizada por elementos bem definidos que tentarei sintetizar:

- **a ciência académica evidencia o inesperado aparecimento da civilização suméria;**
- na Bíblia temos a narração de um clã tribal que se torna num povo numeroso;
- esse povo possui, no seu seio, conhecimentos que abrangem os diversos campos que caracterizam a civilização humana;
- **esse povo teve origem numa ou mais operações, com aplicação de engenharia genética, efectuadas por indivíduos que possuíam um saber e uma tecnologia impensáveis nos tempos de que estamos a falar;**

- esse povo conviveu com esses seres por um longo período, numa situação absolutamente privilegiada sob vários aspectos;
- **esse povo foi instruído pelos seus «formadores»,** justamente para ser capaz de ter com eles um relacionamento directo, baseado nas capacidades cognitivas indispensáveis para aquela colaboração eficaz que era necessária aos Elohim.

Nestas condições, é assim tão irreal pensar que os Sumérios não eram outra coisa senão os descendentes directos daquela raça especial que os Elohim fabricaram, precisamente, com essa finalidade? Isso esclareceria o seu aparecimento repentino no cenário da História, até agora sem explicação. A verdade é que, se Abraão realmente existiu, poderia facilmente ter sido descendente dos Sumérios, visto que essa seria a sua área de proveniência, justamente o território de Sumer, onde a sua família original continuou a viver porque decidiu não seguir Yahweh.

Conforme já foi observado anteriormente, também este caso não requer traduções específicas ou análises filológicas especiais, pois é o conjunto de elementos textuais, históricos e culturais a permitir considerar essa hipótese ou, pelo menos, a formular a questão. Espero que os investigadores científicos queiram ocupar-se dessa hipótese, que, ao nível da engenharia genética, é capaz de fornecer respostas às perguntas que até agora não foram respondidas.

É uma hipótese livre do dogmatismo prevalecente, livre dos condicionamentos da «tradição» e baseada numa leitura laica de um texto que, pelo menos nas suas partes fundamentais, parece conter indicações para um caminho de conhecimento e de possível reconstrução realista da história da Humanidade.

Compreendo bem que a cultura ocidental esteja condicionada por séculos de pensamento religioso, que apresenta uma certa visão distorcida da Bíblia, e que essa visão tenha determinado a manifestação de supostas certezas difíceis de serem demolidas – a chamada «tradição», elaborada por medida e que ainda hoje é apresentada como o receituário sagrado e inviolável da verdade.

Aproveito para recordar novamente uma verdade essencial que a Bíblia nos permite apreender: aquele casal, Adão e Eva, não deu origem à Humanidade. Esta aquisição tem consequências pesadíssimas sobre o desenvolvimento do pensamento religioso que levou ao Novo Testamento, sobre o qual falaremos, mas não sem antes termos examinado um outro aspecto dos acontecimentos que se verificaram no chamado Paraíso terrestre, no *gan-eden*, provavelmente o centro de comando e o laboratório dos Elohim.

O *gan-eden* bíblico era um jardim murado e protegido – g*ar-den as enclosure*, traduzido pelo *The Brown-Driver-Briggs Hebrew and English Lexicon* –, situado no Éden, onde os Elohim cultivavam todos os tipos de vegetais. O termo gan corresponde ao persa pairidaeza, de onde deriva o grego *paradeisos*, termo usado pelo historiador ateniense Xenofonte para definir os jardins dos governantes babilónicos. Do grego paradeisos deriva o latim *paradisum*, de onde provém o nosso «paraíso». O significado é sempre o mesmo: um lugar limitado por um cercado, natural ou artificial, que o protege. O *gan-eden* devia ser um tipo de jardim experimental, onde se cultivavam espécies comestíveis; porém, não há aqui tempo para documentar as descobertas feitas pelos paleobotânicos sobre a rapidez inexplicável com que algumas variedades de cereais e de vinhas apareceram no território situado entre os actuais Azerbaijão e Iraque.

Remeto para os meus trabalhos anteriores quem possa estar interessado neste assunto. Importame aqui evidenciar um paralelismo realmente estimulante, e assim permito-me fazer um desvio para os textos homéricos já mencionados, porque nestes anos amadureci a convicção de que os contos dos antigos, seja qual for a forma literária na qual são expressos, contêm algo de verdadeiro e, muitas vezes, trazem consigo elementos comuns que se confirmam mutuamente.

Na *Odisseia*, Livro VII, descreve-se o estranho jardim de Alcínoo, o rei dos Feácios, que descendia directamente de Posídon, o Senhor das Águas, o equivalente grego do sumério e acádico Enki. Lendo atentamente o texto grego, notamos que se trata de um lugar muito especial. A partir do versículo 110 conta-se que na parte externa da moradia de Alcínoo existia um *megas orkatos*, um «grande jardim», com quatro jeiras – cerca de 10 000 m2 –, fechado e protegido por um cercado, erkos, que o circundava completamente e onde eram cultivados vários géneros de árvores, como pereiras, romãzeiras, macieiras, figueiras, oliveiras, etc.

Mas, principalmente, diz-se que nunca faltavam frutos, que estavam presentes e disponíveis em rotação durante todo o ano, *keimatos thereus*, ou seja «no Inverno e no Verão». O texto expõe da seguinte maneira: «Aparece pêra sobre pêra, maçã sobre maçã, e no cacho de uva outro cacho, e figo sobre figo […] uma vinha está a ser plantada enquanto uma parte está a amadurecer sob o sol, já se faz a vindima e pisa-se outra mas, no entanto, já existem cachos verdes que produzem a flor, enquanto os outros estão a amadurecer […] e além disso amadurecem todos os tipos de vegetais.»

O jardim era ladeado por duas fontes, que forneciam água para a irrigação e para consumo. Todos esses elementos estruturais são definidos no texto homérico *Aglaa dora*, ou seja, «Dons bons», ou «admiráveis», dos *theoi*,

indivíduos que parecem ser os equivalentes gregos dos Elohim, Ilanu, Anunna.

Esta maravilha recorda-me uma estufa onde se produzia um cultivo artificial, capaz de garantir uma produção contí- nua. Um jardim onde se aplicavam técnicas avançadas, um tipo de terreno experimental onde se cultivava tudo, exactamente como no *gan-eden*. Pergunto-me se se trataria de técnicas agrárias que esses Anunna-Elohim-Theoi levavam consigo para vários lugares do planeta onde se instalavam, directamente ou fazendo instalar os seus protegidos, como, por exemplo, os descendentes de sangue miscigenado: Alcínoo, Gilgamesh, os Gibborim bíblicos, nascidos da união entre os machos Elohim e as fêmeas Adam (Gn. 6).

Abrindo a mente, questionome ainda: «Os escritos homéricos eram só e exclusivamente composições poéticas?» Porque não reparar noutras coincidências estranhas entre as narrações bíblicas e os poemas homéricos? Na *Ilíada*, Livro XIII, temos o Theos Posídon, que se traveste e assume o aspecto do adivinho Calcante. Mimetizado dessa forma incita os Gregos ao combate; porém, Ajax, filho de Oileu, descobre o engano. Quando Posídon vai embora, caminhando (versículo 70-72), o herói afirma que aquele não é Calcante, dizendo claramente que o reconheceu por causa dos rastos dos pés e das pernas. E conclui com esta afirmação: «São reconhecíveis os theoi.» Na Bíblia, aqueles indivíduos são parecidos com os homens, embora possuam características físicas que permitem uma fácil identificação. Recordamos ainda o encontro de Abraão com os três *anashim*? Outra extraordinária curiosidade encontra-se no Livro XVIII (417-420): Hefesto, aquele entre os theoi que se ocupava da manufactura dos metais, coxeava e era ajudado por duas servas, acerca das quais são evidenciadas algumas características que nos deixam surpreendidos. Homero descrevas afirmando que tinham a mente no peito e uma voz, embora não tenhamos dificuldade em perceber que as servas, em geral, pensassem e falassem.

Diz ainda mais: que tinham um aspecto áureo, ou seja uma pele que deveria lembrar reflexos metálicos; e conclui a descrição com uma especificação que nos deixa maravilhados: que eram em tudo semelhantes a raparigas verdadeiras. Que seres seriam esses, de aspecto metálico que, mesmo não sendo «vivos», tinham a capacidade de pensar e falar? Em nenhuma outra descrição se define algo parecido em relação às servas, que, no entanto, são numerosas nos textos homéricos.

Concluo estas referências homéricas lembrando que, conforme foi escrito, os *theoi* eram indivíduos que parecem representar o equivalente grego dos Elohim, Ilanu, Anunna. Miguel de Unamuno, já citado, escreve (op. cit. na Bibliografia)

que o termo *theos*, «provavelmente era um adjectivo, uma qualidade característica» daqueles indivíduos, que só depois foi transformado em substantivo com o acréscimo do artigo, por parte do pensamento racionalista.

Nas narrações sumérias, acádicas e da Antiguidade em geral, fala-se muitas vezes sobre os «vigilantes», os «observadores», fazendo-se referência àqueles senhores que vieram do alto. Ora, na língua grega, o verbo *theaomai* significa justa mente o acto de observar, e o vocábulo theoria identifica um conjunto de indivíduos enviados para observar. O termo *theoi*, no seu significado adjectival, remete para uma categoria de seres que «observavam, controlavam» e, portanto, governavam sobre os povos que lhes tinham sido atribuídos, como se lê na passagem do *Crítias*, de Platão, mencionado anteriormente. Teremos, então, aqui um chamamento aos «vigilantes que vieram do alto», sobre os quais falam as narrações dos povos de todos os continentes?

Heráclito de Éfeso afirma: «Quem não espera o inesperado não descobrirá a verdade.» Vamos sempre fazer de conta que os povos dos vários continentes nos tenham contado a história «daqueles indivíduos», e que eles quiseram que descobríssemos coisas interessantes. Fazer de conta não custa nada, e poderia produzir resultados em termos de conhecimento da nossa história; no mínimo, faznos reflectir sobre aquilo que nos foi sempre contado como a verdade científica, histórica, literária ou religiosa na qual acreditar.

Na esperança de «saber» continuamos a «estudar», o que é extraordinariamente fascinante. Não escondo que isso suscita em mim uma reflexão, que percebo ser muito grave por causa das suas implicações sobre a possível existência de mais verdades nos poemas homéricos do que nos textos de teologia. Nos primeiros falase sobre povos e indivíduos, os theoi, chamados «deuses», muito concretos, enquanto nos textos de teologia se fala de uma «entidade», cuja essência e caracterizações nascem das mentes de quem as elaborou. Já observei como o Prof. Armin Kreiner, teólogo e professor católico, sobre o qual falarei mais adiante, escreve, justamente, que nós nada sabemos sobre Deus.

Prossigo, enfrentando o segundo aspecto fundamental do pensamento teológico: o Pecado Original. Nos meus trabalhos anteriores examinei as incongruências bíblicas presentes na descrição das duas árvores, a da Vida e a do Conhecimento do Bem e do Mal, no seu posicionamento e, principalmente, na confusão a respeito da ingestão do fruto. Para não me repetir sintetizo, portanto, a narração bíblica, lembrando a curiosidade já evidenciada anteriormente, a propósito de os Elohim, originariamente, terem produzido somente o macho, para o empregar no trabalho no seu gan-eden, ao passo que a fêmea foi feita num segundo tempo. Isto porque, evidentemente, não consideravam necessário ter no

seu centro de comando um grupo que se reproduzisse autonomamente.

No entanto, a narração da tentação, que tem como protagonista a serpente, faz um relato do conflito que existe entre os comandantes daquele território/laboratório experimental.

Os autores sumérios e acádicos, não condicionados pelo pensamento teológico, não tinham dificuldade em descrever as controvérsias entre os dois irmãos que partilhavam o poder, Enki e Enlil. A narração do Génesis sobre a qual nos ocupamos é a reescritura em chave hebraica daquelas narrações muito mais antigas, conforme já foi citado a propósito do que sobre isso escreveu o Prof. Wexler, da American Jewish University.

Os autores bíblicos representaram na serpente, Enki, o adversário do comandante, Enlil, pois o primeiro era o responsável pela actividade biomédica e, como tal, o «verdadeiro» pai do Adam, aquele que o tinha feito e que, portanto, amava, de certo modo, como sua criatura. O segundo via o Adam com maior distância, considerando-o simplesmente um trabalhador que não lhe merecia qualquer favorecimento. Vimos como a Adam foi bondosamente «concedida» a fêmea mas, para Enlil, o casal não devia reproduzir-se nem originar um desenvolvimento demográfico daquelas criaturas no *gan-eden*.

Neste ponto é útil fazer uma síntese dos acontecimentos. Repito que, infelizmente para nós, os redactores bíblicos não prestaram, nos seus trabalhos, a atenção necessária ao esclarecimento de aspectos que são de primordial importância. A leitura das passagens do livro do Génesis (1:27; 2:15; 2:18; 2:21), que falam da formação do Homem através da engenharia genética, apresentam incongruências óbvias, face às quais só podemos limitar-nos a tentar a seguinte construção hipo- tética dos factos:

- os Elohim geraram o *Homo sapiens*, machos e fêmeas, com a faculdade estímulo para se reproduzir;
- os Elohim pegaram num Adam, somente o macho de um grupo especi colocaramno no gan-eden, com a função de trabalhar e tomar conta dac território; sendo apenas machos, certamente não podiam reproduzir-se; rec se que o termo «Adam» é muitas vezes usado com o artigo, indiciando provavelmente, não se tratava de um indivíduo, mas de um grupo, uma tipol
- após colocar no *gan-eden* todos os tipos de animais, os Elohim perceberam companhia destes últimos não era suficiente para o macho Adam, e decid dotá-lo de uma fêmea;
- ao contrário do que fizeram com o macho, não «põem» no *gan-eden* uma fê trazendo-a de outro lugar, antes a «fazem» ali mesmo, usando algo que ext

do próprio macho – para os detalhes da cirurgia veja o capítulo *La tecno degli Elohim* no livro *Non c'è creazione nella Bibbia.*

Daqui se deduz que a reprodução não era, certamente, um objectivo primário para aquele grupo especial. A introdução da fêmea acontece por necessidades diferentes das meramente reprodutivas, caso contrário teriam previsto desde o início a sua presença. Provavelmente, de acordo com o método segundo o qual a fêmea foi produzida, poderiam ser estéreis, conforme nos é dado a entender quando o Adam e a Chawwah fazem o seu primeiro filho, Caim.

De facto, a Bíblia diz que o produziram «com» (a ajuda de) um Elohim, que os redactores bíblicos identificaram como sendo o próprio Yahweh (Gn. 4:1). Os dois sozinhos não o teriam conseguido? Será esse o acto que não deveriam realizar, segundo o comandante do *gan-eden,* e que um Elohim, seu antagonista, tornou possível? Introduz-se aqui o elemento de conflito entre os vários chefes, identificados no Elohim e na serpente, sobre o modo de tratar aquele grupo particular de Adam, e sobre as possibilidades de um desenvolvimento autónomo que lhes deveria ser concedido ou não.

Um dos Elohim – a serpente bíblica, o Enki sumério e acádico? – decide dar-lhes autonomia e, mal os dois «conhecem», ou seja, experimentam essa própria possibilidade da qual tiveram medo (isto é, compreenderam a gravidade do acto realizado), escondem-se. Faço notar que o conceito de «conhecimento» contido na Bíblia nada tem a ver com o significado que existe na cultura moderna, pois o conhecimento bíblico é o acto de experimentar concretamente, tocar com a mão, digamos assim. Portanto, naquele momento eles adquiriram a possibilidade de «experimentar» concretamente os aspectos positivos, o Bem, e os negativos, o Mal, da nova situação que foi criada.

O Prof. Amos Luzzato, num congresso que se realizou em Dezembro de 2009, no Ateneu Veneto, em Veneza, observou que o termo hebraico para «o Mal», naquela passagem do Génesis, refere-se claramente à fisiopatologia do corpo humano. Portanto, não se refere ao conceito ético, nem à aquisição da percepção ou do conhecimento daquilo que é justo ou injusto, mas à experimentação material e concreta das consequências da nova situação.

Os dois tomam consciência disso e praticam um acto muito significativo (Gn. 3:8): cobrem os seus órgãos genitais e escondem-se dos olhos/da vista do Elohim. Como é evidente, este último nunca se teria incomodado em vê-los nus. Qual teria sido o problema? Estavam assim desde que tinham sido feitos!… Mas é este, precisamente, o acontecimento interessante: os dois não se escondem um do outro, porém, juntos, escondem-se do Elohim. Não querem que o comandante descubra que agora eles «sabem», uma vez que fizeram aquela experiência.

Todavia, os Elohim entenderam o que aconteceu, compreendendo que estavam a perder o controlo da situação, tanto que fazem esta afirmação: «O Adam tornou-se como um de nós.» E imediatamente sentem a necessidade de impedir que o casal tenha acesso à Árvore da Vida, porque se isso acontecesse poderiam usufruir da mesma duração de vida dos Elohim. Em relação a isso, digamos imediatamente que não se tratava de eternidade, mas de uma vida que durava *le-'olam*, «por muito tempo», e é justamente isso o que significa a expressão hebraica, pois o conceito de eternidade não pertence à Bíblia, é uma invenção posterior.

Os Elohim viviam por muito tempo, mas não eram eternos. Em trabalhos anteriores analisei as passagens onde os autores bíblicos afirmam, com uma clareza inequívoca, que os Elohim morrem, exactamente como os Adam. O que poderia representar, então, a Árvore da Vida? Como poderiam alcançá-la após terem experimentado a Árvore do Conhecimento? Não esqueçamos que o lugar onde se encontravam, o *gan-eden*, era um território/laboratório onde se se faziam experiências com o ADN das espécies vivas. O ADN encontra-se na parte mais interna de cada ser vivo, no núcleo das células. E como podia representar o ADN uma cultura que não o conhecia? Que melhor imagem poderia ser usada do que a de uma árvore da qual depende a vida? E onde melhor poderia ser colocado aquele ícone gráfico e literário, se não no centro do «jardim», onde se manipulavam os elementos fundamentais da vida para conduzir as experiências úteis aos Elohim?

É imaginável, também, que a estrutura mais importante, aquela onde se conduziam as actividades de engenharia genética, se encontrasse realmente no centro daquele lugar cercado e protegido. Afinal, tratava-se de uma escolha cujos aspectos práticos e estratégicos são imediatamente compreensíveis. Não esqueçamos que aqueles indivíduos lutaram entre si durante muito tempo, usando armas destrutivas e eficazes, e que, por esse motivo, as estruturas onde se conduziam actividades estratégicas e sensíveis deviam ser colocadas em lugares particularmente protegidos. Lembremos o que aconteceu a Sodoma e Gomorra.

A Árvore da Vida representava a possibilidade de manipular o ADN, com a finalidade de alongar a duração da própria vida. Nada de novo nesta afirmação, uma vez que a genética contemporânea está a fazer isso mesmo, em várias partes do mundo. As experiências levadas a cabo com património genético, para prolongar a duração da vida, decorrem a um ritmo cada vez mais rápido. As que eram feitas naquele tempo são potencialmente documentadas por uma hipótese de tradução que o Prof. Kamal S. Salibi, da Universidade de Beirute, propõe para o Génesis 6:3.

Quem fala é o Elohim que se chama Yahweh, e a versão tradicional que todos conhecemos menciona: «O meu espírito não durará para sempre no homem, já que ele nada mais é do que carne e os seus dias serão de 120 anos.» O Prof. Salibi diz que esta tradução é comprometida pela vocalização efectuada pelos massoretas, que teriam escondido o verdadeiro significado daquelas palavras, não sabemos se propositadamente ou por falta de compreensão do texto. O professor pega como referência em raízes semíticas mais antigas e extrai daqueles versículos o seguinte significado: «Eu não enriquecerei mais o Adam, vertendo o meu líquido espermático, ele é carne e a sua vida será de 120 anos.»

Não insiro aqui a análise filológica, que o leitor poderá consultar no texto citado na Bibliografia. Observo, porém, que esta tradução tem a vantagem de ser absolutamente coerente com o resto do capítulo 6 e, particularmente, com a afirmação contida nos versículos 1 e 2, nos quais se expõe que os machos Elohim consideraram desejáveis as fêmeas Adam e as tomaram para si como companheiras, quantas quiseram, gerando filhos.

Portanto, a Bíblia afirma, acima de qualquer dúvida razoável, que o líquido espermático dos Elohim era efectivamente vertido nas fêmeas Adam.

É isto que parece confirmar a tradução do Prof. Salibi. A sua chave de leitura contém um outro interessante aspecto de coerência com o texto bíblico, que é a duração das vidas dos chamados patriarcas. Antes da decisão citada pelo professor libanês no versículo 6, a vida dos descendentes do Adam chegava a atingir 800/900 anos, enquanto após a escolha de não mais lhes disponibilizar o líquido espermático dos Elohim a mesma se encurta, progressiva e implacavelmente. Este é um dado inequívoco e muito evidente em toda a narração bíblica, que deve ser lida com atenção até às histórias de Abraão, que viveu somente 175 anos, e de Moisés, que viveu 120. Recordo que eu faço sempre de conta que eles existiram.

O ADN dos Elohim garantia uma vida *le-‘olam*, como dizia antes, ou seja, muito prolongada no tempo. Aquilo que o chefe dos Elohim devia, e queria, impedir era que Adam e Chawwah, modificados geneticamente para servirem e permanecerem sempre sob o seu controlo, após terem descoberto a possibilidade de se reproduzirem com a ajuda do seu colega rival Elohim, tivessem acesso àquelas práticas genéticas que podiam garantir uma duração de vida igual à dos Elohim. Por esse motivo decide afasta-los, obviamente não querendo matá-los, pois eram, apesar de tudo, seres vivos, que tinham até então trabalhado fielmente para e com ele, embora não pudesse correr outros riscos.

É possível que o ADN, sempre igual no que se refere aos seus integrantes bioquímicos, possa conter durações de vida assim tão diferentes? A resposta é

sim, e a confirmação encontra-se, justamente, sob os nossos olhos, sem termos de fantasiar.

Vejamos a realidade da vida sobre a Terra. A vida média de muitas borboletas é de mais ou menos 15 dias. A vida média de uma tartaruga é de 120 anos, quase 43 800 dias. Isso significa que sobre este planeta existem seres vivos, tartarugas, que têm uma duração de vida quase 2900 vezes superior à de outros, como é o caso das borboletas. Se pensarmos que em 10 horas temos quase 20 gerações de bactérias, vemos que a relação entre a duração da vida se multiplica até chegar ao factor estratosférico de 70 000 vezes. Estas diferenças verificam-se entre os seres vivos, embora sejam, em todo o caso, produto do mesmo ADN, cuja estrutura fundamental é igual para todos. Existe, portanto, um dado incontroverso: a mesma estrutura, composta pelos mesmos elementos químicos e pelas mesmas moléculas, produz sobre o mesmo planeta seres que vivem 2900 ou até 70 000 vezes mais do que outros.

Faço, portanto, uma pergunta: porque existem, perante esta evidência indiscutível, «sábios» que desdenham, com ar de auto-suficiência, a duração de vida dos patriarcas bíblicos, definindo-a como alegoria ou metáfora? Porque existem «sábios» que escarnecem, com a mesma arrogância, das durações de vida – descritas por Maneton, sacerdote egípcio que viveu no século iii a. C., e Beroso, sacerdote e astrónomo babilónico que viveu entre os séculos IV-IIIa. C. – dos antiquíssimos dominadores da Terra?

Com uma média de 43 000 anos, a vida daqueles seres antigos era apenas 600 vezes mais longa do que a do Homem, quase nada se comparado com as 2900 e 70 000 vezes dos exemplos citados. Por isso, se querem efectivamente afirmar que a diferença de duração de vida, que é de 600 vezes, entre esses indivíduos e o Homem é um mito ou uma fábula, o que deveríamos dizer, então, da diferença entre a tartaruga e a borboleta, que é de 2900 vezes, ou entre a tartaruga e as bactérias, que é de 70 000? O que diriam as borboletas, se lhes contassem que sobre o mesmo planeta existem seres cuja vida é 2900 ou 70 000 vezes mais longa do que a delas, mesmo se feitos exactamente com o mesmo elemento estrutural, o ADN? Sorririam do mesmo modo que aqueles «sábios»?

Será possível excluirmos com absoluta certeza que «aqueles» de quem falavam os dois antigos sacerdotes e astrónomos proviessem de mundos onde aquela duração de vida representasse a normalidade? Se o ADN daqueles seres fosse «alieno», em relação ao ADN humano, a hipótese torna-se ainda mais verosímil. Esclareço que o termo «alieno» significa, literalmente, «que pertence a outros», «estranho», conforme descrito no dicionário Devoto-Oli. A vida de Yahweh, um dos Elohim, teria aquela duração? Não podemos afirmá-lo, nem excluí-lo, com

certeza suficiente.

A propósito disso, escreve-me o já citado Prof. Buffa: «Existem organismos que mostram uma meia vida biológica completamente diferente, mesmo possuindo a mesma estrutura polinucleotídica de ADN. A estrutura é igual, quimicamente, mas a informação biológica necessária para fazer com que o organismo se desenvolva, se mantenha vivo e se reproduza é muito diferente, e só há poucos anos os geneticistas começaram a descodificá-la. Nesta matéria o Homem também é "estranho", existem genes capazes de prolongar a duração da vida, já que estão extremamente envolvidos no controlo dos processos de envelhecimento, pois muitos intervêm na prevenção do encurtamento telomérico, etc. Se presumirmos que entidades biológicas extraterrestres evoluídas souberam manipular/acrescentar/activar perfeitamente regiões específicas de ADN no Homem, poderíamos então pensar que isso seja possível, já que também o Homem, em menor escala, prolongou a vida de vários organismos através de operações genéticas.

«No entanto, se nos basearmos só nos processos evolutivos naturais, a questão pareceria muito forçada e inexplicável.

O Homem está hoje a descobrir que muitos genes têm um papel directo na regulação do envelhecimento, e muitos outros têm um papel indirecto [...].»

Considerando toda esta abordagem, penso que uma inteligência livre de comportamentos dogmáticos, sejam religiosos ou científicos, deveria aceitar tranquilamente que, levando em conta as incontestáveis realidades terrestres apresentadas como premissa, tudo é possível, pelo menos teoricamente, e que seria correcto não descartar *a priori* as hipóteses que não agradam, sendo preferível mantê-las em suspenso e de espírito aberto.

Aqui fica, então, aquilo que – com grande probabilidade e segundo as evidências textuais da narração bíblica – deve ter acontecido no *gan-eden*: os Elohim fizeram o Adam, que não é o progenitor da Humanidade, num qualquer lugar do planeta, e depois levaram-no para o seu centro/laboratório. Após algum tempo produziram para ele uma fêmea, e os geneticistas Elohim, agindo contra as ordens dos comandantes, deram ao casal a possibilidade de se reproduzir. Os chefes, temendo que o casal pudesse ter acesso também às práticas genéticas que garantiam uma vida longa, providenciaram no sentido de evitar esse risco, simplesmente afastando os dois daquele lugar cercado e protegido.

No que consiste, e em que circunstâncias se dá, o Pecado Original?

A resposta parece ser óbvia, pois não foi cometido pecado algum.

Os dois, Adão e Eva, simplesmente experimentaram a nova situação determinada por aqueles Elohim, representados pela famigerada serpente bíblica, que lhes concederam a possibilidade de descobrir e utilizar uma das funções mais naturais e inatas no ser vivo, a capacidade de reprodução, cuja importância só é ultrapassada pela necessidade de se alimentar para permanecer vivo.

A expulsão do *gan-eden* não foi um castigo que a Humanidade deve trazer como marca, mas antes uma clássica *sententia post eventum*, ou seja, do registo e da aplicação das consequências de uma decisão tomada livremente. Adão e Eva não foram condenados a tornarem-se mortais por causa daquela decisão, pois já tinham essa condição, exactamente como os Elohim.

Recordo-me de a própria Bíblia narrar que os Elohim diziam que, a partir daquele momento, os Adam se tornariam como eles (Gn. 3:22), logo, aquele acto nem introduziu um elemento dramático e negativo como a morte, assim como também não elevou os Adam ao nível dos Elohim. E, se isso tivesse determinado a chamada noção do Bem e do Mal, os Elohim não deveriam ter ficado senão satisfeitos com o crescimento moral das suas criaturas. Mas, pelo contrário, pergunto-me porque não pensaram eles próprios em fornecer-lhes esse conhecimento, tão positivo e útil para a convivência entre si…?

Não deveria ter sido um objectivo primordial de «Deus» impulsionar o desenvolvimento moral das suas criaturas? Não deveria tê-las dotado dessa noção desde o primeiro instante? A noção do Bem e do Mal não é a condição necessária para efectuar escolhas livres e responsáveis? Portanto, os Elohim, o suposto Deus da «tradição», deveriam encorajá-la. Verificamos, no entanto, uma reacção exactamente contrária àquela que se esperaria. Longe de estarem satisfeitos por causa do hipotético crescimento moral dos seus súbditos, os Elohim revelam-se fortemente preocupados, pois vêem isso como um risco, um elemento negativo, prenunciador de consequências e desenvolvimentos que devem ser absolutamente evitados. Todavia, compreendemos bem que não se trata de crescimento moral, uma vez que com o acto de «comer a maçã» não temos um incremento no conhecimento das normas éticas, mas antes a aquisição

de potencialidades materiais que uma parte dos Elohim não estava disposta a aceitar e a conceder.

Os trabalhadores adamitas estavam a adquirir uma independência inoportuna e também perigosa. Enfim, tomamos consciência de que o suposto Deus demonstra ter medo de que os Adam possam chegar a viver tanto quanto ele.

As incongruências da visão teológica e das elaborações espiritualistas são cada vez mais evidentes e insustentáveis. Contam-nos que Deus, naquela ocasião, teria feito de tudo para evitar que o Adam alcançasse a vida eterna. Porém, em seguida, foi-nos ensinado que a vida eterna representa o ápice da promessa divina. Não é justamente isso que Deus nos promete, de acordo com a teologia?

Mas, então, como é que a Bíblia nos diz que, a partir do momento em que tudo teve início, o suposto Deus da teologia teme que o Homem possa conquistar uma vida longa como a sua? Não se trata de uma colossal? De uma contradição tolhida de qualquer tipo de senso lógico?

Efectivamente assim é. São muitas as chamadas verdades que a teologia judaico-cristã, assim como aquelas particulares correntes esotéricas e gnósticas que são suas dóceis filhas, atribuem ao Deus que elas próprias inventaram a partir *daquele* livro, fazendo com que ele afirme constantemente aquilo que não diz.

Os Elohim não criaram o Homem no sentido que nos querem fazer crer, porque Adão e Eva não são os progenitores da Humanidade e os Elohim nunca temeram que o Adam obtivesse a hipotética vida eterna, uma vez que esta não lhes pertencia nem mesmo a eles, que tinham, com certeza, uma vida longuíssima se comparada com a escala humana, mas em todo o caso destinada a ter um fim, a morte, exactamente como nós.

O Adam foi afastado do *gan-eden* porque, a partir de um determinado momento, poderia constituir um perigo real ou, pelo menos, criar vários problemas práticos na gestão do contexto criado, principalmente por ter o auxílio dos Elohim que eram mais ligados à nova criatura, e poder ter acesso às práticas de laboratório, que deviam ser reservadas à raça domiante. Em conclusão, não existe o Pecado Original.

O conceito foi introduzido por S.to Agostinho de Hipona, que, para justificar a crítica feita a Pelágio da Bretanha sobre a origem do Mal, introduziu a teoria da Culpa Originária pela transgressão de Adão, pois antes dele não temos notícia de um autor patrístico que afirmasse a ideia do Pecado Original.

Além disso, se realmente quisermos falar de culpa, devemos, em todo o caso, tomar consciência de que as suas consequências não podem marcar toda a

Humanidade, porque Adão e Eva não são os seus progenitores.

Mas, se o Pecado Original não existe e não maculou a Humanidade de forma alguma, visto que Adão e Eva não são os seus progenitores, faria sentido que um Deus – neste ponto não sei qual, porque na Bíblia não se fala de Deus – enviasse o seu filho para ser massacrado e morto, para livrar a Humanidade de uma mácula que não existe? E até agora interrogamo-nos: qual, dentre tantos Elohim, o teria enviado? Certamente não Yahweh, porque sabemos que muitos o viram durante os séculos, enquanto Jesus diz que nunca alguém viu seu «pai» (Jo. 1,18). Cristo não se lembra desse pormenor ou referir-se-ia a um outro «pai»?

Quem é, então, o El em nome do qual Maria foi «visitada» justamente por um Gavri-El, um homem de autoridade de El» – e de quem concebeu sem ter mantido relação sexual com um homem? A análise da história foi desenvolvida no livro *Non c'è creazione nella Bibbia.*

Poderá ser o mesmo El que Jesus invoca no momento extremo, na cruz, quando pronuncia a famosa frase «Eli, Eli, lamá sabactâni» (Mt. 27:46) ou «Eloí, Eloí, lamá sabactâni» (Mc. 15:34)?

Os estudos do Prof. Garbini, da Universidade La Sapienza, em Roma, parecem documentar como aquela exclamação terá sido habilmente manipulada pelos redactores dos Evangelhos, que, substituindo um termo aramaico por outro hebraico, teriam transformado numa manifestação de pacata resignação o que era, na verdade, um grito de raiva, um urro contra a injustiça por aquilo que estava a acontecer-lhe.

Teria aquele grito sido lançado contra um El que não tenha respeitado o pacto? Se assim fosse, o engano nos textos – ou, se preferirmos, a chamada «fraude piedosa», muitas vezes colocada em prática pelos padres da Igreja – estaria presente do início até ao fim, isto é, desde a não-criação até à última palavra pronunciada por Cristo na cruz.

Porém, essa é uma outra história e, como me ocupo do Antigo Testamento, retorno ao tema. Se não existe Pecado Original, dir-se-á então que o Homem está maculado pelos pecados que comete quotidianamente, infringindo os mandamentos ensinados por Deus.

Todavia, vimos que na Bíblia não se fala de Deus, são feitas referências a um colonizador/governador local, que ditou regras válidas exclusivamente para o povo que lhe tinha sido atribuído e do qual tinha de se ocupar. Nas palavras bíblicas não existe algo universal, pelo contrário, vemos que às vezes aquelas regras não eram muito claras, nem mesmo para quem as tinha recebido directamente.

O relativismo histórico, social e cultural das normas dadas por aquele Elohim é, assim, tão evidente que o rabino Benjamin Edidin Scolnic, do Temple Beth Shalom, em Hamden, no Connecticut, e instrutor de Bíblia, no Jewish Theological Semi- nary, de Nova Iorque, escreve que a interpretação e a adaptação daquele texto é uma necessidade imprescindível para todas as gerações. Além disso, afirma que quando no livro se encontrem erros e contradições é obrigação dos exegetas rectificá-los e harmonizá-las.

Verifica-se, portanto, que mesmo na meia dúzia de trechos analisados existe uma enorme quantidade de erros e contradições, inaceitável quando se afirma que aquele livro é produto de uma directa inspiração divina e, consequentemente, infalível, justamente porque provém de Deus.

Enfim, Yahweh não falou uma única vez e para sempre, antes dirigiu-se ao povo a quem conquistou, com armas, territórios que não lhe tinham sido atribuídos pelos seus chefes. Tudo aquilo que se alcançou, em termos de verdades espirituais, é produto da elaboração de homens que, baseando-se *naquele* livro, construíram sistemas de poder, estruturas teológicas e ideológicas, que agem com fins essencialmente terrenos.

Reafirmo que nada sei sobre Deus nem sobre os mundos espirituais, pelo que tenho o bom senso de não falar sobre isso, limitando-me a afirmar com clareza que a Bíblia também o não faz. Aquilo que obtenho das traduções é uma narração que remete, com evidente realismo, para indivíduos que che- garam de outro lugar – «De uma morada celeste sem vegetação», confirma a tábula cuneiforme NBC 11 108, já mencionada anteriormente – e que se comportaram como meros colonizadores.

Certamente que a questão é espinhosa, tanto que os teólogos académicos reflectem sobre o assunto com a maior atenção. Não escrevo aqui o que analisei profundamente em textos anteriores, a respeito das declarações feitas por homens da Igreja e eminentes jesuítas, em relação aos chamados alienígenas.

Entretanto, cito mais uma vez Armin Kreiner, professor de Teologia da Faculdade Católica da Universidade de Munique, na Baviera, que assinala alguns pontos por ele considerados, justamente, inelutáveis para a Igreja em geral e para a cristologia em particular. As afirmações fundamentais do referido teólogo católico são, resumidamente, estas:

1. Se se diz que não se pode falar de alienígenas porque não os conhecemos e nunca os vimos sobre uma mesa, como objecto de estudo, então temos de parar de falar de Deus, porque nada sabemos sobre ele e não podemos estudálo;

2. Os testemunhos sobre Cristo já não são questionáveis nem verificáveis, enquanto as observações e os supostos encontros com alienígenas podem ser objecto de exame;

3. A acção salvífica de Cristo foi definida pela teologia como «única e universal», ou seja, verificou-se somente uma vez e vale para sempre em relação à Humanidade.

O professor escreve que, quando essa doutrina foi elaborada, pensava-se que a Terra fosse o centro do Universo e o Homem a única criatura inteligente feita à imagem e semelhança de Deus. Mas, se existem outros seres, ocorrem as seguintes perguntas:

- Antes de intervir na Terra, Cristo nunca foi para outros planetas?
- Os habitantes de outros planetas cometeram o Pecado Original?
- Se cometeram, Cristo foi até lá para ser morto?
- Se, no futuro, noutros planetas, for cometido um Pecado Original, Cristo de sacrificar-se novamente também nesse mundo?

Nestas circunstâncias, ele afirma que a questão já não pode ser evitada. A hierarquia eclesiástica e os defensores das teses tradicionais, teológicas, ideológicas, esotéricas e iniciáticas, devem abrir as mentes para novos desafios. O castelo dogmático construído e sustentado nestes 2000 anos tem de ser inteiramente revisto.

Aquilo que nos foi dito sobre a Bíblia é falso?

Como digo sempre nas minhas conferências, eu «faço de conta que» os autores bíblicos não inventaram fábulas, antes se empenharam em escrever histórias que aconteceram nos tempos antigos. E então, após anos a traduzir do hebraico massorético, com mente livre, sinto poder dizer que elas parecem ser suficientemente fundamentadas e, portanto, susceptíveis de apoiar as seguintes afirmações:

- Não é verdade que a Bíblia seja um livro de religião;

- Não é verdade que a Bíblia fale de Deus – ela conta-nos a história dos Eloh dos acontecimentos decorrentes do pacto que um deles, Yahweh, estabel com um povo;
- Não é verdade que a Bíblia fale sobre a criação, pois a partir do prin versículo narra-nos a história do que
- «aqueles indivíduos», os Elohim, fizeram para se apetre- char, a fim de viv na Terra;
- Não é verdade que a Bíblia fale sobre a criação do Homem, compreendida c acto específico da omnipotência divina – ela fala sobre as operaçõe engenharia gené- tica, Homo sapiens, Adão, Eva e Noé;
- Não é verdade que Adão e Eva sejam os progenitores da Humanidade;
- Não é verdade que Yahweh, o suposto Deus, tenha participado na «fabrica do Adam;
- Não é verdade que as árvores do *gan-eden* se refiram ao conhecimento do B do Mal nem à vida eterna;
- Não é verdade que Adão e Eva tenham cometido o chamado Pecado Origina
- Não é verdade que Yahweh, o suposto Deus, se ocupasse da Humanidade c um todo;
- Não é verdade que a Bíblia fale dos anjos como entidades espirituais; contrário, descreve-nos os querubins como robôs – para usar a termino empregada pela filologia hebraica, que sempre soube esta verdade atravé Talmude;
- Não é verdade que a Bíblia fale sobre Satanás/Lúcifer como o príncipe demónios;
- Não é verdade que a Bíblia descreva milagres, entendidos como obra sobrenatural;
- Não é verdade que os Hebreus e a sua língua existissem como tal no temp Abraão – que talvez nem tenha existido – e, com grande probabilidade, existiriam ainda nem mesmo no tempo de Moisés;
- Não é verdade que Yahweh tenha promulgado um código ético válido para a Humanidade;
- Não é verdade que Jesus Cristo definisse como «seu pai» o chamado bíblico, ou seja, Yahweh.

Estas não são verdades absolutas, mas constatações que decorrem da leitura do texto. Quem desejar conhecer substancialmente a verdade sobre Deus e os mundos espirituais terá de procurar noutro lugar.

Estes são, juntamente com outros, os conteúdos inaceitáveis que encontrei durante anos de trabalho e que documentonos meus livros, como escrevi anteriormente. São os mesmos conteúdos que os teólogos massoretas hebreus,

provavelmente, quiseram ou tiveram de ocultar para não correrem o risco de verem o seu povo aniquilado. Isso acontecia durante os séculos VI a IX d. C., sendo que nos séculos seguintes o misticismo expresso em várias correntes quis, ulteriormente, encobrir com uma espessa camada de névoa aquelas verdades inaceitáveis e arriscadas.

Dado o momento histórico no qual agiam, posso compreendê-los. Porém, no século XXIi as condições culturais e sociais mudaram profundamente, e aqueles que «sabem» têm o dever de começar a falar. Tive a satisfação de verificar que, porventura, em reacção aos meus livros anteriores, houve quem começasse a expor-se, até mesmo sobre os temas mais espinhosos. O caminho está sinalizado e não podemos senão continuar a percorrê-lo, estudando e procedendo sem cessar às necessárias verificações.

---

1 Inéditos em português. Editados em Itália pela Uno Editori. – N. T.

2 É uma maneira de interpretar histórias bíblicas que vai além da simples destilação do ensinamento religioso, legal ou moral. Ela preenche muitas lacunas dei- xadas na narrativa bíblica sobre eventos e personalidades que são apenas insinuadas. – N. T.

3 A base para um culto à carga indígena (um movimento para tentar obter bens industriais através da magia) que prometia a libertação da Melanésia. – N. T.

Bibliografia

AA.VV., *Sefèr Toràh Nevijm u-Ketuvìm*, The British and Foreign Bible Society, Londres.

Bat Adam L., *ESODO* ovvero contrabbando di know-how dalle Piramidi a Gerusalemme, Robin Edizioni, Roma, 2010.

Benner J. A., *The Ancient Hebrew Language and Alphabet*, Virtualbookworm, Publishing Inc., College Station (EUA), 2004.

Benner J. A., *Ancient Hebrew Lexicon of the Bible,* Virtualbookworm, Publishing Inc., College Station (EUA), 2005.

Blumenthal J., Liss J. L. (editado por), *ETZ HAYIM*, Jewish Publication Society, Nova Iorque, 2005.

Brown F., Driver S., Briggs C., *The Brown-Driver-Briggs Hebrew and English Lexicon*, Hendrikson Publishers, Peabody Massachusetts (EUA), 2005.

Caffiero M., *Legami pericolosi*, Einaudi, Turim, 2012.

Clark M. Rabbi, *Etymological Dictionary of Biblical Hebrew*, Feldheim Publishers, Jerusalém (Israel), 1999.

De Troyes R., *Commento alla Genesi*, Marietti 1820, Génova, 1999.

Deiana G., Spreafico A., *Guida allo studio dell'ebraico biblico,* Urbaniana University Press e Società Biblica Britannica & Forestiera, Roma, 1997.

Downing Barry, *The Bible and Flying Saucers,* J. P. Lippincott, Filadélfia (EUA), 1968; Berkley Pub Group (Mm), Reprint edizione, 1998.

Downing B. H., *La Bibbia e i dischi volanti,* Ed. Cerchio della Luna, 2012.

Garbini G., Durand O., *Introduzione alle lingue semitiche,* Paideia Editrice, Bréscia, 1994.

Garbini G., *Note di lessicografia ebraica*, Paideia Editrice, Bréscia, 1998.

Garbini G., *Mito e storia nella Bibbia*, Paideia Editrice, Bréscia, 2003.

Gesenius W., *Hebrew and Chaldee Lexicon to the Old Testament Scriptures*, Boston, 1844.

Kreiner A., *Gesù, gli UFO e gli alieni*, Queriniana, Bréscia, 2012.

Marrs J., *Our occulted history*, HarperCollins Publishers, Nova Iorque, 2013.

Pettinato G. (editado por), *La saga di Gilgamesh*, Rusconi, Milão, 1992.

Pettinato G., *Sumeri,* Rusconi, Milão, 1994.

Pettinato G., L*a scrittura celeste*, Mondadori, Milão, 1999. Pettinato G., Mitologia sumerica, UTET, Turim, 2001.

Pettinato G., *I re di Sumer I*, Paideia, Bréscia, 2003.

Pettinato G., *Mitologia Assiro Babilonese*, UTET, Turim, 2005.

Sabbah M. e R., I *segreti dell'Esodo,* Marco Troppa Editore, Milão, 2008. Salibi K. S., The Bible came from Arabia, Londres (RU), 1985.

Salibi K. S., *The Arabia Bible revisited*, Cadmus Press & Cadmus Press Co. Ltd, Beirute (Líbano), 2008.

Sand S., *L'invenzione del popolo ebraico*, Rizzoli, Milão, 2010.

Informação sobre a obra

Título:

A Bíblia não è um Livro Sagrado

O grande engano

Título original:

La bibbia non è un libro sacro.

Il grande inganno

Autor:

Mauro Biglino

Tradução:

Jorge Almeida Bernardo

Revisão:

Alice Araújo

Capa:

Gráfica 99 com base na capa original de Monica Farinella

Produção gráfica ebook:

Janas e-book

© Misty Forest 2016

Reservados todos os direitos de publicação total ou parcial para a língua portuguesa por

MISTY FOREST